



**MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME
CONSELHO NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL – CNAS**

217ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL – CNAS

Ata da ordem dos dias 19 a 21 de novembro de 2013

BRASÍLIA – DF

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME
CONSELHO NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL – CNAS

217ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL – CNAS

Local: Sala de Reuniões do CNAS, Esplanada dos Ministérios, Anexo do Bloco F, Ala A, 1º Andar, Brasília-DF

Data: 19 a 21 de novembro de 2013

1 Aos dezanove dias do mês de novembro de dois mil e treze teve início a Ducentésima Décima Sétima
2 Reunião Ordinária do Conselho Nacional de Assistência Social – CNAS, sob a Presidência da Presidenta
3 do Conselho Nacional de Assistência Social – CNAS e Representante Titular da SNAS, Luziele Maria de
4 Souza Tapajós. Estiveram presentes os seguintes Conselheiros Titulares ou na Titularidade e Suplentes
5 do CNAS: Conselheira Luziele Maria de Souza Tapajós, MDS; Conselheira Juliana Matoso Macedo,
6 SENARC; Conselheira Solange Teixeira, MDS; Conselheira Simone Albuquerque, MDS; Conselheira Léa
7 Lúcia Cecílio Braga, SNAS; Conselheiro Idervânio da Silva Costa, MPOG; Conselheiro Fábio Moassab
8 Bruni, SNAS; Conselheira Fátima Aparecida Rampin, MPS; Conselheiro José Ferreira da Cruz, SNAS,
9 Conselheira Maria das Graças Soares Prola, FONSEAS; Conselheira Maria Lúcia Nogueira Marquim,
10 CONGEMAS; Conselheiro Ademir de Andrade Bertucci, Cáritas Brasileira; Conselheira Cláudia Laureth
11 Faquinote, ABEC; Conselheira Leila Pizzatto, Associação Antônio Vieira; Conselheira Valéria Silva Reis
12 Ribeiro; Conselheira Márcia de Carvalho Rocha. Lar Fabiano de Cristo; Conselheira Marilena Ardore;
13 Conselheiro Volmir Raimondi, Organização Nacional de Cegos do Brasil – ONCB; Conselheira Dóris
14 Margareth de Jesus, União Brasileira de Mulheres; Conselheiro Anderson Lopes Miranda, Fórum
15 Nacional da População de Rua; Conselheira Nilsia Lourdes dos Santos Miranda, UNEGRO; Conselheiro
16 José Araujo da Silva, Pastoral da Pessoa Idosa; Conselheira Maria Aparecida do Amaral Godói de Faria,
17 CNTSS; Conselheiro Edivaldo da Silva Ramos, Associação Brasileira de Educadores de Deficientes
18 Visuais, ABEDDEV; Conselheira Margareth Alves Dallaruvera, FENAS; Conselheiro Carlos Rogério de
19 Carvalho Nunes; Conselheira Jane Pereira Clemente, FENATRIBEF; e, Conselheiro Thiago Barbosa
20 Ferreira Cabral, OAB. Visitantes: Solange Maria Rodrigues Leite, FETSUAS/PR; Elisete Lopes, CEAS/RS;
21 Isolete, CEAS/RS; Paulo Martins, CONSEAS/SP; Francis Larry de Santana, CMAS/SP; Suzana de Almeida,
22 COMAS/SP; Maria Margareth Cupertino, COMAS/SP; Alan, FAS/SP; Lucia Soares, FNTSUAS; Cléia
23 Jardim, UnB; Carlina Silva, ESPRO; Ronaldo José Soares, Relatoria da Conferência; Celso Wanderlei,
24 Relatoria da Conferência. ABERTURA. A Presidenta deu início à Ducentésima Décima Sexta Reunião
25 Ordinária do Conselho Nacional de Assistência Social, solicitando à Secretária-Executiva a conferência
26 do quorum: Conselheiros na Titularidade: Conselheira Luziele Maria de Souza Tapajós, Conselheira
27 Simone Aparecida Albuquerque, Conselheira Léa Lúcio Cecílio Braga, Conselheiro Idervânio da Silva
28 Costa, Conselheiro José Ferreira da Cruz, Conselheira Maria das Graças Soares Prola, Conselheira Leila
29 Pizzatto, Conselheira Márcia de Carvalho Rocha, Conselheiro Volmir Raimondi, Conselheira Maria
30 Aparecida do Amaral Godói de Faria, Conselheira Margareth Alves Dallaruvera, Conselheira Jane

31 Pereira Clemente, Conselheira Maria Lúcia Nogueira Marquim. Conselheiros na Suplência:
32 Conselheiro Fabio Bruni, Conselheira Valéria da Silva Reis Ribeiro, Conselheira Marilene Ardori,
33 Conselheira Nilsia Lourdes dos Santos, Conselheiro Edivaldo da Silva Ramos, Conselheiro Thiago
34 Barbosa Ferreira Cabral. Conselheiro na Titularidade: Conselheiro Ademar de Andrade Bertucci., e
35 Conselheira Dóris Margareth de Jesus. A Presidenta referiu-se ao que havia sido deliberado na última
36 Plenária para não acontecerem as reuniões das Comissões, tratando apenas da Conferência Nacional.
37 Cumprimentou a Secretária Denise Colin e passou a palavra para a Conselheira Leila, que destacou a
38 importância desse Pleno, por tratar-se do último do ano e que antecedia a realização da Conferência
39 Nacional e justificou sua participação apenas nesse dia. Item Aprovação da Pauta e da Ata da 216ª
40 RO. A Presidenta indicou a retirada das Comissões Temáticas, e o acréscimo da pauta sugerida pela
41 SNAS: Aprovação da Pauta e da Ata da 216ª RO; Informes da Presidência, Secretaria-Executiva, MDS,
42 CIT, FONSEAS, CONGEMAS e Conselheiros; Alteração da Resolução nº 01, de 21 de fevereiro de 2013,
43 que altera o prazo do reordenamento dos serviços de convivência e fortalecimento de vínculos;
44 alteração da Resolução nº 24, de 27 de setembro de 2013, que altera prazos estabelecidos pela
45 Resolução 24/2013 do Programa Capacita SUAS; e calendário do CNAS 2014. Tarde: 14h - Relato da
46 Comissão Organizadora da IX Conferência Nacional de Assistência Social; 16h: Reunião da Presidência
47 Ampliada. Dia 20.11.2013 – Manhã - 9h às 12h - Relato da Comissão Organizadora da IX Conferência
48 Nacional de Assistência Social; 14 às 18h - Relato da Comissão Organizadora da IX Conferência
49 Nacional de Assistência Social. Dia 21.11.2013 – Manhã - 9h às 10h30: Relato da Presidência
50 Ampliada; 10h30 às 12h: Relato da Comissão de Normas da Assistência Social e Relato da Comissão
51 Organizadora da IX Conferência Nacional de Assistência Social. Dia 22.11.2013 – reunião da Comissão
52 de Acompanhamento de Benefício e Transferência de Renda. A Conselheira Nilsia indagou se no dia
53 seguinte poderia fazer o relato da Reunião Conjunta do Ministério da Saúde com a Justiça, com a
54 Presidenta confirmando que poderia ser durante o informes dos Conselheiros. A Conselheira Doris
55 informou que no dia 25 de novembro era comemorado o Dia Internacional pela Não Violência Contra
56 a Mulher, com um vídeo de 21 minutos para ser apresentado, o que a Presidenta observou que
57 poderia ser feito após ou antes da Ata. A Presidenta indagou se havia alguma observação. Em não
58 havendo, considerou aprovada a Pauta da 217ª RO do CNAS, dos dias 19, 20 e 21 de novembro. Item
59 Informes da Presidência, Secretaria-Executiva, MDS, CIT, FONSEAS, CONGEMAS e Conselheiros; A
60 seguir, a Secretária Denise procedeu aos informes da SNAS/MDS: *“Bom dia a todos e a todas
61 Conselheiros, Presidenta, Vice-Presidenta, a todos os Conselheiros governamentais, não
62 governamentais, a equipe técnica aqui da Secretaria-Executiva e de todo o Conselho Nacional, aos
63 nossos visitantes que sempre acompanham a reunião, bom dia a todos e obrigada pela oportunidade
64 de estarmos novamente aqui podendo trazer as ações que foram desencadeadas pela Secretária
65 Nacional e Assistência ao longo desse mês. A gente tem procurado estar presente em todas as
66 ocasiões para ir acompanhando o que vocês deliberam e o que a gente vai executando e o que precisa
67 ser reformulado e também colocar a Secretaria absolutamente à disposição nesse processo aí de um
68 mês, que temos só, para a realização da Conferência Nacional. Então hoje já sai, agora está
69 acontecendo, daqui a 15 minutos, o pregão da empresa que vai assumir e as coisas estão já na reta da
70 execução. Então eu queria colocar a Secretaria absolutamente à disposição para esses*

71 encaminhamentos que se fizerem necessários. Bom, nós temos também no dia de hoje apresentações
72 das ações de um Programa chamado Proteja Brasil, que é o desdobramento da Carta Nacional
73 Estratégica de Atendimento à Crianças e Adolescentes, de Proteção Integral à Crianças e
74 Adolescentes, então hoje, às 14h, haverá o anúncio do desdobramento daquelas estratégias que estão
75 previstas na Carta e depois uma reunião. Na sequência será chamada uma reunião com todos os
76 estados para que os estados coordenem esse processo de implementação dessas estratégias. Várias
77 dessas ações, esse pleno, ele foi assinado na Conferência Nacional da Criança e do Adolescente, então
78 agora já é o desdobramento para sua realização e grande parte dessas estratégias estão sob a
79 responsabilidade da Política de Assistência Social. Então a primeira delas é a estratégia nacional de
80 defesa de convivência familiar de crianças e adolescentes, nós temos e passamos por aqui, este
81 Conselho deliberou o reordenamento de dois grandes serviços nessa perspectiva, o serviço de
82 convivência e fortalecimento de vínculos e depois todo o processo de reordenamento de serviço de
83 acolhimento para crianças e adolescentes. Então nós vamos fazer esta apresentação já com a
84 pactuação na CIT, com a deliberação do Conselho Nacional para ser a partir de então implementado
85 pelos estados e pelos municípios. Essa reunião é coordenada pela Secretaria Especial de Direitos
86 Humanos da Presidência da República e conta com a participação dos diversos Ministérios. A segunda
87 estratégia nacional de enfrentamento à violência sexual contra crianças e adolescentes, aqui entra
88 uma parte desta discussão, que a Doris está trazendo, da violência contra a mulher e uma outra mais
89 ampla da violência geral sofrida por essas jovens e também é todo o trabalho que nós executamos nos
90 CREAS, nos Centros de Referências Especializados de Assistência Social. Uma outra estratégia é o
91 aperfeiçoamento do Sistema Socioeducativo, do SINASE, aqui nós temos três grandes frentes, um
92 reordenamento muito grande que não está sendo feito exclusivamente pela área da Assistência Social,
93 que é o atendimento das medidas em meio fechado, das medidas socioeducativas, o cumprimento
94 delas que na metade dos estados brasileiros estão sob a responsabilidade da Política de Assistência,
95 na outra metade estão dispersos nas áreas de educação, direitos humanos, justiça, segurança pública
96 e alguns no Gabinete e Casa Civil, mas a metade ainda está com a Assistência Social; e todas essas
97 medidas em meio aberto, sim, prestação de serviços a comunidade e liberdade assistida, sob
98 responsabilidade da Política de Assistência Social. Esse serviço, ele já existe, mas ele não está na
99 totalidade dos CREAS, que estão implantados no país com o cofinanciamento federal, ele está só em
100 60% e poucos. Nós estamos preparando o material para trazer para apreciação desse Conselho da
101 expansão do cofinanciamento federal e dos critérios para atendimento da integralidade da prestação
102 deste atendimento, do cumprimento de medidas em meio aberto para todos os CREAS implantados no
103 país. Provavelmente a gente traga para a reunião de fevereiro ou março, porque estamos fechando
104 com todos os atores essa construção. E tem uma outra, esse Conselho também já se pronunciou, que é
105 uma mobilização muito grande que está sendo desencadeada para evitar a redução da maioria
106 penal, que vocês devem estar acompanhando pelos jornais, que está toda hora sendo ameaçada de
107 entrar na pauta de discussão, o relator incorporou a redução e todo uma mobilização para a gente
108 então convencer a grande maioria dos Deputados de que esse não é o caminho, o que nós precisamos
109 é de um bom sistema protetivo e não reduzir a maioria para o punitivo. A quarta ação é a
110 estratégia nacional de erradicação do trabalho infantil, esse Conselho também já se pronunciou sobre

111 todo o reordenamento de ações para a identificação, para localização das situações de trabalho
112 infantil, para inserção no cadastro e nós vamos começar a desencadear com o Ministério Público do
113 Trabalho uma sucessão de audiências públicas para a oferta desses serviços, ou atendimento dessas
114 famílias, e dessas crianças. e desses adolescentes. Em relação ao Sistema Socioeducativo há também
115 um Plano Nacional Decenal e que nós estamos acompanhando pari passo estas ações. Um quarto item
116 é uma agenda de convergência de proteção integral para as crianças e adolescentes nos grandes
117 eventos. Isso está sendo coordenado pela Secretaria de Direitos Humanos e pela Casa Civil e nas 12
118 cidades onde ocorrerão os jogos da Copa haverá um protocolo com um fluxo de atendimento
119 integrado, em algumas no mesmo espaço físico, outras isso não será possível, entre todo o Sistema de
120 Garantia de Direitos, então desde os Conselhos Tutelares, os CRAS, os CREAS, os CAPS, a Delegacia
121 Especializada, Ministério Público, Poder Judiciário, com as áreas respectivas desse atendimento. Nós
122 estamos verificando a possibilidade, que sabemos que tem que funcionar os oito dias da semana com
123 plantão de 24 horas, então também tão logo isso esteja esquematizado a gente traz aqui para o
124 conhecimento de todos vocês. Há também uma ação em que a Secretaria de Direitos Humanos está
125 equipando os Conselhos Tutelares com um Kit que vai desde automóvel, computadores, material
126 instrucional e toda uma infraestrutura para o adequado funcionamento de todos os Conselhos
127 Tutelares existentes no Brasil. E, por fim, uma ação de adesão dos estados ao Protocolo Nacional
128 Conjunto de Atendimento a Crianças e Adolescentes, Pessoas Idosas e com Deficiência em Situação de
129 Risco e Desastre. Nós também já aprovamos nesse Conselho o serviço de calamidade e emergência
130 para o atendimento a este público e aí várias outras aéreas do Governo Federal também estão
131 fazendo essa pactuação e desdobrando isso para os estados, então muitos de vocês vão ouvir nas suas
132 áreas territoriais essas ações e esses desdobramentos. Isso vai acontecer hoje à tarde. Hoje é 19,
133 amanhã e depois, com certeza o CONGEMAS também vai colocar a representação do CONGEMAS, nós
134 estaremos participando do I Encontro Regional Preparatório para o Encontro Nacional de 2014, a
135 Região Centro-Oeste vai realizá-lo já amanhã e depois e a Secretaria Nacional, o Fundo Nacional
136 estarão presentes nesse Encontro Preparatório, que vai discutir a responsabilidade dos entes
137 federados para a implementação e o aperfeiçoamento do Sistema Único de Assistência Social. Nós
138 também estamos com duas Oficinas agendas, com especialistas para continuarmos aprimorando as
139 nossas intervenções: uma que está discutindo o trabalho social com famílias, está preparando uma
140 sucessão de Encontros Regionais, que terá o convite, a participação desse Conselho, com certeza, e
141 para deixarmos o material com mais subsídios para atuação direta das Equipes de Referência de CRAS
142 e CREAS que fazem o acompanhamento familiar e desencadeiam esse trabalho social; e também uma
143 que vai discutir o Cadastro Nacional de Entidades e que este Conselho, aliás, será nesta sala e que este
144 Conselho também estará participando, então os convites já estão sendo providenciados aqui para que
145 vocês possam estar presentes. Acho que de informes... E, por fim, nós trouxemos, estamos entregando
146 um DVD com todos os arquivos da situação dos processos de certificação das entidades beneficentes
147 de Assistência Social que foram executados nesse trimestre. Nós teríamos que fazer esta apresentação
148 na Comissão e depois vir para a discussão na Plenária, mas como não há Comissão no Pleno deste
149 mês, então nós trouxemos todas as informações em DVD e vamos passar para todos. Isso deveria ter
150 sido feito mês passado, como o mês passado houve uma série de alterações na legislação nós

151 *pautamos a explicação dessas alterações e a revisão dos processos que estariam sendo atendidos e*
152 *poderiam recorrer das respectivas decisões, então a Diretora Carolina veio, eu também estive*
153 *presente, a gente fez toda a apresentação e agora, então, nós estamos aqui entregando para a*
154 *Presidência, para a Secretaria-Executiva, que vai poder repassar para todos os Conselheiros e*
155 *evidentemente nós estamos absolutamente à disposição para a reunião subsequente prestarmos os*
156 *esclarecimentos que vocês entenderem necessários. Na verdade, nós tivemos aqui um total de 232*
157 *processos analisados e também várias diligências, sendo efetuadas 203 diligências: 52 no mês de*
158 *julho, 49 no mês de agosto e 107 no mês de setembro. Nós tivemos também, 51% delas foram*
159 *respondidas e estão sendo analisadas. Também nós tivemos 82 processos já decididos, sendo 68*
160 *deferidos, 07 indeferidos, 05 deles, que são ainda anteriores a lei, respondendo os recursos, e 02*
161 *indeferimentos. Nós também tivemos uma triagem das entidades todas e das suas áreas de atuação,*
162 *intervenção e competência, totalizando 5.571 processos, então destes nós temos 4.763 exclusivos de*
163 *Assistência Social, 579 com atuação em educação, saúde e Assistência, 107 exclusivos de saúde e 122*
164 *exclusivos de educação, então a grande totalidade dos processos realmente identificados como*
165 *atuação na área de Assistência Social. E aí nós temos também algumas revisões de intempestividade e*
166 *recursos que vocês vão poder, 139 processos com recursos, fazer esse acompanhamento detalhado de*
167 *todos eles, então nós temos aqui 298 que estão pedindo concessão, 936 renovação, 02 com*
168 *representação e 12 com reconsideração, totalizando 1.248, e depois a explicação dos que foram*
169 *decididos, do que não foram dedicados, cada um por área. Não vou ficar passando os números,*
170 *porque ninguém vai ficar guardando, porque vocês estão com todas as tabelas que vão ser entregues*
171 *aqui e novamente a gente está absolutamente à disposição para prestar as informações que forem*
172 *necessárias. O Decreto, ele já foi publicado e aí também... Não, ah desculpa gente, a Lei, ela já foi*
173 *sancionada e o Decreto que está sendo discutido nem foi, ele está sendo inserido no SIDOF. A Lei foi*
174 *sancionada e o Decreto está sendo inserido no SIDOF para análise de todas as consultorias jurídicas e*
175 *parecer final para posterior orientação, então logo isso ocorra a gente também traz todos esses*
176 *dados, informações e discute os procedimentos que vão ser adotados a partir de então".*
177 *Conselheiro Thiago informou que a OAB era contra a diminuição da idade penal, e que na semana*
178 *anterior havia saído uma Instrução Normativa ou uma Portaria do MDS prorrogando o prazo de*
179 *diversos CEBAS, o que gostaria fosse informado. A Secretária Denise esclareceu sobre essa norma,*
180 *com regras de transição para as entidades, prorrogando a validade, informando como era*
181 *anteriormente com a organização não sabendo a data de solicitação de renovação e que poderiam*
182 *enviar a relação das entidades. A Presidenta agradeceu a participação da Secretária Denise. Informou*
183 *que não houve reunião da CIT, passando ao informe do FONSEAS pela Conselheira Maria das Graças*
184 *Prola, que falou que o Fórum não tinha relato, tendo entregue à Presidenta o informe sobre a*
185 *redução do número de Delegados para a Conferência Nacional do estado de Roraima para que*
186 *solicitasse, conforme deliberação da Comissão Organizadora, gestões do FONSEAS e sua Presidência,*
187 *especialmente, junto à Secretária de Roraima, para garantir 100% da delegação na Conferência, com a*
188 *mesma informando que estava fazendo essas gestões junto aos Secretários para garantir participação*
189 *integral das delegações na Conferência Nacional. A Presidenta agradeceu pelas iniciativas, passando*
190 *para Informes do CONGEMAS, pela Conselheira Maria Lúcia Marquim, informando a ausência da*

191 Conselheira Marisa. A Conselheira Maria Lúcia justificou a ausência da Conselheira Marisa por
192 participação no, I Encontro Regional Descentralizado, citando as atividades já relatadas pela
193 Secretária Denise, com agenda para o próximo ano, com previsão para que o Encontro Nacional fosse
194 em abril. Agradeceu o apoio recebido, relatando que na próxima semana aconteceria em Pernambuco
195 o Descentralizado, ressaltando a importância que o Encontro Nacional trazia para todos, solicitando a
196 participação de todos nesse evento e do CONGEMAS na Conferência Nacional do CNAS. A Presidenta
197 informou a complementação do segmento do governo no Conselho Nacional, com participação do
198 Conselheiro Titular e Suplente da SENARC, Conselheiras Solange Teixeira e Juliana Matoso Macedo,
199 respectivamente, com a Conselheira Maria do Socorro Tabosa indo para a suplência da presidência;
200 do Ministério da Educação, as Sras. Elizabeth Hernandez e Clélia Brandão Alvarenga Craveiro, Titular e
201 Suplente. Informou ao Conselheiro Thiago que na sexta-feira, 08 de novembro, às 14h24, foram
202 enviadas para os Conselheiros a Ata e degravação da 206ª Reunião Ordinária, mas que estavam sendo
203 transmitida novamente. foi enviada para os Srs. Conselheiros, dia 08 de novembro de 2013, às 14h24.
204 A seguir, passou para Informe dos Conselheiros, pela Conselheira Nilsia, que relatou sua participação
205 no início de novembro na Conferência Nacional da Igualdade Racial pela SEPPIR, falando sobre o
206 evento. Informou sua escolha por esse Conselho para participar da reunião no Ministério da Saúde,
207 em conjunto com o Ministério da Justiça, realizada no dia 31 de outubro no Campus da UNB, na
208 Fiocruz, com uma pauta para tratar da saúde da população e o sistema prisional, relatando os dados
209 apresentados durante o evento. Relatou que haviam ficado surpresos com a indicação de um
210 representante do CNAS e que haviam colocado a dificuldade em trabalhar com o MDS, indiciando que
211 se fossem convidados, viriam ao Pleno apresentar suas demandas. Falou sobre o orçamento e
212 propostas apresentadas, assim como o interesse em trabalhar com a área da Assistência social,
213 ademais de um material sobre número de gênero e sobre a questão prisional e que seria
214 encaminhado para os Conselheiros, relatando algumas situações. Que havia prometido que traria essa
215 demanda para o CNAS e que assim que fosse possível, seriam convidados pela Comissão de Política,
216 informando sobre a definição daquele Comitê e o trabalho que realizariam, principalmente com os
217 filhos de presidiários, e as esposas, além de aplicar o PRONATEC para profissionalizar esses detentos.
218 O Conselheiro Thiago informou sua participação na reunião dos trabalhadores de nível médio nos dias
219 29 e 30 de outubro em Palmas, Tocantins, com a coordenação do Conselheiro José da Crus, elogiando
220 o trabalho realizado e o desenrolar do evento. Indicou que havia recebido um *e-mail* da Comissão de
221 Normas do Conselho de Assistência Social do estado de São Paulo, que havia recebido a sentença de
222 um juiz de Campinas concedendo a uma entidade chamada FUNCAMP o direito ao registro no COMAS
223 da cidade de Campinas, relatando o que havia acontecido e o histórico dessa entidade. Falou sobre
224 como as entidades se sentiam com a postura de determinados Conselhos Municipais que não
225 acatavam a Lei 12.868, que vinha auxiliar no entendimento de determinados conceitos. Que as
226 entidades estavam se sentindo prejudicadas, e estavam judicializando essa questão. Destacou a
227 importância do assunto, com a Comissão de Normas tendo uma importante pauta para tratar dessas
228 questões. A Conselheira Leila, aparteou a falado Conselheiro Thiago, observando que enquanto a
229 Resolução 16 permanesse na morosidade essas situações aconteceriam. Que não defendia a
230 judicialização na Assistência Social, mas registrando sua preocupação com essa situação. A Presidenta

231 lembrou que todas as pautas e decisões das Comissões com relação ao tempo disponível, eram
232 emanadas pelo Pleno. Informes da Secretaria-Executiva do CNAS, pela Secretária-Executiva: “*Informes*
233 *da Presidência da Secretaria-Executiva. Informes gerais. Ausências justificadas: a Conselheira Solange*
234 *Teixeira nesta Reunião Ordinária, nos dias 19 e 20 devido a compromissos institucionais; a Conselheira*
235 *Margarida Munguba Cardoso nesta Reunião Ordinária nos dias 19 e 20 devido a compromissos*
236 *institucionais; Conselheiro Marcílio Ferrari nessa Reunião Ordinária devido a compromissos*
237 *institucionais; a Conselheira Aldenora González nessa Reunião Ordinária devido a compromissos*
238 *institucionais; a Conselheira Marisa Rodrigues nessa Reunião Ordinária por motivo de agenda*
239 *institucional; Conselheiro Ademar Bertucci na Reunião da Comissão Organizadora da IX Conferência*
240 *Nacional de Assistência Social, nos dias 13 e 14 de novembro devido a compromissos institucionais.*
241 *Convocações, participação: a Conselheira Nilsia dos Santos participou da reunião do Comitê Técnico*
242 *Intersetorial de Assessoramento no âmbito da Política Nacional para Atenção Integral à Saúde da*
243 *Pessoa Privada de Liberdade no dia 31 de outubro, em Brasília; os Conselheiros do segmento dos*
244 *trabalhadores foram convocados para representar o Conselho Nacional de Assistência Social, CNAS, no*
245 *Encontro Regional dos Trabalhadores de Nível Médio, Região Nordeste, nos dias 06 e 07 de novembro,*
246 *em Salvador e para o Encontro Regional dos Trabalhadores de Nível Médio, Região Centro-Oeste, nos*
247 *dias 26 e 27 de novembro, em Campo Grande, Mato Grosso do Sul; os Conselheiros Titulares e*
248 *Suplentes foram convocados para esta Reunião Ordinária; os Conselheiros integrantes da Comissão de*
249 *Acompanhamento de Benefícios e Transferência de Renda foram convocados para a reunião a ser*
250 *realizada no dia 22 de novembro, em Brasília; os Conselheiros integrantes da Comissão Organizadora*
251 *da IX Conferência Nacional de Assistência Social foram convocados para Reunião da Comissão nos dias*
252 *13 e 14 de novembro, de 9h às 18h, em Brasília; o Conselheiro José Araújo foi convocado para a 127ª*
253 *Reunião Ordinária da CIT a ser realizada no dia 05 de dezembro de 2013. E-mails enviados aos*
254 *Conselheiros: Boletim Informe; Boletim Brasil Sem Miséria, outubro de 2013; Boletim Brasil Sem*
255 *Miséria, novembro de 2013; Informes SUAS, 29 de outubro de 2013. Documentos diversos:*
256 *Programação do evento 10 Anos de Bolsa Família; material entregue pelo GT de Monitoramento,*
257 *conforme deliberado na última Reunião Ordinária do CNAS; apresentação em Power Point do*
258 *Departamento da Rede Socioassistencial Privada do SUAS durante a 216ª Reunião Ordinária do CNAS;*
259 *Informe do Departamento da Rede Socioassistencial Privada do SUAS apresentada pela Diretora do*
260 *DRSP, Sra. Carolina Gabas; lembrete sobre as inscrições para os observadores da IX Conferência*
261 *Nacional; link para acesso a Declaração de Brasília sobre o trabalho infantil; apresentação dos*
262 *convidados sobre a Reunião Conjunta da Comissão de Política da Assistência Social e Comissão de*
263 *Orçamento e Financiamento da Assistência Social; Nota Técnica de Monitoramento de Conferências,*
264 *de agendamento de políticas produzidas pelo IPEA; informativo aos Conselheiros sobre o blog do*
265 *CNAS; Ata e gravação da 216ª Reunião Ordinária do CNAS; pauta da 217ª Reunião Ordinária do*
266 *CNAS; Informe CNAS nº 11 sobre orientações gerais para a participação na IX Conferência Nacional de*
267 *Assistência Social. Resoluções e Portarias: Resolução nº 28, de 29 de outubro de 2013, que dispõe*
268 *sobre o processo eleitoral da representação da sociedade civil no caso de vacância no Conselho*
269 *Nacional de Assistência Social; Resolução nº 29, de 29 de outubro de 2013, que dá nova redação ao §*
270 *3º, remunera os § 3º e 4º e inclui o § 6º no Artigo 4º da Resolução nº 06, de 09 de fevereiro de 2011,*

271 do Conselho Nacional de Assistência Social, que aprova o Regimento Interno do CNAS; Resolução nº
272 06, de 09 de fevereiro de 2011, que aprova o Regimento Interno do Conselho Nacional de Assistência
273 Social; Resolução Consolidada com as alterações da Resolução CNAS nº 29/2013; Resolução nº 30, de
274 29 de outubro de 2013, que aprova o relatório da execução orçamentária e financeira do Fundo
275 Nacional de Assistência Social, terceiro trimestre de 2013, apresentado pela Diretoria-Executiva do
276 Fundo Nacional de Assistência Social, da Secretaria Nacional de Assistência Social, do Ministério do
277 Desenvolvimento Social e Combate à Fome; Resolução nº 31, de 31 de outubro de 2013, publicada no
278 Diário Oficial da União de 01/11/2013, Seção I, que aprova princípios e diretrizes da regionalização no
279 âmbito do Sistema Único de Assistência Social, parâmetros para a oferta regionalizada dos Serviços de
280 Proteção e Atendimento Especializado à Famílias e Indivíduos e dos Serviços de Acolhimento para
281 crianças, adolescentes e jovens de até 21 anos e critérios de elegibilidade, partilha dos recursos do
282 cofinanciamento federal para expansão qualificada desses serviços; Resolução nº 32, de 31 de outubro
283 de 2013, publicada no Diário Oficial da União de 01 de novembro de 2013, Seção I, que dispõe sobre o
284 Pacto de Aprimoramento da Gestão dos estados e do Distrito Federal no âmbito do Sistema Único de
285 Assistência Social estabelece a revisão das prioridades e metas específicas para a gestão estadual e do
286 Distrito Federal e os compromissos do Governo Federal estabelecidos na Resolução nº 17, de 18 de
287 novembro de 2010, à Comissão Intergestores Tripartite, CIT. Aniversariantes do mês de novembro:
288 Volmir Raimondi no dia 07; Solange Teixeira no dia 11; Anderson Miranda no dia 11; e José Crus no dia
289 25.” A Secretária Denise falou sobre o Item Alteração da Resolução nº 01, de 21 de fevereiro de 2013,
290 e Resolução nº 24, de 27 de setembro de 2013, com essas normas tratando basicamente de duas
291 Resoluções: uma sobre toda a regra de cofinanciamento federal para o Programa de Capacitação
292 Capacita SUAS, discorrendo sobre seus critérios e condições e a outra que previa os critérios de
293 partilha e as condições e os prazos para contratação das instituições de ensino superior dentro
294 daquele rol de 101 instituições que compuseram a Rede Nacional de Capacitação Permanente,
295 públicas ou privadas para a oferta da capacitação continuada para um conjunto de trabalhadores,
296 indicando os envolvidos nessa ação. Relatou as dificuldades apresentadas por alguns estados para a
297 compreensão da área jurídica, abrindo a palavra para CONGEMAS e FONSEAS, se quisessem se
298 pronunciar a respeito,. Observou que a data do dia 20 estava inviabilizada , relatando a conversa com
299 o Fundo Nacional, que indicava que até o dia 10 de dezembro teriam condições de processar a
300 transferência destes recursos para os respectivos estados, que estariam com o seu cronograma
301 definido para 2014. Indicou que no Inciso II havia ocorrido um erro de digitação, com previsão de que
302 as metas pudessem ser consideradas para cumprimento das metas previstas para 2012 e 2013, sendo
303 preciso mudar o Artigo incluindo “ou 2013”, esclarecendo essa alteração. O Conselheiro Thiago
304 questionou se o prazo não era pequeno, sugerindo dar um prazo maior. O Conselheiro Idervânio
305 esclareceu ser uma data suficiente isso, considerando que viria uma nova prorrogação, mas que 20 de
306 dezembro não daria, pois o recurso era desse ano, tendo que ser repassado e empenhado nesse ano.
307 A Conselheira Denise informou terem autorização legal para utilizar o orçamento de 2013, com o
308 prazo final dado pelo próprio Ministério do Planejamento era dia 13 de dezembro, não tendo
309 autorização para estender até o dia 30. A Conselheira Simone ressaltou a proposta do Conselheiro
310 Thiago, podendo ser colocada na Resolução um Artigo autorizativo, caso haja ampliação do período

311 de empenho do Ministério. Acho que é bom, porque aí não precisa da gente voltar aqui de novo, caso
312 isso aconteça, com o Conselheiro Idervânio sugerindo colocar até 20, observada a data de autorização
313 de empenho. A Secretária Denise propôs que ao invés de fixar data, colocassem “observada a data de
314 validade de empenho, ou data autorizatória”, explicando-se a necessidade de ampliação até dia 10
315 para seu processamento, com a Presidenta esclarecendo que essa redação seria acertada. A
316 Secretária Denise passou a falar sobre o outro ponto: *“O segundo ponto trata-se da Resolução nº*
317 *01, de 21 de fevereiro de 2013, nas regras de transição, no Capítulo IV, na Resolução que fala de*
318 *serviço de convivência e fortalecimento de vínculos, em relação aos Artigos 21 e 22. O Artigo 21 atual*
319 *da Resolução prevê que o início do repasse do cofinanciamento federal, que ela foi discutida e*
320 *aprovada em fevereiro e foi dado o prazo até julho para que os municípios fizessem o reordenamento*
321 *e pudessem, então, processar o aceite nos moldes vigentes a partir de então, até julho; e os meses de*
322 *agosto, setembro e outubro, nestes meses já haveria o repasse do novo recurso nestes novos moldes*
323 *com o preenchimento de um sistema de informação que iria aferir o efetivo atendimento do público,*
324 *porque, se vocês lembram, esse cofinanciamento, ele tem dois componentes: um componente que a*
325 *gente chama de base, componente um, que prevê o cofinanciamento da manutenção destes serviços,*
326 *que eles têm que estar abertos, independente do número de atendimentos prestados, mas segundo a*
327 *sua capacidade; e um componente dois que seria um plus segundo um atendimento de públicos*
328 *específicos que seriam prioritários para esse respectivo serviço, como crianças e adolescentes que*
329 *foram retiradas do trabalho infantil, idosos e pessoas com deficiência que recebem o BPC, pessoas que*
330 *estão em situação de isolamento e assim sucessivamente, jovens que estão com defasagem anos/série*
331 *no processo escolar ou estão fora da escola, porque essa é exatamente a função deste serviço, de*
332 *promover a convivência e de permitir o acesso a outras políticas públicas. Ocorre que, como vocês*
333 *estão percebendo nos nossos sistemas de informação, o Ministério adotou uma política correta que*
334 *está fazendo a guarda de todos os dados junto ao Poder Público e, portanto, ao SERPRO do Governo*
335 *Federal e não mais fazendo a contratação de instituições privadas, mas um processo que demorou*
336 *muito tempo e vocês estão vendo as dificuldades dos e-mails e, portanto, um processo que também*
337 *não permitiu que este sistema de informação ficasse pronto, testado e em adequado funcionamento*
338 *para que nós pudéssemos aferir estes atendimentos e, portanto, realizar o pagamento do componente*
339 *dois. Então nós não tivemos condições de implantá-lo no mês de julho ou agosto, e estamos fazendo*
340 *agora com as testagens do mês de outubro e o funcionamento do mês de novembro e dezembro,*
341 *portanto a gente precisa alterar esta previsão também de data que seria para os meses de julho a*
342 *setembro no § que se dará a partir de julho, que estava previsto no Artigo 21, ou passá-lo para*
343 *outubro, que é o mês da testagem, e para o trimestre de julho a setembro, que está previsto no*
344 *parágrafo único, passá-lo para o trimestre de outubro a dezembro. Então estas são as alterações*
345 *previstas no Artigo 21 e estes são os motivos, porque a gente não tem o sistema no trimestre previsto*
346 *para fazer esta aferição do atendimento. Vocês receberam aí o documento, passaria, então, para a*
347 *seguinte redação, Artigo 21: “O início do repasse do cofinanciamento federal para o serviço de*
348 *convivência e fortalecimento de vínculo, de acordo com as regras definidas nesta Resolução, se dará*
349 *em outubro de 2013.” Com esta autorização nós podemos fazer o pagamento retroativo ao mês de*
350 *outubro, porque fizemos esta testagem e porque, vocês já vão ver no parágrafo seguinte,*

351 excepcionalmente o parágrafo único no trimestre de outubro a dezembro de 2013 o valor do
352 componente dois variável, que é este de atendimento ao público prioritário, será calculado com base
353 na capacidade de atendimento, sendo repassado o valor integral em parcela única no início do
354 trimestre considerando as metas de inclusão do público prioritário como alcançadas. Como o sistema
355 está em testagem, nós não podemos prejudicar os municípios, iremos considerar a capacidade total
356 de atendimento indicada, faremos os ajustes necessários no sistema até dezembro e a partir do ano
357 subsequente a contagem então desta regra de atendimento do público prioritário para pagamento do
358 componente dois, então nós precisamos também alterar esta previsão aqui para nos autorizar o
359 pagamento do último trimestre. Eu já vou falar do Artigo 22, depois a gente abre para os
360 esclarecimentos, pode ser? O Artigo 22 diz que exatamente a partir deste cômputo serão observados o
361 disposto na Resolução, o que está previsto no Artigo 11 que é efetivamente atender a todos esses
362 critérios que a gente já mencionou, então ele ficaria assim redigido, todos esses prazos e estas
363 redações já se encontram na Resolução atual, nós estamos só mudando as datas, o que era de julho a
364 setembro para outubro a dezembro, o que era começar sob a nova sistemática de outubro a dezembro
365 para janeiro a março, passando um semestre a frente, então o Artigo 22 ficaria com a seguinte
366 redação: “A partir do trimestre de janeiro a março de 2014 o cálculo do componente dois observará o
367 disposto no Inciso II do Artigo 11 desta Resolução.” E o Inciso II do Artigo 11 diz o seguinte: “O repasse
368 de recursos do cofinanciamento federal do Piso Básico Variável será realizado trimestralmente da
369 seguinte forma: para o componente um no início de cada trimestre do Fundo Nacional para os Fundos
370 de Assistência Social dos municípios e Distrito Federal.” Que é esse de manutenção do serviço. “Para o
371 componente dois, que é esse variável, no início de cada trimestre do Fundo Nacional para os Fundos
372 de Assistência Social dos municípios e do Distrito Federal considerando os registros no sistema a ser
373 disponibilizado pelo MDS dos atendimentos efetuados no trimestre anterior como base de cálculo
374 desse componente que é atender o ponto prioritário.” A Conselheira Maria Lúcia ressaltou a
375 importância dessa discussão para os municípios, solicitando confirmação que de julho a setembro
376 seria repassado da forma antiga, por programas, questionando se estaria assegurado, pois a redação
377 não trazia o período certo. Falou sobre as dificuldades existentes para o Capacita SUAS, mas
378 registrando as mudanças ocorridas para melhor, com os Conselhos Municipais reconhecendo na
379 prestação de contas outro formato, onde estava por programa, falando sobre a questão. Ressaltou
380 que o CONGEMAS era favorável a essa alteração, mas entendendo as dificuldades do município para
381 essa adequação. Que gostariam que fossem colocadas a forma de repasse anterior dos meses de
382 julho a setembro, que já se encontravam bem defasados, discorrendo sobre a situação existente. A
383 Secretária Denise observou que a Resolução tratava do reordenamento do serviço atual, com seu
384 funcionamento a seguir sendo conversado para se colocar na Portaria. Destacou que o mês de julho já
385 havia sido pago em relação aos serviços anteriores, explicando que o mesmo seria feito nos meses de
386 agosto e setembro, mas que não teria como inserir na Portaria que tratava só do reordenamento do
387 novo serviço. Que poderiam inserir na Portaria que o pagamento dos meses de julho a setembro
388 estavam vinculados às regras dos serviços anteriores, com os municípios tendo recebido julho nesse
389 formato e que pagariam agosto e setembro depois dessa autorização e de outubro a partir dessas
390 novas regras. A Conselheira Maria Lúcia lembrou que o sistema como SISPETI, o SISJOVEM haviam

391 deixado de funcionar, com agosto e setembro sendo o teto, com a Secretária Denise esclarecendo
392 que para esses serviços havia sido feito um acompanhamento dos serviços de convivência e
393 fortalecimento de vínculo a ser computado a partir de janeiro, com a Conselheira Maria Lúcia
394 sentindo-se contemplada. O Conselheiro Idervânio indagou sobre essa prorrogação, com a Secretária
395 Denise esclarecendo que nessa Resolução era uma alteração de prazo, por não ter sido feito em julho.
396 Que a Portaria previa alteração do prazo e uma regra para pagamento nesse interstício entre o
397 serviço anterior, as regras de funcionamento do serviço anterior e o atual, que seriam o trimestre de
398 julho a setembro. A Secretária Denise passou à leitura da Resolução com as alterações: *“Dá nova
399 redação ao Parágrafo Único do Artigo 21 e altera o Artigo 22 da Resolução nº 01, de 21 de fevereiro
400 de 2013. “O Conselho Nacional de Assistência Social, CNAS, em Reunião Ordinária realizada nos dias 19
401 de novembro de 2013, no uso da competência conferida pelo Artigo 18 da Lei 8.742, de 07 de
402 dezembro de 1993, Lei Orgânica de Assistência Social, LOAS. Considerando a Resolução nº 33, de 12 de
403 dezembro de 2012, do CNAS, que aprova a Norma Operacional Básica do Sistema Único da Assistência
404 Social - NOB/SUAS; e Considerando a Resolução nº 01, de 21 de fevereiro de 2013, que dispõe sobre o
405 reordenamento de serviço de convivência e fortalecimento de vínculos no âmbito do SUAS pactua os
406 critérios de partilha do cofinanciamento federal, metas de atendimento do público prioritário e dá
407 outras providências resolve: Artigo 1º - O parágrafo único do Artigo 21 e o Artigo 22 da Resolução nº.
408 01, de 21 de fevereiro de 2013, passam a vigorar com as seguintes redações: Artigo 21 - O início do
409 repasse do cofinanciamento federal para o serviço de convivência e o fortalecimento de vínculos, de
410 acordo com as regras desferidas nesta Resolução, se dará em outubro de 2013. Parágrafo único –
411 Excepcionalmente no trimestre de outubro a dezembro de 2013 o valor do componente do dois
412 variável será calculado com base na capacidade de atendimento, sendo repassado o valor integral em
413 parcela única no início do trimestre considerando as metas de inclusão do público prioritário como
414 alcançadas. Artigo 22 - A partir do trimestre de janeiro a março de 2014 o cálculo do componente dois
415 observará o disposto no Inciso II do Artigo 11 desta Resolução. Artigo 2º - Esta Resolução entra em
416 vigor na data de sua publicação.”* O Conselheiro Idervânio indicou que estavam alterando tanto o
417 caput quanto o parágrafo, mas faziam referência ao Artigo 21, o que foi acatado. Após algumas
418 observações sobre essas alterações, a Secretária-Executiva passou à chamada para a votação:
419 Conselheiros na Titularidade. Conselheira Graça Prola: “Favorável”. Conselheira Simone Albuquerque:
420 “Voto a favor da mudança das Resoluções”. Conselheira Maria Aparecida do Amaral Godoi: “De
421 acordo”. Conselheira Margareth Dallaruvera: “Voto pela aprovação das alterações da Resolução”.
422 Conselheiro Volmir Raimondi: “Pela aprovação”. Conselheira Juliana: “De acordo”. Conselheiro
423 Ademar: “Pela aprovação”. Conselheiro Idervânio: “Pela aprovação”. Conselheira Maria Lúcia: “Tendo
424 em vista já os municípios estarem efetivando, a maioria deles, os serviços de convivência e
425 fortalecimento de vínculo, isso é uma realidade, que é um avanço a forma de trabalhar com esse tipo
426 de serviço, isso dito pelos nossos usuários e a forma de financiamento vir somente contribuir para a
427 gente qualificar nós aprovamos com muito prazer essa nova Resolução”. Conselheiro José da Cruz:
428 “Voto pela aprovação, cumprimentando aí a Léa Braga, Diretora da Atenção Básica, e toda a equipe e
429 aqui fazendo minhas palavras a da Conselheira, colega aqui, Maria Lúcia”. Conselheira Márcia: “Bom
430 dia a todos e todas. Voto pela aprovação”. Conselheira Nilsia: “Voto pela aprovação”. Conselheira

431 Jane: “Bom dia. Voto pela aprovação”. Conselheira Léa: “Bom dia a todos e todas. Eu também voto
432 pela aprovação das Resoluções e agradecendo esse Plenário, a fala dos municípios que reconhece o
433 avanço de todos nós e o Conselho tem sido fundamental na implementação do reordenamento de
434 serviço de convivência”. Conselheira Vice-Presidenta Leila: “Pela aprovação”. Conselheira Presidenta
435 Luziele: “Pela aprovação”. A Presidenta procedeu à leitura da próxima Resolução: “Resolução nº. X de
436 outubro de 2013, altera o Inciso I do Artigo 4º da Resolução nº. 24, de 27 de setembro de 2013, do
437 Conselho Nacional de Assistência Social. O Conselho Nacional de Assistência Social, CNAS, em Reunião
438 Ordinária realizada nos dias 19, 20 e 21 de novembro de 2013, no uso da competência conferida pelo
439 Artigo 18 da Lei nº. 8.742, de 07 de dezembro de 1993, Lei Orgânica da Assistência Social, LOAS, e
440 considerando o Inciso V do Artigo 6º da Lei nº. 1.732/1993, que estabelece como objetivo do Sistema
441 Único, SUAS, a implementação da gestão do trabalho e a Educação Permanente na Assistência Social;
442 Considerando a Resolução nº. 24, de 27 de setembro de 2013, do CNAS, que aprova os critérios de
443 adesão e partilha dos recursos do Programa Nacional de Capacitação do Sistema Único de Assistência
444 Social, Capacita SUAS, para o exercício de 2013/13, resolve: Artigo 1º - O Inciso I do Artigo 4º da
445 Resolução nº. 24, de 27 de setembro de 2013, do Conselho Nacional de Assistência Social, passa a
446 vigorar com a seguinte redação: Artigo 4º - Inciso I - 2013. Deverão ter assinado até a data limite de
447 autorização do empenho do exercício de 2013 o contrato, convênio ou termo de cooperação com as
448 instituições habilitadas e credenciadas na Rede Nacional de Capacitação e Educação Permanente do
449 SUAS referente a execução do Capacita SUAS de 2012 (NR). Inciso II - 2014. Deverão ter assinado até
450 30 de junho de 2014 o contrato, convênio ou termo de cooperação com as instituições habilitadas e
451 credenciadas na Rede Nacional de Capacitação e Educação Permanente do SUAS referente a execução
452 do Capacita SUAS de 2013 ou 2012. Artigo 2º - Esta Resolução entre em vigor na data da sua
453 publicação. Luziele Maria de Souza Tapajós, Presidenta do CNAS.” O Conselheiro José da Cruz corrigiu
454 o caput do Artigo, alterando o Artigo 1º, os Incisos I e II do Artigo 4º. A seguir, a Secretária-Executiva
455 colocou em votação: Conselheiros na Titularidade. Conselheira Graça Prola: “Pela aprovação”.
456 Conselheira Léa: “Pela aprovação”. Conselheira Simone: “Agradecendo aí a compreensão do Conselho
457 Nacional, pela aprovação”. Conselheira Maria Aparecida Godoi: “Pela aprovação”. Conselheira
458 Margareth Dallaruvera: “Pela aprovação”. Conselheiro Volmir Raimondi: “Pela aprovação”.
459 Conselheira Juliana: “Pela aprovação”. Conselheiro Ademar: “Pela aprovação”. Conselheiro Idervânio:
460 “Pela aprovação”. Conselheira Maria Lúcia: “Pela aprovação” Conselheira Márcia: “Pela aprovação”.
461 Conselheira Jane: “Pela aprovação”. Conselheira Nilsia: “Pela aprovação”. Conselheiro José da Cruz:
462 “Também agradecendo e pela aprovação da alteração na Resolução”. Conselheira Vice-Presidenta
463 Leila: “Pela aprovação”. Conselheira Luziele, Presidenta: “Pela aprovação”. Após a votação as
464 Resoluções tiveram suas alterações acatadas pelo Pleno. A Presidenta agradeceu a presença da
465 Secretária Denise, que colocou a SNAS à disposição para a realização da IX Conferência Nacional. A
466 Presidenta passou ao Item calendário do CNAS de 2014. Informando que o mesmo seria apresentado
467 antes de o ser na Presidência Ampliada. Relatou que não haverá o Pleno em janeiro, iniciando em
468 fevereiro, com uma dia de Comissão e dois de Reunião Plenária, explicando a escolha dos dias: 04, 05,
469 06 de fevereiro, 11, 12 e 13 de março, 08, 09 e 10 de abril, 06, 07 e 08 de maio, 10, 11 e 12 de junho,
470 08, 09 e 10 de julho, 05, 06 e 07 de agosto, 09, 10 e 11 de setembro, 07, 08 e 09 de outubro, 04, 05 e

471 06 de novembro, e, 09, 10 e 11 de dezembro. Falou sobre a escolha das datas para as Reuniões
472 Trimestrais e Regionais, cuja definição ainda seria feita. O Conselheiro Thiago observou que a previsão
473 da eleição da Sociedade Civil e governo não estava prevista, questionando se seria o caso de
474 colocação no calendário e também o se haviam considerado o grande número de eventos que se
475 realizariam no próximo ano. A Presidenta concordou que seria preciso ver a data para a eleição da
476 Sociedade Civil nas datas escolhidas trariam algum problema. A Conselheira Leila solicitou que em
477 fevereiro mudasse para os dias 03, 04 e 05, considerando ter compromissos já agendados. Após
478 algumas observações com relação às dificuldades que haveria em junho, mês da Copa, a Presidenta
479 sugeriu que essa questão fosse tratada na Presidência Ampliada ou discutida nesse momento.
480 Colocou as duas situações levantadas, fechando 03, 04, e 05 de fevereiro, 03, 04 e 05 de junho, para
481 não haver prejuízo do processo eleitoral e concorrência com a Copa do Mundo, 22, 23 e 24 de julho,
482 12, 13 e 14 de agosto, e com os demais meses como havia sido apresentado inicialmente, Propôs, que
483 a partir desse calendário, trabalhassem na Presidência Ampliada as datas das Reuniões
484 Regionalizadas, Trimestrais. ENCERRAMENTO. A Presidenta encerrou a reunião, solicitando aos
485 Conselheiros o retorno às 14h. ABERTURA. Reiniciando a reunião, a Presidenta informou que às 16h
486 aconteceria a reunião da Presidência Ampliada, passando ao Item Ata da 216ª Reunião Ordinária, de
487 outubro de 2013. Indagou ao Pleno se havia alguma observação. Em não havendo, a Ata foi aprovada
488 pelo Pleno. Item Relato da Comissão Organizadora: *“A Comissão Organizadora da IX Conferência
489 Nacional de Assistência Social. Reunião 11 de 2013. Data: 13 e 14 de novembro de 2013. Local:
490 Esplanada dos Ministérios, Anexo do Bloco F Sala 108. Conselheiros presentes: Luziele de Souza
491 Tapajós, Dóris Margareth de Jesus, Edivaldo da Silva Ramos, José Ferreira da Crus, Leila Pizzato, Maria
492 das Graças Soares Prola, Marisa Rodrigues da Silva. Convidada: Márcia Lopes, Comitê Acadêmico.
493 Secretaria Executiva do CNAS: Maria das Mercês Avelino de Carvalho, Becchara Rodrigues de Miranda,
494 Carolina Ribeiro da Silva, Celda Maria Chaves de Souza, Cristiane Camargo Meneses, Maria
495 Auxiliadora Pereira, Mirelle da Silva Dantas, Rosângela da Silva Almeida, Rosiele Alves de Brito
496 Bomfim. No dia 13/11: 1- Informes. Informes sobre a tramitação do termo de referência, o TR da IX
497 Conferência Nacional. O pregão eletrônico nº. 37 de 2013 foi realizado no dia 08 de novembro de 2013
498 para a contratação da empresa responsável pela IX Conferência Nacional. Considerada a proposta
499 comercial da primeira colocada, o CNAS encaminhou o memorando para a Secretaria de Assuntos
500 Administrativos solicitando diligenciamento da empresa para que sejam prestados os esclarecimentos
501 e apresentadas às comprovações necessárias. 1.2- Patrocínio. A Secretaria Executiva do CNAS enviou
502 ofício para todos os possíveis patrocinadores, não tendo muito sucesso. Outras estratégias estão
503 sendo pensadas para obter recursos por intermédio de patrocínio para realização do evento. Foi
504 realizado no dia 14 de novembro numa reunião com superintendente de marketing do BRB – Banco de
505 Brasília para tratar do assunto. O CNAS aguarda retorno. Houve negativa do Banco do Brasil para
506 patrocinar a IX Conferência Nacional de Assistência Social, entretanto novas tentativas estão sendo
507 feitas junto aquela instituição. Será solicitado aos estados e ao DF auxílio quanto a apresentação de
508 atrações culturais e artísticas, visto que este item foi excluído do termo de referência. O CNAS contará
509 com apoio da Secretaria de Cultura do governo do Distrito Federal. 1.3- Participação do CNAS nas
510 Conferências Estaduais, Rio Grande do Norte e Maranhão. A Conselheira Marisa representou o CNAS*

511 na Conferência Estadual do Rio Grande do Norte. Na sua fala destacou o fato do estado realizar a
512 conferência fora do prazo definido pelo CNAS e enfatizou a importância do cofinanciamento da
513 Assistência Social. O CNAS ainda não teve conhecimento quanto às informações da Conferência
514 Estadual do Maranhão representado pela Conselheira Margareth. 1.4- Sisconferência. A- Situação dos
515 recebimentos dos relatórios das Conferências Estaduais e do DF e inscrições de delegados. Todos os
516 CEAS e CRAS-DF já preencheram os Instrumentais I e II. Com exceção do estado de Goiás que ainda
517 está em andamento. Segundo o último relatório do Sisconferência aberto em 11 de novembro de 2013
518 para a inscrição dos delegados previsto para encerrar as 24h do dia 15/11, porém mantido aberto
519 para complementação, visto dia 15 cair em feriado nacional, o número total de delegados inscritos foi
520 1.828 inscritos, dos quais 1.609 delegados municipais e 219 delegados estaduais titulares. Foram
521 inscritos 980 delegados suplentes. Total geral 2.808 inscritos no caso. Faltam 52 delegados, 51
522 municipais e um estadual serem inscritos no sistema. B- Inscrições de observadores. O Sisconferência
523 foi aberto para inscrição de observadores no dia 30 de outubro às 10h, horário de Brasília, e foi
524 fechado no dia 31 de outubro. Foram feitas 630 inscrições sendo que o número disponível para
525 observadores é de 200 vagas distribuídas 40 vagas por região. Aguardam na lista de espera de acordo
526 com as respectivas regiões, Centro-Oeste 75 pessoas; Norte 60 pessoas; Nordeste 150 pessoas; Sul 22
527 pessoas; e Sudeste 100 pessoas. C- Entrega dos produtos da relatoria. A relatoria colegiada
528 apresentará para o Comitê Acadêmico no prazo estabelecido os produtos consolidados provenientes
529 dos resultados das Conferências Estaduais em conformidade com o plano de relatoria. A SNAS
530 informou que até a reunião Plenária de novembro apresentará ao CNAS a sua avaliação em relação às
531 deliberações das Conferências Nacionais de Assistência Social de 2005 a 2011. O CNAS enviou o
532 produto do GT de Monitoramento conforme deliberado para a SNAS e para o Comitê Acadêmico. Até o
533 dia 08 de novembro nenhuma contribuição foi recebida quanto ao conteúdo do GT de Monitoramento.
534 1.5- Entrega dos relatórios pelos Conselheiros do CNAS. Foram encaminhados ao CNAS poucos
535 relatórios referentes a participação dos Conselheiros que representaram o CNAS nas Conferências
536 Estaduais. Encaminhamento: solicitar aos Conselheiros que representaram o CNAS nas Conferências
537 Estaduais que encaminhem a Secretaria Executiva do CNAS até a final da reunião Plenária de
538 novembro os relatórios de participação. 2- Estrutura e programação da IX Conferência Nacional. 2.1-
539 Definição da programação. Foi apreciada a proposta de programação preliminar da IX Conferência
540 Nacional construída com o apoio do Comitê Acadêmico e Relatoria Colegiada. A Comissão
541 Organizadora fez ajustes, avaliou perfis e indicou nomes para o painel de avaliação nacional do SUAS
542 para as mesas temáticas simultâneas, para as Plenárias temáticas simultâneas e para a Plenária final.
543 Encaminhamentos: o Comitê Acadêmico elaborará ementas para orientar as discussões das mesas
544 temáticas simultâneas dia 17/12. Deverá ser indicado um membro do Comitê Acadêmico em cada
545 Plenária temática simultânea para apresentar a avaliação de cada eixo. 2.2- Apreciação do projeto
546 Praça da Cidadania na IX Conferência Nacional. O projeto Praça da Cidadania não foi apreciado pela
547 Comissão Organizadora, visto que este item está condicionado ao recebimento de patrocínios. 2.3-
548 Apreciação do Mérito CNAS, Prêmio Egli Muniz. Anexo II: a Comissão apreciou o projeto e definiu na
549 programação da IX Conferência Nacional o lançamento e a premiação do mérito. Encaminhamentos:
550 utilizar as estatuetas já disponíveis no Conselho para a premiação das cinco categorias do Mérito

551 CNAS. Dar destaque as categorias: democracia representativa e sistema de justiça. O CNAS custeará a
552 vinda das duas filhas da Professora Egli Muniz a IX Conferência no momento da premiação. A
553 Comissão Organizadora será composta pelos Conselheiros José Crus e Ademar Bertucci e as
554 Conselheiras Dóris Margareth e Marisa Rodrigues. 2.4- Definição de grades de cursos, atos e
555 premiações. Este item aguarda a definição de patrocínio, entretanto algumas solicitações foram
556 encaminhadas a Comissão Organizadora a serem definidas dentro da programação. Lançamento do
557 livro 20 anos do SUAS. Organizado sobre o SUAS, Professor Renato de Paula. Ato do CONANDA a favor
558 do ECA e contra a maioria penal. CONANDA, CNAS a favor do ECA e contra a maioria penal.
559 Lançamento da cartilha manual para Conselheiros de Assistência Social pelo TCU. Lançamento do
560 curso a distância sobre controle social pelo TCU. Encaminhamentos: os Conselheiros deverão fazer
561 indicação quanto aos cursos a serem realizados no stand do CNAS, cada curso terá espaço para
562 aproximadamente 50 pessoas e ocorrerá nos horários de almoço e ao final do dia. Esse espaço poderá
563 ser cedido para o CONGEMAS, FONSEAS, ENAP, DGSUAS, Secretaria Executiva do CNAS e dentre
564 outros. 3- Situações específicas e demandas dos CEAS. 3.1- Conselho Estadual de Assistência Social de
565 Roraima. O Conselho Estadual de Roraima informa sobre a dificuldade do envio das delegações do
566 estado a IX Conferência Nacional, e sugere o envio de apenas metade da delegação, sete delegados. O
567 CEAS/Roraima solicita orientação do CNAS quanto ao assunto. Encaminhamento: o CNAS deverá
568 reiterar a importância da participação de toda delegação de Roraima, considerando as
569 recomendações constantes nos informes do CNAS durante o processo de realização das conferências
570 em 2013, e ressaltar que a delegação a ser enviada para a pactuação da IX Conferência Nacional de
571 Assistência Social deverá respeitar a paridade entre governo e a Sociedade Civil. Proposição de
572 instituir para a próxima Conferência Nacional uma Comissão de validação das Conferências Estaduais,
573 visando subsidiar a Comissão Organizadora nestas questões específicas. Encaminhar o e-mail de
574 Roraima para a Conselheira Graça Prola para conhecimento do FONSEAS. 3.2- Conselho Estadual de
575 Assistência Social de São Paulo. O Conselho Estadual de São Paulo solicitar a participação de dois
576 técnicos da Secretaria Executiva que se encontram na lista de espera para observadores da IX
577 Conferência. A Comissão avaliou e definiu que não será possível atender a solicitação. 3.3- Conselho
578 Estadual de São Paulo referente à carta aberta da de Atibaia. A Comissão Organizadora decide por
579 acolher as propostas apresentadas pelos delegados das metrópoles paulistanas, pois reconhece que o
580 CEAS/SP propiciou as condições para o trabalho das três metrópoles, tendo em vista as dificuldades
581 ocorridas, assim a Comissão Organizadora considera legítimo o produto trabalho das delegações das
582 metrópoles, inclusive pela amplitude dessa representação. Encaminhamento: solicitar reunião com os
583 Presidentes dos CEAS ou com o CEAS de São Paulo, Conselhos Municipais de Guarulhos, São Paulo e
584 Campinas. 3.4- O CEAS/MG. O CEAS/MG solicita o credenciamento de sete pessoas para a IX
585 Conferência Nacional como convidado ou observador para acompanhar a delegação do estado.
586 Encaminhamento: a Comissão avaliou e definiu que não será possível atender a solicitação. CEAS/AC.
587 O CEAS/AC consultou a Comissão Organizadora sobre a validade do processo de eleição dos delegados
588 representantes da esfera governamental tendo em vista que apenas duas pessoas se candidataram
589 para ocupar as quatro vagas destinadas ao estado. Assim sendo, a Presidenta do CEAS sugeriu à
590 assembleia que as duas vagas fossem rateadas entre as esferas municipais de municípios de pequeno

591 *porte I e II, o que foi aclamado pelos presentes. A Comissão entende válido o procedimento na*
592 *Conferência Estadual do Acre visto que foi aprovado em assembleia. 14/11/2013. 4- Regulamento e*
593 *regimento interno da IX Conferência Nacional, Anexos III e IV. Foi apreciado e discutido o regulamento,*
594 *e o regimento para a IX Conferência Nacional nos quais foram feitos ajustes. Encaminhamento:*
595 *reforçar junto aos CEAS e CAS/DF a questão da suplência. 5- Lista dos 84 delegados nacionais. Os*
596 *Conselheiros representantes da Sociedade Civil e os Conselheiros representantes do governo*
597 *apresentarão no pleno do CNAS a lista de delegados nacionais para a IX Conferência Nacional. Lista de*
598 *280 convidados. A Comissão Organizadora finalizou a lista de convidados para a IX Conferência após*
599 *as indicações do pleno de outubro. Encaminhamento: o endereço dos convidados deverão ser*
600 *entregues se for o caso. Exemplo: CONGEMAS, entidades, etc. 7- Proposta de definição da escala de*
601 *atividades dos Conselheiros do CNAS na IX Conferência Nacional, aqui Anexo V. A Comissão avaliou a*
602 *definição da escala de atividades dos Conselheiros na IX Conferência Nacional de Assistência Social*
603 *onde foram indicados os nomes para as respectivas atribuições. Encaminhamento: a escala de*
604 *atividades dos Conselheiros do CNAS na IX Conferência será apresentada, revista e fechada durante o*
605 *pleno do CNAS.” A Presidenta informou sobre a tramitação do Termo de Referência, indicando que a*
606 *escolha da empresa estava em homologação, não tendo nenhum recurso, e cuja escolha seria avisada*
607 *ao Pleno. Falou sobre as tratativas com relação aos custos da Conferência, com o assunto tendo sido*
608 *discutido na Comissão Organizadora e com o apoio da Secretária Denise e de outros setores do*
609 *governo. Indicou a solicitação de constituição de uma Comissão de gestão do contrato, incluindo os*
610 *patrocínios, que seriam informados sobre a colocação dos recursos. Com relação aos patrocínios*
611 *informou que a Secretaria Executiva do Conselho Nacional de Saúde enviou ofícios, mas que isso*
612 *havia sido feito anteriormente pelo MDS, com o CNAS reforçando essas comunicações e fazendo*
613 *outros contatos, citando o BB e o apoio da Paulus, que faria as publicações. Citou o lançamento das*
614 *duas cartilhas do CNAS revisadas e mais a terceira cartilha que era nova, falando, também sobre o*
615 *apoio do GDF, citando algumas das atrações e também a disponibilização de um produtor de eventos.*
616 *No item 1.3- Participação do CNAS nas Conferências Estaduais do Rio Grande do Norte e Maranhão,*
617 *citou a fala da Conselheira Marisa feita anteriormente, com a Conselheira Margareth registrando a*
618 *importância da Conferência do Maranhão, onde havia acontecido um importante debate, relatando*
619 *como havia ocorrido nesse evento e as discussões levantadas e que seriam trazidas para a*
620 *Conferência Nacional. Concluindo, a Conselheira Margareth informou que proximamente*
621 *encaminharia o relato desse encontro. A Presidenta considerou registradas as Conferência do*
622 *Maranhão e Rio Grande do Norte, fechou o ciclo de todas as Conferências Estaduais e do Distrito*
623 *Federal. Item 1.4- Sisconferência. Situação do recebimento dos relatórios das Conferências Estaduais*
624 *e do Distrito Federal, e inscrição dos delegados. A Presidenta destacou o trabalho realizado pela*
625 *Secretaria-Executiva, citando o Sr. Ranieri, em identificador o operador responsável pelo Sistema nos*
626 *estados para essa inscrição, discorrendo sobre os procedimentos utilizados e os problemas ocorridos.*
627 *Informou que de posse do nome dos delegados nacionais, abririam uma *mailing list* com todas as*
628 *informações relacionadas à Conferência. Que ainda estavam com o Sistema aberto considerando os*
629 *51 municipais e um estado, dos quais não tinham os dados, mas que a partir desse Pleno encerrariam*
630 *a inscrição de delegados. No item B- Inscrição de observadores, a Conselheira Maria Lúcia indagou*

631 como os inscritos teriam essa confirmação, com a Presidenta explicando que no *blog* CNAS aparecia a
632 lista total de observadores inscritos e a lista de espera, com o Informe II trazendo esses dados, mas
633 que facilitariam o acesso. Que todos os observadores tinham um *mailing* específico e que,
634 considerando o grande número na alista de espera, propôs que abrissem para todos. A Conselheira
635 Leila questionou como procederiam na hora se todos da lista de espera viessem na esperança que
636 houvesse vaga para a sua região. A Presidenta esclareceu que na desistência subiria outro nome, mas
637 que mandariam um *e-mail* para todos os observadores confirmando a sua inscrição, e os demais
638 fariam o mesmo, dizendo que sua inscrição não havia sido possível, havendo 430. A Conselheira
639 Margareth observou que o CNAS não custaria a vinda dos observadores, seria inviável a vinda dos
640 mesmos, com a Presidenta destacando a questão do espaço existente, mas que os mesmos também
641 ganhariam material e seria credenciados. C- Entrega dos produtos da relatoria. Informou que a
642 Relatoria Colegiada já havia apresentado todos os consolidados, que já estavam com o Comitê
643 Acadêmico. Que a Relatoria no dia seguinte poderia apresentar os cinco produtos demandados pelo
644 Comitê Acadêmico. A Presidenta explicou que estavam fazendo um consolidado das propostas novas
645 enviadas pelos estados e municípios, esclarecendo a metodologia utilizada anteriormente e a atual,
646 com essas propostas novas sendo apreciadas nas Plenárias temáticas e sendo devolvida para o
647 próprio ente. Indicou os cinco produtos da Relatoria: *“Consolidado do perfil da participação das*
648 *Conferências Estaduais e Distrital, geral, por região, por categoria. Consolidado dos avanços e*
649 *dificuldades por eixo temático, consolidado das recomendações, aí sim, as recomendações para a*
650 *união por eixo temático e âmbito de governo e destinatário. Propostas novas dos estados e do Distrito*
651 *Federal. Síntese da avaliação da dinâmica das Conferências Estaduais e Distrital, e Propostas novas*
652 *enviadas para a União que serão remetidas ao próprio CEAS para que os delegados tragam e*
653 *apresentem na Conferência Nacional”*. O Conselheiro José da Cruz justificou o não envio do
654 documento acordado no último Pleno a ser enviado no dia 08, com contribuição ao documento, mas
655 que isso havia sido feito no dia 12, registrando a sua chegada ao CNAS. A Conselheira Cláudia indagou
656 como tratariam os encaminhamentos futuros na Comissão ou ao grupo de monitoramento das
657 deliberações das Conferências, considerando os ajustes realizados. A Presidenta ponderou que era
658 importante que no relatório das Conferências isso viesse explicado. A Conselheira Lea Lúcia destacou
659 a solicitação feita que esse documento fosse tratado de uma forma mais ampliada, indagando se seria
660 possível até o final desse Plenário entregar o documento da CNAS com as contribuições da assessoria,
661 com a Presidenta respondendo afirmativamente. Item Entrega dos relatórios pelos Conselheiros do
662 CNAS. Ressaltou que poucos Conselheiros haviam feito a entrega dos relatórios, informando que a
663 Secretária-Executiva poderia ajudar no preenchimento dos dados quantitativos que já estavam no
664 Sistema. Que era muito importante que chegasse a análise qualitativa dos Conselheiros com relação
665 às Conferências, indagando quem ainda não havia encaminhado, e que até o final do Pleno
666 esperavam esse documento, solicitado pela Sra. Márcia Lopes, do Comitê Acadêmico. Item
667 Estruturação e programação da IX Conferência. Definição da programação. Encaminhamento: O
668 Comitê elaborará as ementas para orientar as discussões das mesas temáticas simultâneas e indicará
669 um membro do Comitê Acadêmico para apresentar a avaliação de cada eixo. Que começariam a
670 pensar na proposta de programação na reunião da Comissão da Presidência Ampliada, mostrando ao

671 Pleno a formatação da Conferência, discorrendo sobre como seria realizada: Cinco grandes espaços,
672 com o primeiro sendo ocupado em metade do primeiro dia para credenciamento, Regimento e a
673 abertura. No segundo dia, avaliação nacional do SUAS e mesas temáticas simultâneas; no terceiro dia,
674 Plenárias temáticas o dia inteiro, os eixos, com dois objetivos, um objetivo pela manhã e um objetivo
675 à tarde, e a Plenária final. Sobre as demais atividades extras, esclareceu que dependeriam da
676 disponibilidade orçamentária, com a premiação do Prêmio Rosane Cunha de Desenvolvimento Social,
677 o projeto de reconhecimento do Mérito CNAS, oficinas, rodas de conversas e cursos nos estandes,
678 praça da cidadania onde haveria a esquina do usuário, a casa da brincadeira, presença do FONSEAS e
679 CONGEMAS, biblioteca do SUAS, SINE/MDS, pensado anteriormente, e um espaço dos Conselhos,
680 feira solidária, e o coreto que animaria algumas situações. No primeiro dia, o credenciamento seria
681 de 12h às 18h, leitura e apreciação do Regimento às 16h, abertura às 18h e a seguir o
682 reconhecimento do Mérito do CNAS e uma atividade cultural.. No segundo dia seria o painel avaliação
683 nacional do SUAS, com base nas análises referenciadas no Instrumental I, a avaliação apresentada
684 pelos estados, pela avaliação realizada pelo CNAS e SNAS, e pelos consolidados das deliberações
685 estaduais e suas dinâmicas. À tarde, realização de seis Mesas temáticas simultâneas, para socialização
686 de informações e debates de temas importantes à gestão e financiamento do SUAS e referência ao
687 âmbito da política nacional de Assistência Social.. No dia seguinte, durante todo o dia, realização de
688 Plenárias temáticas por eixos, com base nas análises referenciadas no Instrumental I, avaliação
689 apresentada pelos estados, pela avaliação realizada pelo CNAS e SNAS, e pelos consolidados das
690 deliberações estaduais e suas dinâmicas, visando subsidiar a validação das recomendações, e a
691 apresentação e aprovação das propostas novas a serem apreciadas e deliberadas na Plenária final. No
692 primeiro momento da manhã, apresentação da avaliação por cada eixo e os debates e no segundo
693 momento, a validação das recomendações e votação das propostas novas que serão deliberadas na
694 Plenária final, assim como as moções. A Presidenta destacou a importância que os Delegados fossem
695 bem preparados para validar as recomendações, apresentar e votar as propostas novas para votação
696 pelo Plenário da Conferência Nacional. Informou que as atividades extra pauta estavam sendo
697 amadurecidas, por não saber se seriam ou não realizadas, citando outras questões que precisariam
698 analisar. Indicou a proposta de chamar o evento de Conferência de Assistência Social Neiri Bruno, que
699 não havia sido aprovada, mas com a possibilidade de fazer uma homenagem à Sra. Neiri no início dos
700 trabalhos, o que estavam analisando. Informou como seria a acolhida aos participantes no primeiro
701 momento, feita pelos Conselheiros, relatando os demais procedimentos, sendo que na abertura não
702 haveria conferência magna, e sim um pronunciamento da autoridade superior, sobre a IX Conferência
703 e seu tema. Às 19h haveria uma agenda cultural, ainda a ser pensada e com os estados podendo
704 enviar alguma atração, falando sobre o lançamento da metodologia do reconhecimento do Mérito do
705 CNAS, a ser feito após a solenidade de abertura, com jantar a seguir. A Conselheira Margareth
706 manifestou preocupação quando se falava da autoridade superior, considerando que eram os
707 Presidentes de Conselhos e não os gestores, e que a Presidenta da República ou a Ministra fossem
708 fazer alguma fala, que não fosse na perspectiva da autoridade superior perante a Conferência,
709 defendendo o controle social e a Presidenta do Conselho. A Presidenta agradeceu, sugerindo não
710 haver conferência magna, e sim pronunciamento de autoridades sobre a Conferência e seu tema. A

711 Conselheira Maria Lúcia, falando sobre a importância da gestão para os conselhos, observando quem
712 convocava para Conferência nos diversos e que nos cadernos de orientação e demais procedimentos,
713 estava clara a participação e a divisão igualitária da gestão entre Conselho e órgão estatal. A
714 Conselheira Jane indicou que a Vice-Presidente deveria ser colocada de forma a representar a
715 Sociedade Civil e a Presidenta representar todo o Conselho. A Presidenta esclareceu que, com a
716 Conselheira Leila, teriam papéis iguais na Conferência, não estando colocada somente a presença da
717 Presidente. Prosseguindo, informou que no primeiro dia também teriam almoço, *coffee break* e jantar
718 para os delegados, prosseguindo com a programação nos demais dias, observando como seria feita a
719 homenagem para a Professora Neiri Bruno. A Presidenta indagou se havia alguma observação com o
720 Conselheiro José Crus sugeriu colocar a homenagem na programação às 9h, e s 9h30, iniciar a mesa
721 de avaliação, para fazer esse registro já na programação. A Presidenta concordou com essa sugestão,
722 prosseguindo com a programação da Conferência, esclarecendo que as Mesas temáticas vinham
723 antes das Plenárias temáticas pra subsidiar o debate, indicando os temas das mesmas. Referiu-se à
724 indicação dos nomes para as mesas, havendo uma demanda da Sociedade Civil que esses nomes não
725 fossem indicados nesse momento, sendo que fariam uma reunião e pensariam alguns nomes, assim
726 como a representação governamental. O Conselheiro José Crus observou que na Comissão
727 Organizadora participavam governo e Sociedade Civil, com o trabalho realizado seria analisado pelo
728 Pleno ou se seria revisto. O Conselheiro Thiago destacou o grande trabalho realizado pela Comissão,
729 mas que só agora estavam tomando conhecimento dos nomes propostos, querendo 24 horas para
730 pensar e discutir com seu segmento, sugerindo que a análise dos nomes fosse postergada para o dia
731 seguinte. A Conselheira Simone questionou o andamento dessa reunião, sendo interrompida para a
732 reunião da Presidência Ampliada e continuando no dia seguinte, com essa reunião fazendo parte da
733 programação. A Presidenta ponderou que já havia colocado essa situação, mas tendo surgido a
734 demanda da Sociedade Civil de não debater os nomes nesse momento, considerando que se
735 reuniriam à noite e queria um tempo para essa indicação, com o encaminhamento sendo concluir a
736 programação do dia 17 nessa oportunidade. O Conselheiro Edivaldo relatou o que havia sido feito
737 com relação aos nomes, não tendo enviado as sugestões, mas encaminhando a oficina específica a
738 todos os Conselheiros do segmento dos trabalhadores, os nossos propostos, tendo recebido dois
739 nomes do segmento dos trabalhadores. Que não havia tido como consultar os Conselheiros da
740 Sociedade Civil como um todo em relação a toda a programação, concordando com a discussão dos
741 nomes no dia seguinte, com a participação de todos os Conselheiros. A Conselheira Simone
742 concordou que seria bom conversar sobre a Conferência esclarecendo todas as questões, mas que
743 com um tema dessa relevância seria preciso entrar em um consenso ou colocar para votação. Que a
744 Presidenta deveria terminar a apresentação, após o que sanariam as dúvidas existentes, continuando
745 com o debate. Após esclarecimentos, a Conselheira Simone destacou que a Presidenta fizesse a
746 leitura integral da proposta da Comissão Organizadora, após a qual se faria a discussão dos pontos
747 destacados. A Conselheira Jane concordou com essa proposta, com a Conselheira Maria Lúcia
748 sugerindo que todos fizessem a leitura e no dia seguinte trariam os destaques, ressaltando o trabalho
749 realizado pela Comissão, que era paritária e encontrando prudente respeitar o horário da reunião da
750 Presidência Ampliada. A Conselheira Dóris, para efeitos de gravação, sugeriu fazer a leitura do

751 documento, como estava sendo feito, não fazendo o debate e encerrando-se os trabalhos para a
752 reunião, com a Conselheira Simone concordando com essa proposta. A Presidenta prosseguiu,
753 indicando os temas das Mesas temáticas simultâneas e seus participantes, indicando os nomes
754 levantados na Comissão Organizadora. Esclareceu que haviam pensado em dois ou três debatedores,
755 os quais não estariam na parte da tarde, quando o objetivo seria validar e votar, estando presentes os
756 coordenadores de mesa e os relatores e um grupo de apoio de Conselheiros Nacionais, dividindo-se
757 com os relatores e com o Comitê Acadêmico. Reforçou as palavras do Conselheiro José Crus, que o
758 Pleno tinha legitimidade e suficiência de conhecimentos para incrementar essa proposta, mas com a
759 Comissão Organizadora tendo a representação e a legitimidade do Conselho para sua apresentação.
760 Indagou se havia alguma observação solicitando aos Coordenadores das Comissões que se dirigissem
761 para a sala da presidência para a reunião. nós realizarmos a nossa presidência ampliada. Srs.
762 Conselheiros então até amanhã, muito obrigada a todos. A Conselheira Márcia solicitou que a
763 Sociedade civil permanecesse para uma reunião. ENCERRAMENTO. A Presidenta encerrou a reunião,
764 despedindo-se de todos até o dia seguinte, ABERTURA. Aos vinte dias de novembro de dois mil e
765 treze, a Presidenta reiniciou a reunião, informando a ausência da Conselheira Leila e com a Secretária-
766 Executiva procedendo a verificação do quorum: Conselheiros na titularidade: Conselheira Luziele
767 Maria de Souza Tapajós, Conselheira Simone Aparecida Albuquerque, Conselheira Lea Lúcia Cecílio
768 Braga, Conselheiro Idervânio da Silva Costa, Conselheiro José Ferreira da Crus, Conselheira Maria das
769 Graças Prola, Conselheiro Ademar de Andrade Bertucci, Conselheira Márcia de Carvalho Rocha,
770 Conselheiro Volmir Raimondi, Conselheiro Anderson Lopes Miranda, Conselheira Maria Aparecida do
771 Amaral Godoi de Faria, Conselheira Margareth Alves Dallaruvera, Conselheira Jane Pereira Clemente,
772 Conselheira Maria Lúcia Nogueira Marquim, Conselheira Valéria da Silva Reis Ribeiro, e Conselheiro
773 José Araújo da Silva. Conselheiros na suplência: Conselheiro Fábio Bruni, Conselheira Marilene
774 Ardore, Conselheira Dóris Margareth de Jesus, Conselheira Nilsia Lourdes dos Santos, Conselheiro
775 Edivaldo da Silva Ramos, Conselheiro Carlos Rogério de Carvalho Nunes, Conselheiro Thiago Barbosa
776 Ferreira Cabral. A Presidenta prosseguiu com a programação da Conferência, sugerindo mostrar os
777 painéis, os nomes indicados, e os coordenadores entre os Conselheiros Nacionais. Informou que no
778 primeiro dia era só Mesa, a coordenação da mesa, indicada pela Comissão, era da Conselheira Leila
779 Pizzato, a Presidenta como representação do controle social para avaliação nacional do SUAS, a
780 Secretária Denise Colin e a Sra. Márcia Lopes como debatedora. À tarde teriam as Mesas temáticas,
781 com um coordenador e um relator para cada uma delas. A indicação da Comissão Organizadora na
782 Mesa 01 “Assistência Social na proteção social brasileira”, a pesquisadora do IPEA, Sra. Luciana
783 Jaccoud e a Professora Carmelita Iazbeck, coordenador de mesa, a Conselheira Lea Braga e o
784 Conselheiro Edivaldo Ramos, com o relator sendo indicado pela Plenária e pela Relatoria Colegiada,
785 com o Comitê Acadêmico preparando uma ementa sobre o que significa discutir a Assistência Social
786 na proteção social. Mesa 02: “O estado democrático de direito, gestão e pacto federativo no SUAS”:
787 Dr. Vicente Trevas, especialista na área do pacto federativo e professor, o ex-Ministro Patrus Ananias,
788 coordenação: Presidenta e Conselheira Dóris. Mesa 03: “O mundo do trabalho e o trabalho no SUAS”:
789 especialista geral, economista da UNICAMP e atual Presidente do Instituto Perseu Abramo e ex-
790 Presidente do IPEA, Professor Márcio Pochmann. especialista do SUAS, Professora Jucimeri Silveira,

791 coordenadores: Conselheiro José Crus e Conselheiro Carlos Rogério. Mesa 04: "A democratização da
792 política social, o papel da Sociedade Civil": especialista geral, Dr. Diogo Santana, Ademar, ou o Diretor
793 Pedro Pontua, especialista do SUAS: ex-Presidente Carlos Ferrari e/ou a Professora Rosângela Paz,
794 coordenadores: Conselheira Leila Pizzato e a Conselheira Simone Albuquerque. O Conselheiro
795 Edivaldo informou que a Sociedade civil entendia que a fala mais próxima do que queriam seria a do
796 Dr. Pedro, indicando, também, o Sr. Silvio Santana, do Comitê de Articulação Nacional do Marco
797 Regulatório. Podendo ser um terceiro nome. A Presidenta indicou a presença do coordenador da
798 Relatoria Colegiada, Sr. Ronaldo Sena Camargos. O Conselheiro Fábio sugeriu o nome da Sra. Márcia
799 Marzagão, especialista do SUAS, que havia trabalhado na ABONG e vinha se debruçando sobre as
800 questões do SUAS . A Presidenta indicou o Sr. Carlos Ferrari ou a Rosângela Paz ou a Márcia
801 Marzagão. A Presidenta indagou se não seria a Sra. Vera Masagão, ao que o Conselheiro Ademar
802 destacou que então seria no campo do marco regulatório, relação estado e Sociedade Civil, mas que
803 haviam sugerido o nome do Sr. Silvio. Após algumas colocações, o foi destacado o nome do Sr. Pedro,
804 Carlos Ferrari e Silvio Santana, com a Conselheira Simone concordou com a sugestão dos nomes do Sr.
805 Silvio Santana e da Sra. Vera Masagão, que estava no debate do marco regulatório, sugerindo,
806 também, o nome do Conselheiro Ademar. A Presidenta esclareceu que o Sr. Silvio Santana e a Sra.
807 Vera Masagão, não eram especialistas do SUAS, estando como especialistas gerais e não do SUAS,
808 com o tema não sendo marco regulatório, tendo esse nome para ampliar a discussão para além desse
809 tema. A Conselheira Simone sugeriu o Sr. Pedro Pontual como especialista geral e o especialista do
810 SUAS, Conselheiro Ademar, coordenadores, Conselheira Leila Pizzato e Conselheira Simone
811 Albuquerque. Mesa 5: "Sistemas universais, seguridade social brasileira e políticas públicas de
812 estado": especialista geral Eduardo Fanhani, especialista do SUAS, Professora Aldaíza Sposati,
813 coordenadores, Conselheira Maria Aparecida Godoi e a Conselheira Fátima Rampin. Mesa 6: "A
814 intersetorialidade, políticas transversais do SUAS, planos nacionais intersetoriais" com a indicação de
815 um nome pelo CONGEMAS, outro pelo FONSEAS e uma da União, que seria a Ministra Gleisi Hoffman.
816 A Conselheira Léa Braga sugeriu ter uma representação do MDS. A Conselheira Margareth referiu-se à
817 questão do crack, ademais do Brasil Sem Miséria, e se esse debate aconteceria, com a Presidenta
818 indicando a a própria Ministra Gleisi, ou a indicação da Casa Civil que pode ria ser a Sra. Nina, e a
819 Secretária Denise como indicação do MDS, ao que a Conselheira Léa ponderou que teriam que
820 conversar com a Secretária. O Conselheiro José Crus ressaltou que o comitê Acadêmico estava
821 preparando as ementas para as mesas, orientando a fala de todos, com o representante do MDS
822 podendo ser a Secretária Denise ou o Secretário Thiago, o que seria resolvido internamente.
823 Prosseguindo, a Presidenta indicou que os coordenadores seriam a Conselheira Solange Teixeira e o
824 Conselheiro Anderson Miranda. O Sr. Ronaldo indagou se as mesas temáticas não tinham caráter
825 deliberativo, só de aprofundamento dos temas propostos, pelos especialistas. A Conselheira Simone
826 indicou a Conselheira Juliana para a substituir na Mesa 04. Indicou que de 18h às 19h haveria a
827 solenidade do Prêmio Rosane Cunha, e a Comissão Organizadora havia indicado a Presidenta e a Vice-
828 Presidente Leila para coordenar junto com a SENARC, com a Conselheira Simone Albuquerque
829 sugerindo que esse seria o local mais adequado para lembrar dos 20 anos da Lei Orgânica da
830 Assistência Social. A Presidenta indagou se havia previsão de alguma atividade, com a Conselheira

831 Simone sugeriu incluir lançamentos de livros, com a Advocacia-Geral da União junto com a CONJUR
832 do MDS estava fazendo uma LOAS comemorativa, que seria muito importante para todo o SUAS. Que
833 a SNAS também estava organizando junto com outros autores um livro comemorativo dos 20 anos da
834 LOAS, ademais das publicações do CNAS, mas com a Comissão Organizadora resolvendo essa questão.
835 A Presidenta anotou a sugestão de casar a solenidade da entrega do prêmio Rosane Cunha, com
836 quatro premiados, três municípios e um estado e mais a comemoração dos 20 anos de LOAS. No dia
837 18 seria uma Plenária de dia inteiro com duas funções: pela manhã avaliação e debate, e pela tarde
838 validação e aprovação das propostas novas que iriam para a deliberação na proposta final. Que essas
839 Plenárias Temáticas seriam simultâneas, com indicação de 450 delegados ou participantes por
840 Plenária em seis grandes salas. Que pela manhã teriam uma avaliação do que havia sido recebido dos
841 três elementos da análise do CNAS e da SNAS sobre as Conferências Nacionais de 2005 a 2011, a
842 exemplo do que fizeram estados e municípios. Nas Plenárias simultâneas, teriam os debatedores, pela
843 manhã, alguém do Comitê Acadêmico apresentaria a avaliação proveniente dessa base de
844 informações do SUAS no Brasil. Que o Comitê Acadêmico indicaria a Professora Carmelita, Professora
845 Maria Luiza Rizzotti, Professora Elisângela Inácio, Professora Eleonora Schettini, com dois debatedores
846 para debater essa avaliação e suscitar o debate com os delegados e participantes de cada mesa. Para
847 a Plenária Temática 01: “Avaliação do cofinanciamento obrigatório do SUAS”, a indicação do Comitê
848 Acadêmico era a Dra. Vanessa Mazali, Sra. Gisele Tavares, ou o Dr. José Dirceu Galão, coordenadores,
849 Conselheira Margareth e o Conselheiro Fábio. O Conselheiro José da Crus lembrou que haviam
850 definido três pessoas para essa Mesa, com a Presidenta esclarecendo que seria para debatedores e
851 não para conferencista. O Sr. Ronaldo ressaltou que esse seria o único momento na Plenária, que a
852 Conferência teria para construir propostas novas, com a Presidenta esclarecendo que na parte da
853 manhã seria só a discussão de temas. A Conselheira Simone ponderou que os Conselheiros poderiam
854 colaborar melhor com o CNAS se estivessem não nas mesas, mas como apoio técnico, pela
855 quantidade de questões que parecem relativas à própria gestão do SUAS, principalmente aqueles da
856 SNAS, que seriam indicados como apoio técnico no Plenário. O Conselheiro José da Crus concordou
857 com a importância dessa sugestão, mas lembrando que os Conselheiros estavam presentes em todas
858 as atividades. A Presidenta prosseguiu, com a mesa 02, para o eixo II, “A avaliação da gestão do SUAS,
859 vigilância, processos de planejamento e monitoramento e avaliação”: debatedores: Sres. Vânia
860 Pacheco, Dirce Koga e Paulo Januzzi, coordenadores, Conselheiras Marisa e Jane. Para a mesa 03,
861 “Avaliação da gestão no trabalho”: debatedores, Professora Maria Lúcia Martinelli e a Sra. Joaquina
862 Barata, coordenadores, Conselheira Maria Aparecida Godoi e o Conselheiro José Crus. O Conselheiro
863 José da Crus indicou o nome da Conselheira Maria das Graças para coordenar no seu lugar a Mesa 3,
864 junto com a Conselheira Maria Aparecida. A Conselheira Maria Aparecida falou sobre a discussão
865 realizada com a Sociedade Civil, percebendo-se que os debatedores das mesas estavam em número
866 de três, e no caso dessa mesa da gestão do trabalho haviam duas, a Sra. Maria Lúcia Martinelli e
867 Joaquina Barata, tendo mais duas indicações para essa mesa, Sr. Geraldo Gonçalves, Diretor da Nova
868 Central Sindical, Presidente da FENATIBREF, ex-Presidente do CEAS de Minas e também foi ex-
869 Conselheiro do CNAS, e a Sra. Denise Motta Dau, Assistente Social militante da área, ex- Presidenta da
870 CNTCSS, ex-Diretora da gestão do trabalho do Ministério da Saúde. A Conselheira Lea indicou o nome

871 da Sra. Denise, assim como a Conselheira Fátima. O Conselheiro Fábio sugeriu a retirada do seu nome
872 e a indicação do Conselheiro Marcílio para ficar na mesa 01. A Conselheira Dóris reforçou a indicação
873 do nome da Sra. Denise, com o Conselheiro José da Crus reforçando essa indicação. A Presidenta
874 sugeriu o nome da Sra. Esther Lemos, com o Conselheiro José da Crus observando que poderia ficar:
875 Professora Maria Lúcia Martinelli ou a Professora Joaquina Barata, ficando mais esse nome, caso não
876 houvesse confirmação dessas duas pessoas. A Presidenta indicou que ficaria da seguinte forma: Sra.
877 Maria Lúcia Martinelli, Sra. Joaquina Barata, Sra. Denise Motta Dau e o Sr. Geraldo Gonçalves, com a
878 Conselheira Dóris retirando o nome do ex-Conselheiro. A Conselheira Simone sugeriu colocar no lugar
879 do Sr. Geraldo a Professora Ester, caso a Sra. Denise não pudesse aceitar o convite. A Presidenta
880 acatou essa indicação, ficando como coordenadores, Conselheira Maria Aparecida e Conselheira
881 Maria das Graças, lembrando que os Conselheiros permaneceriam à tarde, o que não acontecia com
882 os debatedores. Eixo IV: Mesa 04, “Gestão de serviços, projetos e programas”: Professora Carmelita,
883 debatedores, Conselheira Simone, Sra. Abigail Torres e a Sra. Berenice Rojas. A Conselheira Simone
884 sugeriu indicar o Presidente do CONGEMAS no seu lugar, com a Presidenta indicando: Sra. Abigail
885 Torres, e o Sr. Valdiosmar no lugar da Conselheira Simone, coordenadores, Conselheira Márcia Rocha,
886 Conselheiro José Araújo, Conselheira Margarida Munguba e Conselheira Maria Lúcia. Mesa 05, a
887 Plenária Temática sobre avaliação da gestão de benefícios: Sra. Maria Luiza Rizzotti, como
888 apresentadora da avaliação, debatedores: Sra. Lúcia Cortes, Sra. Maria Lúcia Bartholo, Sra. Maria José
889 de Freitas. A Presidenta indagou à Conselheira Simone se permanecia a retirada do nome da Sra.
890 Maria José, convidando a Sra. Ana Cleuza, especialista na área de Assistência Social no IPEA,
891 coordenadores, Conselheira Márcia Rocha e Conselheira Solange Teixeira. Na Plenária Temática de
892 regionalização, o Comitê Acadêmico fazia a indicação, tendo três debatedores, Professor Edval
893 Bernardino, Sr. Jaime Rabelo e a Sra. Rosilene Rocha, indicando a retirada do nome do Sr. Jaime
894 Rabelo. Observou que precisavam de mais uma indicação com relação à regionalização., sugerindo o
895 FONSEAS, ficando a Conselheira Maria das Graças. A Conselheira Maria Aparecida enfatizou a
896 necessidade de organizar a separação das Mesas e seus respectivos documentos, ao que a Presidenta
897 esclareceu que na última versão fariam esse acerto. Que como coordenadores dessa mesa estava a
898 Conselheira Aldenora e a Conselheira Maria Lúcia. A Presidenta cumprimentou o Sr. Célio, da
899 Relatoria Colegiada. Prosseguiu com a programação da Conferência, com os debatedores sendo
900 orientados para o trabalho a ser realizado, fazendo debates do que havia sido avaliado, tendo no
901 máximo de 10 a 15 minutos para fazer um debate bastante expressivo e significativo para o dia
902 seguinte inteiro. Destacou que no período da tarde estariam sem os debatedores, com os
903 coordenadores coordenando os trabalhos da validação e da votação. À tarde, indicou o Eixo I,
904 “Avaliação do cofinanciamento obrigatório”, com os Conselheiros Marcílio, Margareth, Valéria e
905 Fábio. O Sr. Ronaldo ponderou que como os coordenadores de cada Plenária Temática pelos
906 Conselheiros, com a coordenação podendo permanecer com os coordenadores da parte da manhã, e
907 os demais entrariam na mesa de apoio, sendo dois Conselheiros e mais um representante, com a
908 Presidenta esclarecendo o trabalho a ser realizado. O Sr. Ronaldo ponderou que como estratégia,
909 poderiam deixar os dois Conselheiros, mas com os mesmos podendo fazer propostas. Informou que
910 teriam 208 recomendações para referendar nos seis eixos que vieram dos estados e do DF, com a

911 Presidenta esclarecendo que poderiam diminuir. O Sr. Ronaldo entendia que essas recomendações
912 eram deliberações das Conferências Estaduais anteriores, não cabendo fazer alteração de redação,
913 sendo que, além disso, teriam o documento do MDS, avaliação a ser apresentada e as propostas
914 novas. A Presidenta registrou que não haveria quatro coordenadores do CNAS em cada mesa, com a
915 conferência sendo construída pelos delegados presentes e que seriam chamados a trabalhar nas
916 mesas e demais locais. A Presidenta indicou que na mesa à tarde no eixo II estariam os Conselheiros
917 Fábio e Margareth, Valéria e Marcílio. No item “Avaliação, gestão do trabalho”, Conselheiros
918 Aparecida Godoi, José Crus, Fátima Rampin e Thiago. Avaliação da gestão, com a presença dos
919 Conselheiros: Maria Aparecida Godoi, Maria das Graças e Thiago e Conselheiro José participando no
920 apoio e Maria Aparecida coordenando. No eixo IV: “Gestão de serviços, programas e projetos”,
921 Conselheiros José de Araújo e Margarida: coordenando Conselheira Maria Lúcia Marquim e Marilene
922 Ardore no apoio. Eixo V, “gestão de benefícios e transferência de renda”, coordenação, Conselheira
923 Márcia e a Conselheira Solange na coordenação, e o Conselheiro Volmir e Socorro Tabosa no apoio.
924 Eixo VI, a Conselheira Aldenora e Lúcia Marquim na coordenação, e a Conselheira Nilsia e a
925 Conselheira Dóris no apoio. Mesa 01: “Avaliação do cofinanciamento obrigatório do SUAS”,
926 coordenadores: Conselheiros Marcílio e Margareth. Apoio: Valéria e Fábio. Eixo II: “Mesa “Avaliação
927 da gestão do trabalho” Coordenadores: Aparecida Godoi e Graça Prola. E apoio: José Crus e Thiago.
928 Eixo IV: avaliação da gestão dos serviços. Coordenares: José Araújo e Margarida Munguba. E apoio:
929 Marilene Ardore, faltando uma pessoa do governo e da Sociedade Civil. Eixo V: avaliação da gestão de
930 benefícios. Coordenadores: Conselheira Márcia e Conselheira Solange, apoio: Conselheiro Volmir e
931 Conselheira Socorro Tabosa. “Regionalização”: coordenadores: Conselheiras Aldenora e Maria Lúcia, e
932 apoio: Nilsia e Dóris. O Conselheiro Edivaldo se colocou à disposição, com a Presidenta esclarecendo
933 que seu nome constava na mesa temática. Indicou a Conselheira Cláudia Faquinote como Conselheira
934 não-governamental, com as Conselheiras, Juliana e Elisabeth estando no apoio. A Conselheira Simone
935 informou que indicavam a Sra. Elisabeth, representante do Ministério da Educação que já havia sido
936 da SENARC, entendendo muito dessa área. A Presidenta sugeriu colocar a Sra. Elisabeth como apoio
937 junto com a Conselheira Cláudia Faquinote na avaliação de serviços. Solicitou sugestão de nome do
938 governo para a gestão do SUAS, vigilância socioassistencial, monitoramento. A Conselheira Lea
939 concordou com essas indicações, tendo os nomes para as temática, com a Presidenta indicando que
940 faltava um nome do governo para a mesa de apoio no eixo II, gestão do SUAS. A Presidenta indicou
941 seu próprio nome, sendo a Conselheira Cláudia da Sociedade Civil. A Conselheira Lea indicou o Diretor
942 Antônio Henriques, Diretor do Fundo, na primeira mesa de financiamento, na gestão do SUAS, a
943 Diretora do DGSUAS, Conselheira Simone, na gestão de serviços, programas e projetos, Conselheira
944 Lea Braga pelo Departamento da Proteção Básica e a Sra. Carolina Stuchi, Diretora da Rede Privada.
945 Na Gestão do trabalho, o Coordenador José da Crus. Em Gestão de Benefícios, a Diretora Maria José
946 de Freitas, e na regionalização, a Diretora da Proteção Especial, Sra. Telma Maranhão, de forma que
947 estaremos lá para apoiar todo o debate com a representação institucional. A Presidenta esclareceu
948 como as propostas novas seriam aprovadas por voto, seguindo após para a Plenária Final para
949 deliberação, com o Sr. Ronaldo referendando essas informações. Ponderou que as propostas novas e
950 as moções passariam nas Plenárias Temáticas, sendo que na Plenária Final os delegados e

951 participantes poderiam alterar a redação da proposta nova, mas não poderiam fazer proposta nova
952 nesse espaço. Que o entendimento era que proposta nova era aquela que nunca havia sido
953 apresentada em Conferências anteriores, o que havia sido divulgado constantemente, com a
954 Presidenta observando que essa metodologia legitimava ainda mais as atividades. O Conselheiro
955 Ademar ponderou que algumas propostas que viessem para a Plenária Geral poderiam ser parecidas,
956 existindo uma questão técnica de junção das mesmas, mas tendo o cuidado em não ferir a autonomia
957 das decisões tomadas. A Conselheira Simone indagou quem apresentaria as propostas e se o modelo
958 seria como de trabalho de grupo, como seria esclarecida, e se teria alguém da Relatoria para essa
959 apresentação. Indagou se seria um relator indicado, conforme era feito anteriormente, ponderando
960 que seriam Plenárias enormes, falando sobre a questão. Indagou sobre o voto eletrônico em caso de
961 falha que procedimentos seriam tomados, relatando o que havia acontecido em São Paulo.
962 Questionou como o coordenador seria o relator da conferência e ao mesmo tempo conduziria a
963 Plenária Final, ponderando que deveriam ter pensado em uma estratégia, considerando as
964 dificuldades que isso poderia ocasionar. Indagou se o Sr. Ronaldo havia feito a conta de quantas
965 propostas chegariam à Plenária Final, o que seria importante que conhecessem. Concluindo, a
966 Conselheira Simone se ofereceu para fazer parte da mesa de apoio da Plenária Final. O Sr. Ronaldo
967 falou sobre o novo formato da Conferência, não se trabalhando com grupos, tendo seis mini Plenárias
968 Finais, chamadas de Plenárias Temáticas, com a mesa de apoio dando suporte às mesmas. Falou
969 sobre o trabalho realizado, referendando as propostas recebidas, não tendo sido colocado um limite
970 para essas propostas novas, esclarecendo o que seria deliberado nas Plenárias Temáticas. Que uma
971 das questões dessa conferência não seria fazer um caderno com um grande número de deliberações,
972 mas sim com poucas e que fossem executadas no período de dois anos, quando se fazia avaliação das
973 Conferências Estaduais, Municipais e Nacionais. Informou que não haveria votação eletrônica nas
974 Plenárias Temáticas, apenas na Plenária Final, mas tendo que conversar com a empresa sobre os
975 procedimentos adequados para não causar problemas. Indicou que só iriam para a Plenária Final
976 aquelas propostas novas apresentadas, debatidas e deliberadas nas Plenárias Temáticas, podendo ter
977 alteração ou junção de redação na Plenária Final. Concordava com a Conselheira Simone nas suas
978 funções, tendo assumido a Relatoria geral da Conferência, tendo contribuído nos anos anteriores com
979 o CNAS na Plenária Final, considerando que não era o melhor nome para essa função, considerando
980 que estaria com a equipe da Relatoria Colegiada. Sugeriu que o Pleno avaliasse essa indicação, mas
981 que se continuasse coordenando a Plenária Final teria que discutir internamente a quem delegaria na
982 Relatoria para prestar esclarecimentos na Plenária Final, colocando-se à disposição do Pleno para
983 decidir se ficaria somente na Relatoria como Relator Geral junto com a equipe, ou, junto com os
984 demais Conselheiros ajudaria na condução da Plenária Final. A Conselheira Maria Aparecida
985 concordava com as preocupações da Conselheira Simone, com a coordenação da mesa tendo que ser
986 da Presidenta e da Vice-Presidenta do Conselho. Que o Sr. Ronaldo tinha um importante e estratégico
987 papel na condução e sistematização da Relatoria junto da sua equipe, destacando que havia total
988 concordância com os nomes indicados para a mesa de apoio, apenas faltando a representação dos
989 trabalhadores, indicando o nome do Conselheiro Thiago. Questionou como votariam as propostas
990 novas e se seria por região, segmento ou por delegado, indicando uma situação e indagando qual o

991 percentual de votação na Plenária Temática para garantir que ela não iria para a Plenária Final. A
992 Presidenta esclareceu que toda a metodologia seria entregue pela Relatoria, que estaria presente
993 para sanar as dúvidas existentes. Após mais algumas colocações, a Presidenta falou sobre a Mesa
994 final, que já havia sido acatada por ela e pela Conselheira Leila, revendo para colocar, além das duas,
995 alguém da Relatoria, destacando que juntamente com o Sr. Ronaldo haviam sido relatores de quatro
996 ou cinco conferências, tendo sido o indicado para a condução desta Mesa, referindo-se ao que havia
997 sido colocado sobre sua participação. O Sr. Ronaldo registrou que não estava se furtando de
998 coordenar a mesa, mas tendo sido levantadas algumas questões que deveriam ser esclarecidas no
999 Pleno, relatando suas atividades antes e agora, tendo assumido a responsabilidade da relatoria dessa
1000 Conferência. A Presidenta esclareceu que juntamente com a Conselheira Leila coordenaria a Mesa
1001 final, com o apoio do Sr. Ronaldo, com a Conselheira Maria Aparecida concordando com essa
1002 indicação, esperando que todos acatassem o nome do Conselheiro Thiago. Prosseguindo, a Presidenta
1003 ressaltou que não tratariam das atividades extras por depender de patrocínio, com os próximos
1004 pontos sendo o projeto da Praça da Cidadania, projeto do Mérito CNAS, grade de cursos, atos e
1005 premiações, situações específicas e demandas do CEAS, Regulamento e Regimento Interno da
1006 Conferência Nacional. A Conselheira Simone justificou sua ausência na parte da tarde, solicitando que
1007 o Regimento fosse tratado no dia seguinte. A Presidenta indicou os temas que seriam tratados à
1008 tarde, inclusive o vídeo trazido pela Conselheira Doris. ENCERRAMENTO. A Presidenta encerrou a
1009 reunião, convidando a todos para retornarem às 13h30. ABERTURA. Reiniciando a reunião a
1010 Presidenta informou que seria apresentado o vídeo trazido pela Conselheira Dóris sobre a União
1011 Brasileira de Mulheres, sobre a violência contra a mulher, Lei Maria da Penha. Após a apresentação, a
1012 Conselheira Dóris falou sobre a situação de violência contra a mulher, relatando o trabalho realizado
1013 e solicitando que esse trabalho fosse divulgado, apresentando a realidade da mulher atualmente,
1014 informando que o mesmo seria repassado para todos os Conselheiros. Informou que o dia 25 de
1015 novembro era uma data mundial de combate à violência contra a mulher, sendo uma homenagem
1016 para as irmãs Mirabel, relatando o acontecido. A Presidenta ressaltou que todos os dias era o Dia da
1017 Consciência Crítica, Humana e de Justiça, festejando-se nessa data o Dia da Consciência Negra. A
1018 Conselheira Nilsia discorreu sobre essa data, com os direitos devendo ser iguais para todas as raças, e
1019 como a Assistência Social a partir da década de 1930, quando a desigualdade era escandalosa, passou
1020 a trabalhar para todos, sem distinção de raça. A Presidenta reiniciou a pauta, indicando a solicitação
1021 da Conselheira Simone que o Regimento e o Regulamento fosse tratado no dia seguinte. Item
1022 Apreciação do projeto da Praça da Cidadania, que não havia sido tratado pela Comissão Organizadora
1023 devido à questão do patrocínio, com a questão não sendo tratada nesse momento. Item Apreciação
1024 do Projeto de Reconhecimento do Mérito CNAS, com uma cópia sendo entregue aos Conselheiros. O
1025 Conselheiro José Crus procedeu à leitura do documento sobre o Mérito SUAS: *“DO MÉRITO CNAS. O
1026 Conselho Nacional de Assistência Social tem a honra de lançar nesta IX Conferência Nacional de
1027 Assistência Social o Mérito CNAS, que deve ser compreendido como um processo incentivador de
1028 visões e atitudes afirmativas em prol do Sistema Único de Assistência Social e do seu controle social,
1029 imprescindível no contexto da Política Pública de Assistência Social, destacando práticas inovadoras,
1030 valorizando pessoas e instituições e fortalecendo princípios da participação social responsável e*

1031 orientada para as reais necessidades dos(as) usuários(as) dessa política. DOS OBJETIVOS DO MÉRITO
1032 CNAS: - Contribuir para dar visibilidade às práticas no campo do controle social do Sistema Único de
1033 Assistência Social; - Disseminar processos organizativos que contribuam para ampliar e qualificar a
1034 participação da população na formulação, gestão e controle social da política de Assistência Social; -
1035 Reconhecer e divulgar iniciativas e experiências, no campo da democracia participativa
1036 representativa; - Gerar força institucional ao controle social no âmbito da gestão do Sistema Único de
1037 Assistência Social. DA HOMENAGEM NA 1ª EDIÇÃO DO MÉRITO. O Mérito CNAS, 1ª Edição, IX
1038 Conferência Nacional de Assistência Social, homenageará a Professora Dra. Egli Muniz, que teve a sua
1039 atuação no Serviço Social como o principal marco de sua vida. Nascida em Bauru, ela estava em
1040 dúvida sobre qual curso seguir na faculdade e um simples teste vocacional indicou medicina ou serviço
1041 social. Optou-se pela segunda, para sorte da cidade e da Assistência Social Brasileira. A Professora Egli
1042 Muniz era graduada em Serviço Social pela Instituição Toledo de Ensino, formada em 1967, com
1043 mestrado em Serviço Social pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, em 1998, e
1044 teve seu doutorado em Serviço Social pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, no ano de
1045 2003), com foco na gestão da Política de Assistência Social. Foi Secretária Municipal de Assistência
1046 Social da Prefeitura Municipal de Bauru, no estado de São Paulo. Atuou como consultora da Secretaria
1047 Nacional de Assistência Social para a formulação da tipificação nacional dos serviços socioassistenciais
1048 e na Gestão do Trabalho e Educação Permanente do SUAS. No Conselho Nacional Egli Muniz foi uma
1049 colaboradora compromissada e atuante, se colocou à disposição deste colegiado em momentos
1050 históricos para a Assistência Social. Participou de inúmeras Reunião Ordinária, foi debatedora e
1051 expositora em várias Conferências Nacionais e contribuiu com os Encontros Regionais e Nacional dos
1052 Trabalhadores do SUAS, espaços onde foram debatidos e Construídos elementos que culminaram na
1053 proposta e posteriormente na publicação da Resolução CNAS 17/2011, que ratificou as Equipes de
1054 Referência, estabelecidas pela NOB-RH/SUAS, e que reconheceu outras categorias profissionais de
1055 nível superior para atender as especificidades e particularidades dos serviços socioassistenciais e as
1056 funções essenciais de gestão do Sistema Único de Assistência Social. A Professora Egli Muniz
1057 contribuiu significativamente para o fortalecimento do Sistema Único de Assistência Social e atuou de
1058 forma democrática e participativa, buscando avanços ainda mais consistentes no campo dos direitos.
1059 Essa foi a sua luta e é esse o caminho que sempre trilhou, construindo momentos de debates, reflexões
1060 e trocas, atendendo aos princípios técnicos, éticos e políticos. A Professora Egli Muniz faleceu em 24
1061 de junho de 2012, em decorrência de um aneurisma cerebral. DO PREMIO 1ª EDIÇÃO. Nesta IX
1062 Conferência Nacional de Assistência Social, o reconhecimento MÉRITO CNAS - Prêmio Egli Muniz - tem
1063 por finalidade a escolha, "Hors concours". De cinco atuações relevantes e de interesse público da
1064 Política de Assistência Social, de Conselhos de Assistência Social Municipais, Estaduais e do Distrito
1065 Federal, usuários do SUAS, instituições e/ou representantes do Poder Executivo, Legislativo e
1066 Judiciário, representantes da Academia e cidadãos(ãs), que refletem práticas democráticas
1067 participativas capazes de produzirem resultados efetivos da atuação do controle social em nível
1068 municipal, estadual e do Distrito Federal e, ainda, de gerarem Importantes implicações para a vida
1069 dos(as) usuários(as) da Assistência Social, contribuindo para o seu protagonismo nesta política e em
1070 sua vida cotidiana. DAS CATEGORIAS DA 1ª EDIÇÃO. 1. CATEGORIA CEAS - CONSELHO ESTADUAL DE

1071 *ASSISTÊNCIA SOCIAL. Avaliação, pela Comissão de Acompanhamento aos Conselhos do CNAS, da*
1072 *melhor estruturação da Comissão de Acompanhamento aos Conselhos Municipais de Assistência*
1073 *Social.” Esclareceu ser reconhecimento de uma agenda, de uma ação importante que este Conselho*
1074 *coordenou neste ano nas cinco regiões do país, um amplo debate com os Conselhos Estaduais na*
1075 *perspectiva de apoiá-los na instituição das Comissões de Acompanhamento aos Conselhos*
1076 *Municipais, com o Grupo chegando à conclusão de que para essa modalidade hors concours era*
1077 *fechar com chave de ouro reconhecer aquele que, de fato, instituiu no seu Regimento Interno,*
1078 *formulou seu Plano de Ação em prol do acompanhamento aos Conselhos Municipais de Assistência*
1079 *Social. Critérios: - Instituição formal da Comissão em Regimento Interno; - Plano de Ação qualificado.-*
1080 *Demonstração de realização continuada de iniciativas e ações permanentes de apoio aos Conselhos*
1081 *Municipais.” Também fruto de uma análise técnica da Secretaria-Executiva deste Conselho, da*
1082 *Comissão de Acompanhamento aos Conselhos do CNAS. “2. CATEGORIA CONSELHO MUNICIPAL DE*
1083 *ASSISTÊNCIA SOCIAL.” Aqui queria muito a atenção dos senhores e senhoras para os critérios e vou*
1084 *dizer já o porquê que eu gostaria dessa atenção. “Conselho Municipal ou do Distrito Federal, em*
1085 *consonância ao Censo SUAS/2012, que desempenhe papel estratégico no Sistema Único de Assistência*
1086 *Social como agente participante da: - formulação, avaliação, controle e fiscalização da política, desde*
1087 *o seu planejamento até o efetivo monitoramento das ofertas de programas, projetos, serviços e*
1088 *benefícios socioassistenciais e do Programa Bolsa Família; - que desenvolva efetivamente o*
1089 *acompanhamento e a fiscalização da execução físico- financeira dos recursos socioassistenciais; - que*
1090 *atenda as condições essenciais ao seu funcionamento.” Os critérios estabelecidos aqui reafirmo, os*
1091 *critérios são todas as perguntas que estão no Censo SUAS 2012, então um dos critérios, vamos lá: “-*
1092 *caráter deliberativo; - composição paritária entre Governo e Sociedade Civil; - a participação dos três*
1093 *segmentos da ,Sociedade Civil (Entidades, Usuários e Trabalhadores) no Conselho; - a realização de*
1094 *reuniões regulares; - se possui Regimento Interno; - acompanha as deliberações das conferências; - se*
1095 *há alternância entre sociedade civil e governo na Presidência; - se o possui estrutura necessária para*
1096 *realização de suas atividades.” A estrutura necessária de desdobra na Secretaria-Executiva, nos*
1097 *Recursos Humanos, nas condições materiais para o exercício do controle social. Eu chamo atenção*
1098 *nesses critérios, porque rodando o Censo SUAS nós identificamos 16 Conselhos Municipais que*
1099 *atendem todos esses critérios e aí gostaria muito da atenção dos senhores para nos ajudar aqui a*
1100 *afunilar mais para que nós tenhamos um homenageado nesta categoria. Esse é um grande desafio*
1101 *que está colocado para o Comitê Avaliador. “CATEGORIA USUÁRIOS DO SUAS. Será um movimento*
1102 *representativo ou uma entidade de usuários do Sistema Único de Assistência Social com os seguintes*
1103 *critérios: - recorte de exclusão social; - que presta serviços de relevância pública para o fortalecimento*
1104 *do Sistema Único de Assistência Social; - que propõe pautas em defesa dos direitos socioassistenciais; -*
1105 *que integram aí o diálogo da Sociedade Civil com o Governo no Plano Brasil Sem Miséria (PBSM); - que*
1106 *articula com a gestão para inclusão das pessoas em situação de rua aos cursos do PRONATREC; - que*
1107 *atua em Comissões, Conselhos e Conferências; - que potencializa a participação dos usuários na*
1108 *unidades do SUAS e Conselhos; - que apoia a gestão no processo de identificação e inclusão das*
1109 *pessoas em situação de rua no Cadastro Único e nos serviços públicos.” Enfim, esses foram os critérios*
1110 *que elencamos para identificar o movimento, uma entidade de usuários que possa ser reconhecida*

1111 nesta Conferência Nacional no Mérito CNAS. *“4. CATEGORIA LEI DO SUAS ESTADUAL: É uma*
1112 *Assembleia Legislativa que envidou esforços, com agilidade e competência, no reconhecimento da*
1113 *Política Pública de Assistência Social e na aprovação da Lei do SUAS, considerando a Lei 12.435.*
1114 *Critérios: - primeira Assembleia Legislativa que aprovou a Lei do SUAS estadual, visando traduzir em*
1115 *sua Lei as conquistas advindas da Lei do SUAS, a Lei12.435/2011; - que organiza e coordena debates,*
1116 *em âmbito do estado, visando ampliar as discussões, mobilizações e disseminação da Lei do SUAS; -*
1117 *que tenha instituído a Frente Parlamentar Em Defesa da Assistência Social.”* Então esses foram os
1118 critérios que o Comitê, que esse grupo organizou. *“5. CATEGORIA - SISTEMA DE JUSTIÇA: Aqui são*
1119 *representante do Sistema de Justiça que atua em constante parceria com a gestão, de forma a*
1120 *contribuir com a integralidade da proteção socioassistencial aos usuários do SUAS, na perspectiva da*
1121 *garantia dos direitos socioassistenciais, de forma articulada e colaborativa.”* Indicou os critérios para
1122 reconhecimento, de promotores, juízes, reconhecendo aqueles que haviam participado do XV
1123 Encontro Nacional dos Gestores Municipais de Assistência Social e ovacionados pela plateia, trazendo
1124 para receber esse prêmio. Indicou o outro critério: *“Como defesa intransigente do direito*
1125 *socioassistencial; e que utiliza o Sistema de Justiça para, de fato, fazer valer a lei.”* Indicando a
1126 participação de três representantes que participaram: São Paulo, Rio Grande do Norte, e tendo que
1127 solicitar ao CONGEMAS o estado do outro promotor. Então: *“DO ATO DE INSTITUIÇÃO DO MÉRITO*
1128 *CNAS.”* que nesse momento já haviam definido a entrega do prêmio às cinco categorias: *“A Presidenta*
1129 *do Conselho Nacional, Luziele Maria de Souza Tapajós, assina, então, neste ato a Resolução que*
1130 *institui o Mérito CNAS no âmbito das Conferências Nacionais da Assistência Social.”* Esclareceu que
1131 além da entrega, também v instituiriam o Mérito no âmbito das Conferências Nacionais, indicando a
1132 assinatura simbólica da Presidenta em uma Resolução que institui o Mérito na Conferência Nacional.
1133 *“DA AVALIAÇÃO DO MÉRITO 1 EDIÇÃO.”* O Conselheiro José da Crus indicou os participantes do Grupo
1134 Avaliador deste Mérito, com a previsão de terminar nesse dia a avaliação, mas na Categoria Conselho
1135 Municipal ainda não haviam conseguido chegar à avaliação final, o que seria feito no dia seguinte,
1136 apresentando as cinco categorias e os nomes respectivos. *Providências logísticas necessárias para a*
1137 *entrega do Prêmio: “Uma etiqueta autocolante para colocação em oito estatuetas.”, com “- 1 para*
1138 *cada categoria, sendo que para o Sistema de Justiça premiaremos três promotores de justiça; e - 1*
1139 *para ser entregue aí a família da Professora Doutora Egli Muniz. DOS DIZERES DO MÉRITO: MÉRITO*
1140 *CNAS - Prêmio Egli Muniz - IX Conferência Nacional de Assistência Social - Brasília, Distrito Federal -*
1141 *2013. DAS DESPESAS: nós teremos aí - 9 passagens, hospedagem e alimentação para os premiados,*
1142 *sendo sete premiados e as duas filhas da Professora Doutora Egli Muniz.”* O Conselheiro José da Crus
1143 destacou o reconhecimento à Secretaria-Executiva, pela ajuda, graças ao que haviam conseguido ter
1144 essa proposta, registrando o s profissionalismo dessa equipe. A Conselheira Maria Lúcia parabenizou
1145 pelo trabalho apresentado, indagando se precisariam contribuir também nos Conselhos Estaduais,
1146 além dos Municipais, discorrendo sobre a situação. Concordou sobre a grandeza do XV Encontro,
1147 falando sobre o mesmo, e com o promotor sendo ovacionado. Falou sobre os dizeres do Mérito,
1148 sugerindo que fossem repensados, dando maior ênfase ao mesmo. A Conselheira Margareth sugeriu
1149 que se não houvesse possibilidade nessa Conferência, pensassem para as próximas que um gestor
1150 municipal e um gestor estadual que fizessem a diferença na Assistência Social também pudessem

1151 receber esse prêmio. O Conselheiro Ademar falou sobre as dificuldades para pensar esse Mérito,
1152 concordando com a Conselheira Margareth em se pensar em outras categorias de gestores, assim
1153 como haviam pensado a dos usuários, discorrendo sobre o pouco tempo existente para criar
1154 condições para que as próprias organizações ou segmentos pudessem se candidatar, aprendendo
1155 para que a próxima edição fosse mas enriquecida. O Conselheiro José Araújo sugeriu, ademais da Lei
1156 12.435, incluíssem também a 8.742. O Conselheiro José Crus agradeceu as contribuições, destacando
1157 o longo debate que haviam feito na Comissão e as dificuldades existentes, destacando que todos os
1158 critérios estavam contemplados, discorrendo sobre o Bolsa Família, a publicização das decisões e com
1159 a pergunta sobre documentos que registravam processo de eleição de Sociedade Civil não tendo no
1160 Censo, não tendo como acolher esse critério. Agradeceu a contribuição do Conselheiro José Araujo,
1161 sendo acatada sua sugestão de inclusão da norma. Observou que a questão dos dizeres ficava em
1162 aberto, solicitando a contribuição de todos. O Conselheiro José Araújo indagou se na categoria CMAS
1163 não deveriam incluir algo com relação ao Fundo, se era o único no município, falando sobre a
1164 questão. A Conselheira Maria Lúcia procedeu a alguns esclarecimentos sobre o fundo, que era da
1165 Secretaria, mas tendo os 3% do IGD, com o CNAS apontando para sua oficialização, com um plano
1166 para aplicação dos 3% dos IGD, para os Conselhos. Após algumas colocações sobre a questão do
1167 Fundo, o Conselheiro José Araújo observou que teriam que encontrar outros mecanismos, sugerindo
1168 indagar aos municípios se o recurso usado na Assistência Social estava colocado no Fundo de
1169 Assistência Social ou não, sendo que nesse caso não passariam pelo controle do Conselho. A
1170 Conselheira Léa concordou com essa sugestão, indagando se nos municípios citados teriam algum
1171 Conselho com Comissões locais, que teria formas democráticas de fazer chegar o debate do controle
1172 social no SUAS. O Conselheiro José da Crus agradeceu pelos elementos colocados, ponderando que a
1173 estrutura de Comissão local constava no Regimento, e pela sua análise poderiam chegar ao Conselho
1174 Municipal. Solicitou que a Conselheira Maria Lúcia ajudasse nos dizeres do Mérito até o final da
1175 reunião do dia seguinte. Solicitou à Secretaria-Executiva afazer a análise do Regimento Interno desses
1176 16 Conselhos e trazer até o final da manhã. Dirigindo-se à Conselheira Margareth ponderou que
1177 gostariam de ter incluído outras categorias, mas considerando os custos e o tempo, isso ficaria para as
1178 próximas edições. O Conselheiro Ademar concordou com a análise dos Regimentos dos municípios, o
1179 que poderia esclarecer a questão do Fundo Único. O Conselheiro José da Crus agradeceu pelas
1180 contribuições, com a Comissão voltando a se reunir para a análise final e atenta à Categoria Conselho
1181 Municipal. A Presidenta indicou o ponto 2.4, ressaltando o item 2.2, apreciação do projeto de
1182 proposta da Praça da Cidadania, com a Conselheira Margareth sugerindo que nessa Praça houvesse o
1183 espaço dos CRAS e dos CREAS e do Centro POP. A Presidenta indicou o Item Definição da grade de
1184 cursos, dos atos e das premiações. Sendo que no dia 17 à noite haveria o Prêmio Rosani Cunha e a
1185 comemoração dos 20 anos de LOAS, oportunidade em que haveria o lançamento de um livro sobre o
1186 tema. Destacou o ato conjunto do CONANDA/CNAS do ECA e contra a redução da maioria penal, o
1187 que precisavam colocar dentro da programação da Conferência e também pensar como se
1188 articulariam. Que se conseguissem fazer a Praça e o Coreto seria um ato aclamatório na Praça,
1189 fazendo essa fala do CONANDA e do CNAS, ou de pessoas que o Conselho Nacional indicasse. Indicou
1190 o lançamento solicitado pelo TCU de uma Cartilha renovada, que era um Manual para Conselheiros de

1191 Assistência Social, e o lançamento, que queriam fazer na Conferência de um curso à distância para
1192 Conselheiros, sendo preciso pensar um horário na Conferência Nacional. Ponderou que essas
1193 atividades poderiam ser feitas no próprio estande do TCU, com a CGU também solicitando um
1194 espaço. Com relação aos cursos, informou que a SNAS havia demandado, algumas ideias para cursos e
1195 oficinas rápidas no estande do CNAS ou em outros lugares do Centro de Convenções, falando sobre a
1196 questão. Observou que a Conselheira Solange falava sobre o Cadastro Único, encontrando que era
1197 uma ótima ocasião para dar informações sobre a questão, com a Comissão Organizadora solicitando
1198 aos Conselheiros o envio de temas para essas atividades, com prazo até 25 de novembro, com a
1199 Conselheira Juliana sugerindo o Cadastro Bolsa. O Conselheiro Fábio sugeriu se não poderia ser no dia
1200 27, com a concordância da Presidenta. A Presidenta indagou se havia alguma sugestão sobre o, item 3
1201 da Memória. Em não havendo nenhuma observação, indicou que o próximo item, Regulamento e
1202 Regimento Interno seriam tratados no dia seguinte, tendo a lista dos 84 Delegados Nacionais.
1203 Informou que a Comissão havia finalizado, a partir da discussão do Pleno de outubro, a lista dos 280
1204 convidados, tendo a entrega dos 84 nomes das representações dos Delegados Nacionais. .Que não
1205 sabia se o governo e a Sociedade Civil haviam concluído essa listagem, sendo preciso cadastrar e
1206 convidar essas pessoas até sexta-feira. O Conselheiro Thiago observou que a Secretaria havia definido
1207 o prazo até esse dia pra indicar os nomes dos Delegados governamentais, sendo que a partir do dia
1208 seguinte dariam conhecimento ao Pleno. A Conselheira Léa informou que a SNAS havia dado o prazo
1209 interno até essa oportunidade para que as Diretorias pudessem indicar os nomes a serem fechados,
1210 sendo que no dia seguinte estaria disponibilizada para o Conselho a listagem dos Delegados
1211 governamentais. A Presidenta ressaltou que era muito importante que os nomes viessem com
1212 contato, para receber e-mail sobre o assunto. O Conselheiro Thiago informou que o segmento dos
1213 trabalhadores havia fechado a lista, podendo até ser entregue nesse dia, após a solução de alguns
1214 contatos. Após algumas observações, o Conselheiro Thiago indagou como o convite seria formalizado,
1215 com a Presidenta informando que inicialmente iria um convite digitalizado, e depois o o
1216 Sisconferência mandaria a senha por e-mail, para o cadastro no Sistema, o que seria feito logo que
1217 possível, destacando a importância que os dados fossem o mais completo possível. A Conselheira
1218 Márcia informou que estavam faltando alguns e-mails no segmento dos usuários, procedendo à
1219 leitura do segmento de entidades: *“Segmento de entidades foi indicado a Fundação Fé e Alegria do*
1220 *Brasil; Associação Nobre de Educação e Assistência Social; Serviço de Obras Sociais; Cáritas; REBRATS,*
1221 *Rede Brasileira Terceiro Setor; Capemisa Instituto de Ação Social; Associação Brasileira de Educação,*
1222 *Cultura, ABEC; Rede Marista de Solidariedade; União Norte Brasileira de Educação e Cultura, UNBEC;*
1223 *CISBrasil; Conferência Brasil Inspeção Salesiana de Dom Bosco do Brasil; Legião da Boa Vontade;*
1224 *APABB; FEBRAEDA; Associação Nacional de Instrução, ANI; Cáritas. Indicação segmento dos*
1225 *trabalhadores: Conselho Federal de Contabilidade; FENACON, Federação Nacional das Empresas de*
1226 *Serviços Contábeis das Empresas de Assessoramento, Perícias, Informações e Pesquisas; FENAPSI;*
1227 *CUT; ABEDDEV, duas vezes; FENAS, duas vezes; ABEDDEV, no caso Porto Alegre e ABEDDEV Pernambuco;*
1228 *FENAS Rio de Janeiro e FENAS Sergipe; CSPB, Confederação dos Servidores Públicos do Brasil; CNPI,*
1229 *Confederação Nacional dos Trabalhadores Liberais Universitários Regulamentados; Nova Central*
1230 *Sindical dos Trabalhadores; CONTRATHU; UGT, União Geral dos Trabalhadores; CONFETAN; ONCB de*

1231 *São Paulo e ONCB do Pará; UBM Rio, UBM Salvador; Fórum Nacional para População em Situação de*
1232 *Rua; MNPR Rio Grande do Sul; UNEGRO de Belo Horizonte e UNEGRO Salvador; Pastoral da Pessoa*
1233 *Idosa; Pastoral da Criança; CONAN de Sergipe e CONAN de São Paulo; Instituto EcoVIDA; UBM*
1234 *Curitiba.”* A Presidenta solicitou os e-mail para adiantar os convites, com a Conselheira Márcia
1235 solicitando aos Conselheiros da Sociedade Civil que completassem o e-mail, solicitando manifestação.
1236 A Presidenta indicou que a lista dos 280 convidados havia ficado conforme decidido no Pleno
1237 passado, estando com algumas dificuldades com relação aos Fóruns Estaduais, indicando que os 26
1238 presidentes de COEGEMAS e CONGEMAS haviam ficado entregar, assim como as entidades
1239 relacionadas a prestador de serviços, usuários, FTSUAS, Fórum Nacional e Sociedade Civil, falando
1240 sobre os Conselheiros que haviam ficado de enviar essas informações. O Conselheiro Anderson
1241 manifestou sua indignação pelo convite feito a nove representantes do usuário e que teriam que
1242 bancar transporte e alimentação, discorrendo sobre a falta de condições dos mesmos. Colocou seu
1243 manifesto de que não adiantaria fazer o convite se não garantissem o custeio das despesas,
1244 prejudicando o protagonismo e a discussão do SUAS. A Presidenta falou sobre o custeio das
1245 despesas dos Delegados Nacionais, o que não seria feito com os convidados. A Conselheira Maria das
1246 Graças indagou se os CONSEAS poderiam convidar os Secretários, com a Presidenta esclarecendo que
1247 os Secretários Estaduais eram todos convidados. O Conselheiro Anderson reiterou a dificuldade de
1248 participação do usuário, indicando as nove vagas ainda não preenchidas pelos usuários, considerando
1249 as dificuldades em custear suas despesas, sendo preciso ter algum patrocínio. O Conselheiro Edivaldo
1250 indagou o prazo para apresentar os convidados do Fórum, relatando os contatos feitos e que iriam
1251 providenciar os dados solicitados, eximindo-se dessa responsabilidade de apresentar os contatos ao
1252 CNAS. A Presidenta, como encaminhamento, solicitou uma conversa do segmento para que essa
1253 informação dos FTs chegasse por um dos Conselheiros para que não ficassem recebendo informações
1254 fragmentadas, ao que o Conselheiro Edivaldo destacou que após as reuniões de sexta e sábado, na
1255 segunda-feira seguramente o FT já havia apresentado uma oposição. A Conselheira Dóris referiu-se à
1256 fala do Conselheiro Anderson, informando todos os contatos que haviam feito, mas que cada
1257 convidado arcaria com suas despesas, tendo feito uma discussão incansável dentro da Comissão, mas
1258 o critério estabelecido era que convidado não seria financiado, apenas os Delegados. O Conselheiro
1259 Anderson ponderou que não adiantava falar de protagonismo do usuário, se o mesmo não tinha
1260 aporte, tendo que ser bancado por alguém, destacando que traria sua indignação até o fim da
1261 Conferência. A Presidenta informou que havia 398 Delegados usuários inscritos no Sisconferência e
1262 que participariam da Conferência Nacional como Delegados Estaduais, com as despesas pagas pelo
1263 Estado, sendo pouco, mas já sendo reconhecidos, concordando com a posição do Conselheiro
1264 Anderson. Relatou que tinham 301 trabalhadores e 430 entidades até esse momento, indicando que
1265 o segmento menor de participação inscrito era do trabalhador, depois do usuário e depois das
1266 entidades. Indicou o e-mail para o encaminhamento dos 84 Delegados é: cnas@mds.gov.br. com as
1267 listas das duas bancadas. Informou que cada Conselheiro tinha direito a um convidado, indicando
1268 haver 280 convidados, com 36 sendo convidados um de cada Conselheiro Nacional, com esta lista
1269 devendo ser enviada. Indagou à Conselheira Márcia se a lista da Sociedade Civil estava pronta, que
1270 procedeu à sua leitura: *“Sra. Alessandra Miranda, da Cáritas; Ademair Bastos, da Cáritas; Luiz Cláudio*

1271 *Rangel Macedo, Grupo Espírita Jardim das Oliveiras; Wagner Rodrigues da Cruz, União Marista do*
1272 *Brasil; Sra. Geise Anunciários, da Cáritas; Sra. Maria Nanci Lima Vieira, Associação Caminhando; Dra.*
1273 *Carolina Barros Pinheiro Carrenho, Ordem dos Advogados do Brasil; Sra. Marleide de Castro, SAS,*
1274 *Sindicato das Assistentes Sociais do estado da Bahia; Sra. Ieda Maria da Silva Moraes, ABEDEV; Sra.*
1275 *Ana Regina Melo, da FENAS; Sr. Alberto Ercílio Broch, CONTAG; Sr. Geraldo Gonçalves de Oliveira*
1276 *Filho, FENATIBREF; Sra. Patrícia Neves Raposo, ONCB; Sra. Olgamir Amancia Ferreira, da UBM; Sra.*
1277 *Eva Maria de Oliveira Silva, Associação Paraibana de Ecoterapia; Sr. Edson França, da UNEGRO; Sr.*
1278 *José Aparecido Pinto, Ação Social do Paraná, Padre José Aparecido Pinto; Dra. Maria Antônia*
1279 *Rodrigues Magalhães, Sindicato Nacional dos Representados, Pensionistas e Idosos; e Ana Maria*
1280 *Martins Soares, da UBM.” O Conselheiro Volmir indicou a Sra. Patrícia Neves Raposo, da ONCB,*
1281 *informando que havia repassado a relação da ONCB com todos os contatos. A Presidenta passou para*
1282 *o Item Proposta de definição da escala de atividades dos Conselheiros na IX Conferência Nacional,*
1283 *anexo VI, com a Secretária-Executiva informando sobre a divisão de tarefas dentro de uma*
1284 *Conferência Nacional. Após essa apresentação, a Presidenta falou sobre a Sala de Soluções, que*
1285 *contaria com dois Conselheiros, indicando os nomes: Dia 16, das 12h às 14h - Graça Prola e José Crus;*
1286 *das 14h às 16h - Graça Prola e Marisa; das 16h às 18h - Graça Prola e Dóris. Dia 17, das 9h às 12h -*
1287 *Graça Prola e Dóris; das 12h às 14h – Edivaldo e Marisa; das 14h às 16h – Marilene e Fábio. O*
1288 *Conselheiro José da Crus indicou que dia 17 teriam Avaliação Nacional pela manhã e à tarde as Mesas*
1289 *Temáticas, destacando que nesse dia sempre aconteciam muitos problemas, com os Conselheiros*
1290 *estando á disposição para qualquer eventualidade. A Presidenta ponderou que, devido a essa*
1291 *colocação, pela manhã no dia 17, terça-feira, com a Sala de Soluções montada, das 9h às 12h - a*
1292 *Conselheira Graça e Dóris; das 12h às 14h - Conselheiro Edivaldo e Conselheira Marisa e, havendo*
1293 *necessidade, a Comissão Organizadora solicitaria o apoio dos Conselheiros, com o Conselheiro*
1294 *Anderson colocando-se à disposição. A Presidenta agradeceu pela oferta, solicitando à Sra. Maria*
1295 *Auxiliadora que anotasse as indicações, Conselheira Marilene Ardori, Conselheiro Anderson,*
1296 *Conselheira Fátima Rampin. O Conselheiro Fábio referiu-se à escala dos Conselheiros para o estande*
1297 *do CNAS, com a Presidenta esclarecendo que antes dessa indicação, o Conselheiro José da Crus havia*
1298 *sugerido que fizessem um mapa das mesas, das coordenações, com a Comissão Organizadora*
1299 *podendo se reunir e marcar, fazendo essa indicação no dia seguinte. Indicou que no dia seguinte*
1300 *haveria votação do Regulamento e do Regimento Interno da Conferência Nacional, solicitando que a*
1301 *Comissão Organizadora e o governo permanecesse mais um pouco para decidir algumas questões. O*
1302 *Conselheiro Thiago indagou se seria possível franquear o texto do Regimento para análise e já trazer*
1303 *no dia seguinte algumas questões, com a Presidenta acatando essa solicitação, passando para todos*
1304 *os Conselheiros por e-mail. A Presidenta informou a pauta do dia seguinte, que não seria muito*
1305 *extensa, oportunidade que mostrariam o croquis da Conferência, com sua montagem no centro de*
1306 *Convenções. Solicitou que a Comissão Organizadora permanecesse mais um pouco, solicitando,*
1307 *também, que o governo também permanecesse. ENCERRAMENTO. A Presidenta encerrou a reunião,*
1308 *convidando a todos para retornarem às 9h do dia seguinte. ABERTURA. Aos vinte e um dias do mês de*
1309 *novembro de dois mil e treze, a Presidenta reiniciou a 217ª RO do CNAS, solicitando à Secretária-*
1310 *Executiva a conferência do quorum: Conselheiros titulares: Luziele Maria de Souza Tapajós, Simone*

1311 Aparecida Albuquerque, Solange Teixeira, Lea Lúcia Cecílio Braga, Fátima Aparecida Rampin, José
1312 Ferreira Crus, Maria das Graças Prola, Márcia de Carvalho Rocha, Volmir Raimondi, Anderson Lopes
1313 Miranda, Margareth Alves Dallaruvera, Jane Clemente. Conselheiros na titularidade: Valéria da Silva
1314 Reis Ribeiro, José Araújo da Silva. Conselheiros suplentes: Fábio Moassab Bruni, Dóris Margareth de
1315 Jesus, Nilsia Lourdes dos Santos, Edivaldo da Silva Ramos, Carlos Rogério de Carvalho Nunes, Thiago
1316 Barbosa Ferreira Cabral. A Presidenta indicou a pauta: Relato da memória da Presidência Ampliada,
1317 Regulamento e Regimento da Conferência, a qual foi aprovada pelo Pleno. Item Relato da memória da
1318 Presidência Ampliada. A Presidenta procedeu à sua leitura: *“Memória da reunião da Presidência
1319 Ampliada, novembro de 2013. Reunião 10 de 2013. Conselheiros integrantes da Presidência Ampliada:
1320 Luziele Tapajós, Presidenta do Conselho Nacional de Assistência Social; Leila Pizzato, Vice-Presidente
1321 do Conselho Nacional de Assistência Social; Simone Albuquerque, Coordenadora Adjunta da Comissão
1322 de Normas da Assistência Social; José Ferreira da Crus, Coordenador da Comissão de Política de
1323 Assistência Social; Margareth Alves Dallaruvera, Coordenadora da Comissão de Financiamento e
1324 Orçamento da Assistência Social; Ademar Bertucci, Coordenador Adjunto que está acabando de
1325 chegar para nos dar o prazer da sua companhia da Comissão de Acompanhamento aos Conselhos de
1326 Assistência Social. Ademar. Ausências justificadas: Secretaria Executiva, Maria das Mercês Avelino de
1327 Carvalho, Silvani Souza, Thaís Pereira Braga. Item 1- Solicitação de reabertura do Centro Pop com
1328 apuração de denúncia sobre procedimentos, adequação e conduta dos funcionários,
1329 acompanhamento e monitoramento dos socioassistenciais para a população em situação de rua do
1330 município de Vitória/ES. O Centro Nacional de Direitos Humanos a População em Situação de Rua e
1331 Catadores de Materiais Recicláveis – CNDDH encaminhou Ofício nº 1072/2013 ao CNAS solicitando
1332 providências urgentes para assegurar a reabertura do serviço. Informando que recebeu denúncia de
1333 violação de direitos básicos da população em situação de rua do Centro de Referência Especializado de
1334 Assistência Social para a população em Situação de Rua – Centro Pop de Vitória, que no momento está
1335 fechado. O CNDDH solicita ao CNAS apuração das denúncias elencadas na carta, assim como o
1336 acompanhamento e monitoramento dos serviços socioassistenciais para a população em Situação de
1337 Rua no município de Vitória/ES. Encaminhamento: Em relação à denúncia, o CNAS seguirá o rito
1338 conforme dispõe a Resolução CNAS nº 04/2011, que estabelece procedimentos aplicáveis às denúncias
1339 recebidas neste Conselho. Quanto à interrupção dos serviços prestados pelo Centro Pop a proposta é
1340 de encaminhar expediente à SNAS para conhecimento e notificar o CEAS do Espírito Santo e Conselho
1341 Municipal de Vitória solicitando informações sobre o assunto em tela. Item 2. Nota Técnica da SESAN
1342 quanto à atuação dos Conselhos Municipais de Assistência Social no âmbito do Programa de Aquisição
1343 de Alimentos - PAA. O CNAS tem recebido várias demandas dos Conselhos Municipais de Assistência
1344 Social - CMAS contendo dúvidas sobre atuação do Conselho Municipal de Assistência Social na
1345 aprovação do Projeto do Programa de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar - PAA, mesmo
1346 após encaminhamento da Nota Técnica 18/2013/DECOM/SESAN/MDS. O assunto foi pauta da
1347 Reunião Trimestral do CNAS com os CEAS e CAS/DF e teve como pauta a discussão do tema nesta
1348 reunião. Encaminhamento da Presidência Ampliada: Enviar o assunto para conhecimento da SNAS
1349 solicitando subsidiar o CNAS quanto a orientações aos Conselhos Municipais de Assistência Social em
1350 relação ao assunto. Item 3. Informe da Nota Pública da Frente de Defesa dos Direitos da Criança e do*

1351 Adolescente de Minas Gerais divulga as entidades, aos fóruns/frentes dos direitos da criança e do
1352 adolescente, aos Conselhos dos direitos da criança o do adolescente, aos conselhos tutelares, ao
1353 Ministério Público do Estado de Minas Gerais, aos meios de comunicações e aos mais diversos atores
1354 que devam tomar conhecimento da situação exposta quanto à atuação do Conselho Estadual dos
1355 Direitos da Criança e do Adolescente, solicitando divulgação, da qual retiramos as principais
1356 informações. a) As reuniões plenárias regionalizadas previstas para ocorrerem nas regiões de Pirapora
1357 e Patos de Minas, em setembro e novembro de 2013, respectivamente, foram suspensas; b) As
1358 reuniões plenárias extraordinárias previstas em calendário para serem realizadas no segundo
1359 semestre de 2013 também foram suspensas; c) A partir de setembro de 2013, não está sendo possível
1360 realizar reuniões das Comissões Temáticas nos dias imediatamente anteriores às plenárias devido à
1361 impossibilidade de garantia de pagamento de diárias aos Conselheiros dos direitos suplentes
1362 integrantes das mesmas; d) É possível que outras ações relevantes do Conselho Estadual de Direitos da
1363 Criança e Adolescente/MG de garantia dos direitos fiquem prejudicadas diante da dificuldade ou
1364 impossibilidade de comparecimento de Conselheiros Estaduais a compromissos da área seja na capital
1365 ou no interior; e) Equipe incompleta da secretaria executiva devido a ausências por licença
1366 maternidade e férias-prêmio de servidoras, sem previsão de substituição para o momento.

1367 Encaminhamento da Presidência Ampliada: Enviar expediente à coordenação da Frente de Defesa dos
1368 Direitos da Criança e do Adolescente de Minas Gerais informando o recebimento da Nota e da
1369 divulgação da mesma na plenária e junto às entidades representadas no CNAS. Item 4.
1370 Recomendações propostas pela Controladoria Geral da União - CGU elaboradas a partir da
1371 consolidação dos sorteios de municípios, etapas 36, 37 e 38 contidas no Relatório de
1372 Acompanhamento do CMAS – Conselho Municipal de Assistência Social. A partir de reunião conjunta
1373 da CGU com SNAS e CNAS realizada no dia 07 de novembro de 2013, aquela Controladoria apresentou
1374 Relatório de Acompanhamento do Conselho Municipal de Assistência Social contendo recomendações
1375 e conforme acordado sugeriram alterações cabíveis, de forma a tornar as recomendações mais
1376 estratégicas e exequíveis, visando atuar nas causas dos problemas/lacunas evidenciados nos
1377 Conselhos de Assistência Social. Só depois desse retorno pelo CNAS e pela SNAS até o dia 25 de
1378 novembro impreterivelmente, é que a CGU publicará relatório e o encaminhará formalmente ao CNAS
1379 e SNAS, ainda este ano, com prazos para providências. Os resultados dessa avaliação, Item 4, estão
1380 descritos a partir da página 19 do referido relatório, onde encontram-se as recomendações transcritas
1381 a seguir. 1. Que a SNAS em parceria com o Conselho Nacional desenvolvam metas de disponibilização
1382 de infraestrutura/condições de funcionamento, a serem pactuadas com os gestores municipais, para o
1383 funcionamento dos Conselhos Municipais de Assistência Social. 2. Que a SNAS crie no âmbito do
1384 SUASWeb, no demonstrativo sintético de execução físico-financeira, item específico que permita aos
1385 municípios informar a respeito da aplicação do percentual de 3% do recurso financeiro do IGD,
1386 prestação de contas com parecer do CMAS, no fortalecimento dos Conselhos de Assistência Social por
1387 meio do apoio técnico e operacional àqueles colegiados. 3. Que a SNAS desenvolva no SUASWeb
1388 módulo específico para que seja dada transparência por parte dos municípios a respeito do
1389 cumprimento das condições para o repasse dos recursos federais, estabelecidas pela LOAS, em seu
1390 Artigo 30, Incisos I, II e III, e § Único, que tratam da condição para os repasses dos recursos previstos

1391 *na Lei Orgânica da Assistência Social para o cofinanciamento socioassistencial. 4. Que o CNAS em*
1392 *parceria com a SNAS apresente estudo que amplie o diagnóstico dos problemas apontados nas*
1393 *subquestões estratégicas, a fim de conhecer com melhor precisão o desempenho do Conselho*
1394 *Municipal de Assistência Social no cumprimento de suas atribuições, e as causas que têm contribuído*
1395 *para impactar a atuação mais eficiente destes colegiados, quanto às seguintes questões: a) avaliação*
1396 *das informações do Plano de Ação, e aprovação do Plano Municipal de Assistência Social; b)*
1397 *acompanhamento da execução físico-financeira dos recursos da Assistência Social; c) fiscalização da*
1398 *execução dos programas e serviços socioassistenciais; e, d) processo de inscrição das*
1399 *entidades/organizações da Assistência Social. 5. Que o CNAS em parceria com a SNAS, desenvolva e*
1400 *disponibilize padrão mínimo de organização administrativa para o Conselhos Municipais de*
1401 *Assistência Social, em formato de resolução/cartilha, quanto à estruturação dos seus processos de*
1402 *trabalho: acompanhamento da execução físico-financeira dos recursos da assistência social,*
1403 *fiscalização da execução dos serviços ofertados, fiscalização de entidades da rede socioassistencial. 6.*
1404 *Que a SNAS crie rotina de fiscalização por amostragem de entidade prestadora de serviços*
1405 *socioassistenciais cadastradas no CNAS e que possam ou estejam pleiteando o Certificado de Entidade*
1406 *de Assistência Social – CEBAS. Encaminhamentos da Presidência Ampliada: a Presidência Ampliada*
1407 *sugere o agendamento de reunião técnica com o DGSUAS/SNAS e a Secretaria Executiva do CNAS até*
1408 *o dia 22 de novembro para tratar dos temas apontados, e posteriormente encaminhar manifestação à*
1409 *Assessoria Especial de Controle Interno do MDS. Encaminhar o documento a Presidência Ampliada*
1410 *para conhecimento. Item 5 do relato. Moção enviada pelo Conselho Estadual de Assistência Social de*
1411 *Minas Gerais solicitando espaço na agenda da IX Conferência Nacional de Assistência Social para o*
1412 *movimento reivindicatório junto a Câmara dos Deputados e Senado Federal no sentido de promover a*
1413 *votação da PEC-431/2001 que institui o percentual mínimo de 5% dos recursos federais, ou melhor,*
1414 *recursos federais, estaduais e municipais para custeio de Assistência Social. Encaminhamento:*
1415 *Informar ao CEAS/MG que o CNAS recebeu a moção e reforçar que o Cofinanciamento Obrigatório da*
1416 *Assistência Social é tema da IX Conferência Nacional de Assistência Social, a ser tratado*
1417 *especificamente eu diria, acho que faltou aí, no eixo 1. Item 6. Declaração de colaborador quanto ao*
1418 *custeio de diárias para os Conselheiros Nacionais natos que residem fora de Brasília para pagamento*
1419 *de hospedagem, traslado e alimentação na IX Conferência Nacional de Assistência Social. Os*
1420 *Conselheiros Nacionais devem avaliar o recebimento de diárias para arcar com as despesas de*
1421 *hospedagem, traslado e alimentação ou optarão pelo pacote contratado para a IX Conferência*
1422 *Nacional que disponibiliza os serviços acima citados. Encaminhamento: Submeter o tema à decisão da*
1423 *plenária. Item 7. A Judicialização no processo de trabalho dos Assistentes Sociais por meio de relatos*
1424 *de que Assistentes Sociais e técnicos dos CRAS estão sendo submetidos a realizarem visitas*
1425 *domiciliares e elaborar parecer social para os tribunais de justiça e se houver negativa alguns juízes*
1426 *têm emitido ordem de prisão. Encaminhamento da Presidência Ampliada: A Presidência Ampliada*
1427 *pautou o tema e a Conselheira Simone Albuquerque se disponibilizou em levar o tema à Secretaria*
1428 *Nacional de Assistência Social. Item 8. Realização da 218ª Reunião Ordinária do CNAS no dia 15 de*
1429 *dezembro no período da tarde. Encaminhamento: a Presidência Ampliada sugere a realização da 218ª*
1430 *Reunião Ordinária do CNAS no dia 15 de dezembro para apreciação da minuta de resolução sobre a*

1431 *definição dos trabalhadores de nível médio. Item 9. Avaliação da IX Conferência Nacional de*
1432 *Assistência Social. Encaminhamento da Presidência Ampliada: A Presidência Ampliada propõe fazer a*
1433 *avaliação da IX Conferência Nacional de Assistência Social na 219ª Reunião Ordinária em fevereiro de*
1434 *2013 com metodologia a ser definida, moderação e participação da Relatoria e do Comitê Acadêmico.*
1435 *Foi proposto solicitar o apoio da Relatoria e Comitê Acadêmico para a elaboração de uma*
1436 *metodologia para a avaliação da IX Conferência Nacional. Luziele Maria de Souza Tapajós, Presidente*
1437 *do CNAS. Leila Pizzato, Vice-Presidente do Conselho Nacional de Assistência Social.” No item 1, o*
1438 *Conselheiro Anderson, informou a reunião acontecida no Espírito Santo pelo Movimento da*
1439 *População de rua, com o prefeito abrindo o Centro Pop, solicitando que o CNAS acompanhasse e*
1440 *pedisse à Secretaria Nacional, com a ajuda da Conselheira Simone, que contatassem o coordenador*
1441 *dos CRAS, CREAS para que pudessem fazer uma visita, considerando o grande número de denúncias*
1442 *contra esses Centros, citando algumas localidades e as situações ocorridas. A Presidenta agradeceu a*
1443 *informação, com o encaminhamento de solicitar à SNAS esse acompanhamento. Aparteando, o*
1444 *Conselheiro Fábio concordou com o encaminhamento, informando ao Conselheiro Anderson que*
1445 *após receber essa denúncia do fechamento tanto do Centro Pop de Vitória quanto de Vila Velha,*
1446 *entrou em contato com a gestão estadual que faz o apoio e monitoramento das gestões municipais,*
1447 *mas que a situação já havia sido resolvida. Com relação à situação ocorrida em São Carlos, falaria*
1448 *pessoalmente com o coordenador Jadir e ver se essa denúncia já havia chegado ao conhecimento da*
1449 *coordenação. O Conselheiro Anderson informou que havia solicitado que uma Assistente social*
1450 *encaminhasse uma denúncia ao CNAS, tendo sido removida do Centro POP de São Carlos para a*
1451 *Saúde, porque não concordava com a ação que estava acontecendo. O Conselheiro José da Cruz*
1452 *observou que deveriam manter o encaminhamento, até para potencializar os Conselhos Municipais,*
1453 *estando pautado na Comissão de Política uma discussão das situações de crianças e adolescentes em*
1454 *situação de rua, debate que poderia ser ampliado, incluindo as denúncias que chegavam ao CNAS,*
1455 *trazendo outros atores. Considerava importante que o CNAS notificasse, com um posicionamento*
1456 *dessa casa, fortalecendo seu papel de controle social, de fiscalização do serviço, com a Presidenta*
1457 *concordando com esse encaminhamento. Item 2, nota técnica da CESAN contra a atuação dos*
1458 *Conselhos Municipais de Assistência Social no âmbito do programa PAA. A Conselheira Simone*
1459 *relatou que havia comparecido a um evento da Secretaria de Segurança Alimentar e Nutricional, com*
1460 *esse assunto tendo sido abordado. Que havia solicita o envio dessa nota, para se inteirar do assunto e*
1461 *poder orientar melhor o Conselho. A Presidenta informou que enviariam essa nota técnica para todos*
1462 *os Conselheiros para conhecimento, tendo enviado apenas para os Conselhos Estaduais, atendendo a*
1463 *solicitação recebida. O Conselheiro José Araújo solicitou que fosse tomado cuidado na avaliação dessa*
1464 *participação dos CEMAS nesse processo do PAA, para não sobrecarregar o Conselho Municipal com*
1465 *atividades que não eram próprias. O Conselheiro Anderson informou que representava o CNAS na*
1466 *CESAN e no dia seguinte haveria reunião, precisando ver essa nota técnica para pautar no Conselho*
1467 *Consultivo de Segurança Alimentar do PAA. A Presidenta ponderou que seria interessante que o*
1468 *Conselheiro Anderson e a Conselheira Simone conversassem sobre a nota técnica antes da reunião,*
1469 *representando o CNAS nessa oportunidade. Item 3. Informe da nota pública da Frente de Defesa dos*
1470 *Direitos da Criança e do Adolescente de Minas Gerais. Indagou se havia alguma observação, não*

1471 havendo nenhuma com relação ao item. Item 4, Recomendações, propostas pela Controladoria-Geral
1472 da União, elaboradas a partir da consolidação dos sorteios de municípios contidas no relatório do
1473 acompanhamento do Conselho Municipal de Assistência Social pela CGU. O Conselheiro José Araújo
1474 indicou que o item 2 trazia que o CNAS criaria no âmbito do SUAS Web um demonstrativo sintético de
1475 execução físico-financeira, permitindo ao município informar sobre a aplicação do percentual de 3%
1476 do recurso financeiro. Lembrou que embora a CGU tivesse falado em 3%, na verdade era no mínimo
1477 de 3%. Item 5, moção enviada pelo Conselho Estadual de Assistência Social de Minas Gerais
1478 solicitando espaço na agenda da IX Conferência, sem nenhuma observação pelo Pleno. Item 6,
1479 declaração de colaborador quanto ao custeio de diárias para os Conselheiros Nacionais natos que
1480 residem fora de Brasília para pagamento de hospedagem, traslado e alimentação na IX Conferência. O
1481 Conselheiro José Araújo falou sobre a submissão de temas ao Pleno, que acompanhava ou não a
1482 posição da Comissão, solicitando que fosse tomado cuidado quando se fizesse esses
1483 encaminhamentos. A Presidenta registrou a preocupação do Conselheiro José Araújo, esclarecendo a
1484 posição da Presidência Ampliada ao trazer o tema para ser apreciado pelo Pleno. O Conselheiro
1485 Thiago informou que a Sociedade Civil em reunião realizada na terça-feira, havia solicitado que fosse
1486 encaminhado à Presidência, que requeriam que fossem pagas as diárias normais como vinham
1487 recebendo, sem assinatura de documento. A Presidenta esclareceu que esse documento não era
1488 solicitado anteriormente, sendo que bancavam a hospedagem, alimentação e o traslado em Brasília
1489 de todos os Delegados. Que aqueles que viessem a Brasília e que não usassem a hospedagem e a
1490 alimentação, precisavam assinar dizendo que não utilizariam esses benefícios, para prestação de
1491 contas, com algumas colocações sobre o assunto. Item 7, Judicialização no processo de trabalho dos
1492 Assistentes Sociais A Conselheira Margareth sugeriu melhorar o encaminhamento, com a Conselheira
1493 Simone tendo se comprometido a apresentar o que já havia sido discutido. A Conselheira Simone
1494 observou que poderiam colocar na memória que a SNAS daria um retorno do assunto na Conferência
1495 Nacional. Item 8, realização da 218ª Reunião Ordinária do CNAS. Esclareceu que esse encontro havia
1496 sido acordado que fosse feito antes da Conferência para que a Resolução pudesse ser publicada na
1497 segunda-feira. Solicitou que todos os Conselheiros chegassem pela manhã, para a realização do
1498 evento à tarde. Item 9, avaliação da IX Conferência Nacional. A Presidenta indagou se havia alguma
1499 observação. Em nãoa havendo considerou aprovada a memória da Comissão Organizadora. A seguir,
1500 solicitou ao Pleno autorização para que a Conselheira Solange dissesse algumas palavras. A
1501 Conselheira Solange relatou sua trajetória no CNAS, manifestando satisfação em participar desse
1502 Conselho, primeiro como suplente e depois como titular, agradecendo a confiança recebida da
1503 Ministra, da SNAS e do Secretário de Renda e de Cidadania. Relatou quer juntamente com a
1504 Conselheira Juliana, estavam na cota do MDS, particularmente representando as políticas do Bolsa
1505 Família, da SENARC. Informou que havia trazido um exemplar para cada Conselheiro do livro
1506 “Programa Bolsa Família, uma década de inclusão e cidadania”, atendendo à solicitação da Presidenta
1507 e procedendo à leitura do prefácio dessa publicação. A Presidenta informou aos Conselheiros
1508 Edivaldo e Volmir que esse livro seria transformado em *áudio books* para que fossem colocados na
1509 pasta do CNAS, ajudando aos conselheiros e a toda a população de pessoas com deficiência visual. A
1510 Conselheira Juliana falou sobre sua trajetória pessoal e profissional, manifestando sua satisfação por

1511 participar do CNAS, colocando-se à disposição para trabalhar em conjunto com prol das políticas
1512 públicas. A Presidenta agradeceu a à Conselheira Solange e deu as boas vindas à conselheira Juliana.
1513 O Conselheiro Volmir falou sobre o livro a ser disponibilizado em *áudio book*, relatando as atividades
1514 realizadas em prol das pessoas com essa deficiência, elogiando em nome da Organização Nacional de
1515 Cegos do Brasil a disponibilização desse material, possibilitando aos cegos saber o que estava
1516 acontecendo ao seu redor. A Presidenta esclareceu que a iniciativa era do MDS, mas que o CNAS
1517 havia decidido, colocando vários documentos em *áudio book*, incluindo esse na lista do CNAS. O
1518 Conselheiro Eivaldo cumprimentou por essa atividade e por o CNAS estar sempre preocupado com a
1519 acessibilidade e inclusão, destacando a importância do material digitalizado, com essa forma
1520 permitindo o fácil acesso ao mesmo. Item Regulamento da Conferência Nacional. A Presidenta
1521 solicitou à Conselheira Maria das Graças ler o documento, solicitando ao Pleno que fizesse os
1522 destaques pertinentes: *“Regulamento da IX Conferência Nacional de Assistência Social. Capítulo 1: dos*
1523 *Objetivos. Artigo 1º: A IX Conferência Nacional de Assistência Social, convocada pela Portaria*
1524 *Conjunta do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome e Conselho Nacional de*
1525 *Assistência Social nº. 3 de 17 de dezembro de 2012, em cumprimento ao disposto no Artigo 18, Inciso*
1526 *VI, da Lei nº. 8.742, de 07 de dezembro de 1993, e na Resolução nº. 036 de 13 de dezembro de 2012,*
1527 *tem por objetivo avaliar e propor diretrizes para o Aprimoramento da Gestão e do Financiamento do*
1528 *Sistema Único de Assistência Social. Capítulo 2: do temário. Artigo 2º: A IX Conferência Nacional tem*
1529 *como tema “A Gestão e o Financiamento na Efetivação do SUAS”, e como eixos e objetivos específicos:*
1530 *Eixo 1: O Cofinanciamento Obrigatório da Assistência Social. Objetivos específicos: a) Avaliar o atual*
1531 *quadro da gestão orçamentária e financeira; b) Fortalecer o orçamento próprio para o*
1532 *cofinanciamento da política de Assistência Social; c) Promover o conhecimento sobre o ciclo*
1533 *orçamentário e suas peças, bem como prazos e interlocutores; d) Afirmar junto aos gestores o*
1534 *compromisso do cofinanciamento da política de Assistência Social por meio de mecanismos*
1535 *institucionais e outros, tomando como premissa o exercício do controle social. Eixo 2: Gestão do SUAS:*
1536 *vigilância socioassistencial, processos de planejamento, monitoramento e avaliação. Objetivos*
1537 *específicos: a) Avaliar e compreender a concepção da vigilância socioassistencial, processos de*
1538 *planejamento, monitoramento e avaliação, para o aprimoramento da gestão do SUAS, tomando como*
1539 *premissa o exercício do controle social; b) Discutir e analisar a operacionalização da vigilância*
1540 *socioassistencial, enfocando a utilização de todos os sistemas de informação, da organização do*
1541 *diagnóstico socioterritorial e do mapeamento de vulnerabilidades. Eixo 3: Gestão do Trabalho.*
1542 *Objetivos específicos: a) Avaliar e reafirmar a concepção de gestão do trabalho para o aprimoramento*
1543 *da gestão do SUAS e qualificação dos serviços, programas, projetos e benefícios, tomando como*
1544 *premissa o exercício do controle social; b) Discutir a gestão do trabalho na perspectiva da implantação*
1545 *de quadros efetivos de funcionários, de planos de cargos, carreiras e salários, de concurso público; c)*
1546 *Qualificar o debate sobre a educação permanente na Assistência Social. Eixo 4: Gestão dos serviços,*
1547 *programas e projetos. Objetivos específicos: a) Avaliar do ponto de vista do controle social os*
1548 *processos de acompanhamento dos serviços, programas e projetos ofertados pela rede*
1549 *socioassistencial, tendo em vista a qualidade e efetividade dessas ofertas; b) Avaliar a gestão dos*
1550 *processos de articulação e integração entre serviços, programas e projetos, tomando como parâmetro*

1551 os níveis de complexidade do SUAS: proteção social básica e especial; c) Avaliar a organização dos
1552 serviços, programas e projetos, a partir da sua estrutura: territorialidade, equipe de referência,
1553 acessibilidade, equipamentos e horários de funcionamento. Eixo 5: Gestão dos benefícios e
1554 transferência de renda no SUAS. Objetivos específicos: a) Avaliar do ponto de vista do controle social
1555 os processos de acompanhamento da gestão dos benefícios e transferência de renda; 1 b) Avaliar e
1556 fortalecer a gestão dos benefícios e transferência de renda na Assistência Social, na perspectiva da
1557 garantia dos direitos dos usuários e da consolidação do SUAS; c) Avaliar a gestão dos processos de
1558 articulação e integração entre serviços, benefícios e transferências de renda, na perspectiva da
1559 intersectorialidade com as demais políticas públicas. Eixo 6: Regionalização. Objetivos específicos:
1560 Avaliar e fortalecer a gestão compartilhada e integrada dos entes federados, visando à garantia da
1561 integralidade de acesso às proteções, resguardando as diversidades regionais, culturais e étnicas; b)
1562 Promover debate sobre o desafio da intersectorialidade das políticas públicas, na perspectiva da
1563 regionalização; c) Reconhecer as diversas realidades socioeconômicas, culturais e étnicas e suas
1564 expressões, questão fronteiriça, imigração, migração, grande obras e megaeventos, tendo em vista a
1565 garantia dos direitos socioassistenciais. Capítulo 3: da realização. Artigo 3º: A realização da IX
1566 Conferência Nacional é precedida de Conferências Municipais, Estaduais e do Distrito Federal. § Único:
1567 Nas Conferências dos Estados e do Distrito Federal serão eleitos/as delegados/as de âmbitos
1568 municipal, estadual e do DF, titulares e suplentes, garantindo a paridade entre representação
1569 governamental e Sociedade Civil. Artigo 4º: A IX Conferência Nacional será realizada em Brasília, no
1570 período de 16 a 19 de dezembro de 2013. Dos participantes, Capítulo 4. Artigo 5º: São participantes da
1571 IX Conferência Nacional: Item I - 2.000 delegados/as, devidamente credenciados/as, com direito a voz
1572 e a voto; Item II: 280 convidados/as do CNAS com direito à voz; Item III: 200 observadores/as com
1573 direito à voz; Item IV: Colaboradores/as com direito a voz, conferencistas, relatores, expositores de
1574 mesas temáticas; Item V: expositores/as de estandes, grupo de mobilização, equipe de apoio e outros.
1575 Parágrafo Único: São Observadores aqueles inscritos, no Sistema de Credenciamento on-line
1576 Sisconferência, a partir das 10h, horário de Brasília, do dia 30 de outubro de 2013, na página
1577 eletrônica do CNAS www.mds.gov.br/cnas. Seguindo a ordem de inscrição, distribuídos em 40 vagas
1578 por região. Artigo 6º: São Delegados, devidamente credenciados, considerando a paridade na
1579 representação: I - natos: os Conselheiros do Conselho Nacional, de Assistência Social, titulares e
1580 suplentes, em número de 36; II - delegados de âmbito municipal em número de 1.660; III- delegados
1581 de âmbito estadual e do Distrito Federal, em número de 220; IV- delegados de âmbito nacional, em
1582 número de 84; § Único: A definição do número de Delegados de âmbito municipal, estadual e distrital
1583 para a IX Conferência Nacional foi aprovada na Plenária da 211ª Reunião Ordinária do CNAS,
1584 realizada no período de 07 a 09 de maio de 2013 e publicizada no informe CNAS nº. 04 da IX
1585 Conferência Nacional. Artigo 7º: As relações de Delegados, titulares e suplentes, eleitos nas
1586 Conferências de Assistência Social dos Estados e do Distrito Federal serão encaminhadas ao CNAS, via
1587 Sistema de Registro dos Relatórios e Sistema de Credenciamento, no Sisconferência. Capítulo 5: do
1588 credenciamento. Artigo 8º: O credenciamento de Delegados Nacionais, realizado pelo CNAS, e dos
1589 Delegados de âmbitos municipal, estadual e do Distrito Federal, realizado pelos Conselhos Estaduais e
1590 do Distrito Federal, previamente inscritos no Sisconferência, efetivar-se-á no ato da entrega do

1591 material e dos crachás, observando o estabelecido pela Comissão Organizadora nos horários definidos
1592 na Programação da IX Conferência Nacional. § 1º: Entende-se por delegado credenciado: I- O titular
1593 eleito na Conferência Estadual e do Distrito Federal, para a Conferência Nacional, inscrito no
1594 Sisconferência. II- Os Delegados Nacionais inscritos no Sisconferência. III - Os Delegados Natos
1595 inscritos no Sisconferência. § 2º: Na ausência do delegado titular será credenciado o respectivo
1596 suplente eleito na Conferência Estadual e do Distrito Federal devidamente inscrito no Sisconferência.
1597 Artigo 9º. As substituições de delegados titulares por seus respectivos suplentes posteriores ao
1598 fechamento do Sisconferência serão realizadas mediante declaração de substituição devidamente
1599 assinada exclusivamente pelo Presidente ou Vice-Presidente do Conselho Estadual ou do Distrito
1600 Federal a ser apresentado no prazo e horário do credenciamento da IX Conferência Nacional devendo
1601 a indicação do suplente devendo a indicação do suplente observar a deliberação da Plenária das
1602 Conferências Estaduais ou Distrito Federal, conforme Relatório. § Único do Artigo 9º: A indicação do
1603 delegado suplente deverá observar o respectivo segmento do delegado titular. Artigo 10: Os demais
1604 participantes, de acordo com os incisos II, III, IV e V do Artigo 5º deste regulamento, inscritos no
1605 Sisconferência e terão a entrega de material e dos crachás, observado o estabelecido pelo CNAS nos
1606 horários definidos da Programação da IX Conferência Nacional. Artigo 11: É vedada a emissão de
1607 segunda via de crachás sob quaisquer justificativas. Capítulo 6: dos relatórios. Artigo 12: Os Relatórios
1608 das Conferências Estaduais e do Distrito Federal serão devidamente lançados no Sisconferência,
1609 respeitando as orientações do Informe nº 9 da IX Conferência Nacional, que se encontra no seguinte
1610 link: colocar o link certo, faltou vir aqui o link já definido. Capítulo 7: da sistematização dos relatórios e
1611 relatoria da IX Conferência Nacional. Artigo 13: A IX Conferência Nacional contará com um Comitê
1612 Acadêmico e uma equipe de Relatoria Colegiada, responsáveis pelos materiais que subsidiarão os
1613 debates e sistematizarão as decisões da Conferência Nacional; § 1º: o Comitê Acadêmico, de caráter
1614 consultivo e propositivo, tem por objetivo contribuir com estudos e análises que subsidiem a
1615 preparação e o debate na IX Conferência Nacional. § 2º: A Relatoria da IX Conferência Nacional tem
1616 por objetivo contribuir com a Comissão Organizadora no formato e construção dos instrumentais para
1617 as conferências, consolidar os relatórios das Conferências Estaduais e Distrital, e produzir o relatório
1618 da IX Conferência Nacional. Artigo 14: A análise do consolidado das conferências dos estados e do
1619 Distrito Federal elaborada pelo Comitê Acadêmico, assim como o balanço nacional do SUAS elaborado
1620 pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome e pelo CNAS, consistirão num material a
1621 ser analisados pelas Plenárias Temáticas da IX Conferência Nacional. Artigo 15: Os conteúdos serão
1622 sistematizados por eixo temático. Capítulo 8: da organização. Artigo 16: A IX Conferência Nacional
1623 terá como Presidente a Presidenta do CNAS e como Presidente de honra a Ministra de Estado do
1624 Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Artigo 17: Para organização e desenvolvimento de suas
1625 atividades a IX Conferência Nacional conta com Comissão Organizadora constituída por meio da
1626 Resolução CNAS nº. 35 de 13 de dezembro de 2012 e Resolução CNAS nº. 11 de 15 de maio de 2013
1627 com a seguinte composição. Coordenadores: Presidenta do CNAS Luziele Tapajós e Vice-Presidenta
1628 Leila Pizzato. Representantes governamentais: Marisa Rodrigues da Silva, José Ferreira da Cruz e
1629 Maria das Graças Soares Prola. III- Representantes da Sociedade Civil: Ademar de Andrade Bertucci,
1630 Dóris Margareth de Jesus e Edivaldo da Silva Ramos. Artigo 18: A Comissão Organizadora com apoio

1631 técnico e administrativo do MDS e da Secretaria Executiva do CNAS necessários a realização das
1632 atividades relacionadas e desenvolvimento da organização e desenvolvimento da IX Conferência
1633 Nacional. A IX Conferência Nacional será constituída de painel, mesas e Plenárias Temáticas e Plenária
1634 Final. Capítulo 9: das atribuições. Artigo 20: A Comissão Organizadora da IX Conferência Nacional tem
1635 suas atribuições definidas na Resolução nº 35 de 13 de dezembro de 2012. A Presidenta da Comissão
1636 Organizadora da IX Conferência Nacional cabe: I- convocar as reuniões da Comissão Organizadora; II-
1637 coordenar as reuniões e as atividades da Comissão Organizadora; III- submeter à aprovação do pleno
1638 do CNAS as propostas e os encaminhamentos da Comissão Organizadora; IV- supervisionar todo o
1639 processo de organização da IX Conferência Nacional. Dos recursos. Artigo 22: As despesas com a
1640 organização geral e realização da IX Conferência Nacional ocorrerão a conta de dotação orçamentária
1641 consignada pelo MDS, e apoio institucional de patrocinadores. Artigo 23: O planejamento,
1642 organização, execução e acompanhamento de todas as atividades de infraestrutura logística e
1643 operacional da IX Conferência Nacional serão realizados pela empresa vencedora do procedimento
1644 licitatório. Capítulo 11: do regimento interno da IX Conferência Nacional. A Comissão Organizadora
1645 apresentará a proposta de regimento interno a ser submetida à aprovação por maioria simples dos
1646 delegados credenciados até o horário estabelecido na programação da IX Conferência Nacional.
1647 Capítulo 12: disposições gerais. Artigo 25: Os casos omissos serão resolvidos pela presidência da IX
1648 Conferência Nacional em conjunto com a Comissão Organizadora”. A Conselheira Maria das Graças
1649 solicitou que fosse observada a padronização da redação, colocando delegados e delegadas,
1650 colaboradores, inscritos e inscritas, etc. A Conselheira Simone alterou seu destaque do Artigo 24 para
1651 o 19. O Conselheiro José solicitou padronizar no texto, falando-se “Conferência Nacional de
1652 Assistência Social” e depois só “IX Conferência Nacional”, com o Conselheiro Ademar indicando a
1653 presença da Relatoria para atender a revisão. No Eixo 3, Artigo 2º, a Conselheira Margareth solicitou
1654 na “letra a”, colocasse depois do ponto e vírgula”e as condições éticas e técnicas de trabalho”. O
1655 Conselheiro José Araujo observou que o material estava praticamente impresso, não sendo possível
1656 corrigir, ao que a Conselheira Margareth inquiriu sobre o objetivo dos destaques, mas que continuaria
1657 com suas observações. Indicou que não estava clara a questão da jornada de trabalho, de
1658 implantação de mesas de negociação permanente do SUAS, que não estava na alínea b e, a
1659 necessidade de se discutir e de se instituir um piso salarial para os trabalhadores do SUAS. O
1660 Conselheiro José da Crus esclareceu que a orientação para o processo de Conferência estava desde o
1661 primeiro informe do CNAS, relatando o trabalho realizado e discutido e aprovado pelo Pleno, não
1662 sendo o caso mudar o objetivo de eixos ou alterar ementa, o que já estava dado no processo de
1663 Conferência, com a Conselheira Maria das Graças concordando com essa colocação. A Conselheira
1664 Maria Aparecida falou sobre os objetivos colocados, mas entendendo as colocações da Conselheira
1665 Margareth. O Conselheiro José Araújo ponderou que os eixos haviam sido bem estudados, citando o
1666 eixo 3, gestão do trabalho. No Artigo 3º, Parágrafo Único, após diversas observações, a Presidenta
1667 indicou o texto final: “Nas conferências dos estados, Distrito Federal, são eleitos os
1668 delegados/delegadas de âmbitos municipal, estadual e do DF, titulares e suplentes, garantindo a
1669 paridade entre representação governamental e Sociedade Civil efetuadas segundo diretrizes do
1670 CNAS”. No Capítulo 4, inciso IV, dos participantes, o Conselheiro José Crus observou que eram

1671 expositores do painel, das Plenárias Temáticas e da Plenária Final, ficando o texto: “Conferencistas,
1672 relatores, expositores de painéis, mesas e Plenárias Temáticas e Plenária Final”. O Conselheiro José
1673 Araújo questionou “colaboradores com direito a voto, conferencistas, expositores de mesa tem
1674 direito a voz”, sendo confirmado que todos tinham esse direito. No Capítulo 5 Artigo 8ª, do
1675 credenciamento, o Conselheiro Thiago Artigo 8º, indicou que falava apenas de delegados, não
1676 especificando que eram delegados nacionais, com a redação precisando ser corrigida. No Artigo 9º, o
1677 Conselheiro José Araújo solicitou correção na palavra “substituição”, tirando o “e”. O Conselheiro
1678 Edivaldo observou haver muita palavra emendada, com a Presidenta indicando sua correção. No
1679 Capítulo 6, Artigo 12. Por favor, Artigo 12 aqui tem um destaque de quem? Da Graça Prola, colocar
1680 *link* certo. Não, é só *link* certo. Ok. Perfeito. Capítulo 7, da sistematização dos relatórios e relatoria da
1681 IX Conferência. § 1º, Artigo 13, a Conselheira Simone sugeriu colocar o papel também de apoio ou
1682 colaboração na condução de plenário, indicando que a Relatoria apoiaria nas Plenárias Temáticas e na
1683 Plenária Final. Após algumas colocações sobre a questão, a Presidenta indicou a redação: “A relatoria
1684 da IX Conferência Nacional tem por objetivos: I- Contribuir com a Comissão Organizadora no formato:
1685 Inciso I- Contribuir com a Comissão Organizadora no formato e construção dos instrumentais para as
1686 conferências. II- Consolidar os relatórios das Conferências Estaduais e Distrital. III- Produzir o relatório
1687 geral da IX Conferência Nacional. IV- Apoiar o CNAS na condução do painel, mesas, Plenárias
1688 Temáticas e Plenária Final. V- Apoiar tecnicamente em outros aspectos relacionados à IX Conferência
1689 Nacional. O Sr. Ronaldo indicou sua participação tanto na mesa do Regimento Interno quanto na
1690 mesa da Plenária Final, sugerindo que o Sr. Célio ficasse na mesa de Regimento Interno, e ele ficaria
1691 na mesa da Plenária Final, esclarecendo sua sugestão. O Conselheiro José da Cruz ponderou que o
1692 coordenador indicaria os participantes de cada mesa, com a programação trazendo os nomes dos
1693 coordenadores, relatores e do Comitê Acadêmico, além dos especialistas, palestrantes, expositores. O
1694 Sr. Ronaldo indagou qual o prazo para indicação dos nomes, com a Presidenta informando que fariam
1695 outra reunião, depois dessa, para indicação. No Artigo 19 a Conselheira Simone falou sobre as
1696 pessoas destinadas em cada conferência a tratar exclusivamente da acessibilidade, o que se não fosse
1697 bem tratado, poderia parar a Conferência. Sugeriu que fosse colocada essa especificidade, com o
1698 apoio tanto do Conselheiro Edivaldo quanto do Conselheiro Volmir, e talvez do Conselheiro Anderson
1699 e da Conselheira Marilena, para colaborar com a Comissão Organizadora e cuidar do princípio ao fim
1700 de todas as questões das pessoas com deficiência nessa Conferência, com a Presidente concordando
1701 com as indicações. O Conselheiro José Araújo destacou que o posto médico deveria ser o último a ser
1702 fechado, relatando o ocorrido na última Conferência, com a Presidenta informando que colocaria sua
1703 observação na memória, com a Conselheira Marilena concordando e destacando que teriam que
1704 monitorar para que isso não acontecesse. O Conselheiro José Araújo observou que após o número do
1705 artigo não vinha o traço, exceto 20, 21 e 22. No Artigo 25, gostaria de mudar o texto para “os casos
1706 omissos serão resolvidos pela Comissão Organizadora”. O Sr. Ronaldo concordou que havia .questões
1707 que podiam ser resolvida pela Comissão, mas com algumas que requeriam a Presidência, mantendo a
1708 redação anterior, com a concordância da Conselheira Dóris e do Conselheiro José da Cruz. O
1709 Conselheiro Volmir chamou a atenção para que o texto não permitisse dupla interpretação, trazendo
1710 dificuldades. O Conselheiro José Araújo ponderou que sua sugestão era de valorização da Comissão

1711 Organizadora, reiterando que muitas das questões poderiam ser deixadas para que seus membros
1712 resolvessem, mas consultando a Presidência se julgasse necessário, com o Conselheiro Thiago
1713 concordando com essa preservação da Presidência. Após algumas colocações o texto foi mantido
1714 como estava. A Presidenta informou ter enviado aos conselheiros a nota técnica relacionada ao PAA,
1715 para conhecimento. A seguir, a Conselheira Maria das Graças procedeu à leitura do texto redigido
1716 sobre acessibilidade, conforme solicitação da Conselheira Simone, propondo a criação no Artigo 18 de
1717 um parágrafo único, que ficaria com a seguinte redação: “Artigo 18. A Comissão Organizadora conta
1718 com apoio técnico e administrativo do MDS e da Secretaria Executiva do CNAS, necessários a
1719 realização das atividades relacionadas à organização e desenvolvimento da IX Conferência Nacional. §
1720 Único: a Comissão Organizadora da IX Conferência Nacional conta com a Subcomissão de
1721 Acessibilidade constituída ou composta pelos Conselheiros Nacionais Volmir Raimondi, Edivaldo da
1722 Silva Ramos, Marilena Ardore e Anderson Miranda. , com o objetivo de acompanhamento das
1723 questões de acessibilidade durante a realização da Conferência”, com o mesmo sendo aprovado pelo
1724 Pleno. ENCERRAMENTO. A Presidenta encerrou a reunião para o almoço, convidando a todos para
1725 retornarem às 13h30. ABERTURA. Reiniciando a reunião, a Presidenta, cumprimentou os presentes,
1726 informando que o primeiro lote de processos do total de quase 100 mil processos sob a guarda do
1727 CNAS já havia ido para digitalização, o que também seria feito com os processos do Fundo Nacional e
1728 do Departamento da Rede Privada. Comunicou que o contrato com a empresa para realização da
1729 conferência havia sido assinado. O Conselheiro Anderson informou o valor do lucro alcançado pela
1730 Caixa, podendo gestionar com o seu presidente para conseguir patrocínio para a Conferência. A
1731 seguir, a Secretária-Executiva procedeu á conferência do quorum: Conselheiros na titularidade:
1732 Conselheira Luziele Maria de Souza Tapajós, Conselheira Simone Aparecida Albuquerque, Conselheira
1733 Solange Teixeira, Conselheiro José Ferreira da Crus, Conselheira Maria das Graças Prola, Conselheiro
1734 Ademar de Carvalho Bertucci, Conselheira Márcia de Carvalho Rocha, Conselheiro Volmir Raimondi,
1735 Conselheiro Anderson Lopes Miranda, Conselheira Maria Aparecida do Amaral Godoi de Faria,
1736 Conselheira Margareth Alves Dallaruvera, Conselheira Jane Pereira Clemente, Conselheiro Fábio
1737 Bruni, Conselheira Maria Lúcia Nogueira Marquim, Conselheira Valéria da Silva Reis Ribeiro,
1738 Conselheiro José Araújo da Silva. Conselheiros na suplência: Conselheira Marilena Ardore, Conselheira
1739 Dóris Margareth de Jesus, Conselheira Nilsia Lourdes dos Santos, Conselheiro Edivaldo da Silva
1740 Ramos, Conselheiro Carlos Rogério de Carvalho Nunes, Conselheiro Thiago Barbosa Ferreira Cabral. A
1741 Presidenta solicitou à Conselheira Dóris a leitura do Regimento, seguindo os mesmos critérios do
1742 Regulamento: *“Regimento interno da IX Conferência Nacional de Assistência Social. Define as regras
1743 de funcionamento da IX Conferência Nacional de Assistência Social. Artigo 1º: A IX Conferência
1744 Nacional de Assistência Social convocada pela Portaria Conjunta 03 de 17 de dezembro de 2012,
1745 assinada pela Ministra de Estado do Desenvolvimento Social e Combate à Fome – MDS, e pela
1746 Presidenta do Conselho Nacional de Assistência Social – CNAS, em cumprimento ao disposto do Inciso
1747 VI do Artigo 18 da Lei 8.742 de 07 de dezembro de 1993 e na Resolução CNAS nº. 36 de 13 de
1748 dezembro de 2012 realizada de 16 a 19 de dezembro de 2013, no Centro de Convenções Ulysses
1749 Guimarães em Brasília/DF ocorrerá conforme estabelecido nesse regimento interno. Capítulo 1: do
1750 credenciamento. Artigo 2º: os delegados e delegadas, natos e natas de âmbito nacional, estadual, do*

1751 Distrito Federal e municipal devidamente inscritos no Sisconferência pelos Conselhos Nacional,
1752 Estaduais e do Distrito Federal, serão credenciados no dia 16 de dezembro no horário de 12h as 18h, e
1753 no dia 17 de dezembro no horário de 8h as 12h no balcão de credenciamento do Centro de
1754 Convenções em Brasília. § 1º: na ausência dos delegados e delegadas titulares, os respectivos
1755 suplentes inscritos no Sisconferência serão credenciados mediante apresentação de declaração de
1756 substituição devidamente assinada exclusivamente pelo Presidente ou Vice-Presidente do Conselho
1757 Estadual ou do Distrito Federal, observando o relatório com as deliberações da Plenária da
1758 Conferência Estadual e do Distrito Federal. § 2º: situações ou outras não previstas no § 1º serão
1759 encaminhadas a sala de soluções no período de credenciamento. Artigo 3º: os convidados e
1760 convidadas, observadores e observadoras, relatores e reladoras, e demais participantes devidamente
1761 inscritos no Sisconferência, serão credenciados no dia 16 de dezembro no horário de 12h as 18h, ou no
1762 dia 17 de dezembro de 8h as 14h no balcão de credenciamento do Centro de Convenções em Brasília.
1763 § 1º: “Os conferencistas e expositores de mesas temáticas poderão ser credenciados até o horário da
1764 sua participação na IX Conferência. § 2º: após as 17h do dia 17 de dezembro de 2013, a Comissão
1765 Organizadora informará o número de delegados e delegadas aptos a votar na IX Conferência. Capítulo
1766 2: da organização. Artigo 6º: a IX Conferência Nacional contará com painel, mesas e Plenárias
1767 Temáticas, e Plenária Final. Seção I do painel. Artigo 7º: o painel visa subsidiar as mesas e Plenárias
1768 Temáticas, e abordará a avaliação nacional do SUAS a partir da: Inciso I- análise de consolidados das
1769 Conferências Estaduais e do Distrito Federal, instrumental I e II. Inciso II- análise das deliberações das
1770 Conferências Nacionais de 2005 a 2011 a partir da perspectiva do controle social e da gestão federal.
1771 Parágrafo Único: o painel contará com expositores e expositoras, coordenador relator. Artigo 8º: após
1772 as apresentações os participantes e as participantes da IX Conferência poderão fazer inscrição para
1773 intervenção oral ou encaminhar perguntas por escrito, respeitado o tempo previsto para debate na
1774 programação. Parágrafo Único: cada intervenção deverá ser de no máximo três minutos. Seção II: das
1775 mesas temáticas. Artigo 9º: as mesas temáticas serão integradas por delegados e delegadas,
1776 convidados e convidadas, e observadores, e é de livre escolha pelos participantes, ressalvada a
1777 capacidade instalada do local. Seção III: das Plenárias Temáticas. Recomendações. Artigo 10: as
1778 Plenárias Temáticas organizadas por eixos terão por objetivo avaliar o SUAS por meio de debate
1779 específico. Validar as recomendações que são as deliberações entre eles que devem permanecer na
1780 agenda do SUAS, e formular e aprovar as propostas novas que serão deliberadas na Plenária Final. §
1781 1º: as Plenárias Temáticas contarão com expositores e expositoras, coordenadores e coordenadoras, e
1782 relator. § 2º: as recomendações serão validadas por maioria simples dos delegados e delegadas
1783 presentes nas Plenárias Temáticas e passarão a constar dos anais da IX Conferência Nacional. § 3º: no
1784 início da votação das recomendações o coordenador e a coordenadora verificará o quorum para
1785 validação. § 4º: as recomendações que tratam do mesmo conteúdo referente ao eixo serão apreciadas
1786 em conjunto para que a Plenária Temática que define aquela ou aquelas que serão validadas para
1787 permanecer na agenda do SUAS. Seção IV: das Plenárias Temáticas, propostas novas. Artigo 11: as
1788 propostas novas são aquelas que não foram contempladas em nenhuma deliberação das conferências
1789 anteriores e que materializam os desafios para efetivação do SUAS, devendo está em consonância
1790 com as normativas obrigatórias do sistema. § 1º: só deverão ser apresentadas propostas novas

1791 relacionadas ao conteúdo do eixo em discussão. § 2º: poderão ser apresentadas propostas novas
1792 dirigidas a união e ao âmbito nacional de corresponsabilidade das três esferas de governo. § 3º: cada
1793 participante poderá apresentar até duas propostas novas para a discussão. § 4º: o autor da proposta
1794 é quem deverá apresentar a defesa da mesma na Plenária Temática. § 5º: as propostas novas deverão
1795 ser apresentadas a mesa de apoio da Plenária Temática até as 17h do dia 18/11. Artigo 12: as
1796 Plenárias Temáticas aprovarão por maioria simples dos delegados e delegadas presentes, as
1797 propostas novas que serão encaminhadas para a Plenária Final para deliberação. § 1º: no início da
1798 votação das propostas novas o coordenador ou coordenadora verificarão quorum daquelas que serão
1799 encaminhadas para a Plenária Final. § 2º: cada eixo aprovará até 10 propostas novas para a
1800 apreciação e deliberação da Plenária Final totalizando até 60 propostas. § 3º: o cartão de votação
1801 será entregue na entrada do local da realização da Plenária Temática e cada delegado ou delegada
1802 poderá votar em até 10 propostas novas dentre aquelas que serão apresentadas em sua totalidade
1803 aos participantes. § 4º: as propostas mais votadas até o limite de 10 serão encaminhadas para a
1804 Plenária Final desde que atinja a metade mais um dos votos dos delegados e delegadas presentes no
1805 início das votações. § 5º: o resultado dos trabalhos das Plenárias Temáticas a ser apresentado na
1806 Plenária Final será realizado sob responsabilidade da Relatoria Colegiada da IX Conferência Nacional.
1807 Artigo 13: as Plenárias Temáticas realizar-se-ão concomitantemente em número de seis conforme
1808 definido na programação, em dois momentos específicos: no dia 18 de dezembro no horário das 9h as
1809 13h, e das 15h as 19h respectivamente. Artigo 14: as Plenárias Temáticas serão integradas por
1810 delegados e delegadas, convidados e convidadas, colaboradores e colaboradoras, e observadores e
1811 observadoras, previamente distribuídos no ato do credenciamento, definido em número máximo de
1812 450 pessoas. Parágrafo Único: terão direito a voto nas Plenárias Temáticas os delegados e delegadas
1813 que dela participam devidamente credenciados na IX Conferência e que estejam de posse do crachá de
1814 identificação e o cartão de votação e dos demais participantes terão direito a voz. Artigo 15: A
1815 sistematização das Plenárias Temáticas deverão ser concluídas até as 14h do dia 18 de dezembro.
1816 Capítulo 3: da Plenária Final. Artigo 16: a Plenária Final da IX Conferência constituída de delegados e
1817 delegadas, convidados e convidadas, observadores e colaboradores tem caráter deliberativo com
1818 atribuição de discutir, aprovar e modificar, aprovar ou rejeitar as propostas novas aprovadas nas
1819 Plenárias Temáticas, bem como apreciar as moções. § 1º: Apenas terão direito a voto os delegados e
1820 delegadas devidamente credenciados na IX Conferência e que estejam de posse do crachá de
1821 identificação. § 2º: aos demais participantes da IX Conferência será garantido o direito a voz. Artigo
1822 17: as moções deverão ser entregues até as 20h do dia 18 de dezembro. § 1º: somente as moções que
1823 obtiveram o apoio de no mínimo 20% dos delegados e delegadas credenciadas serão submetidas à
1824 deliberação da Plenária Final. § 2º: o apoio dos delegados e delegadas as moções dar-se-á através da
1825 apresentação do crachá nos terminais instalados no local de credenciamento. § 3º: o limite para apoio
1826 das moções será às 12h do dia 19 de dezembro. § 4º: as moções serão apreciadas pela Plenária Final
1827 logo após a deliberação das propostas oriundas das Plenárias Temáticas. Artigo 18: o processo de
1828 apreciação e aprovação das propostas novas dar-se-á da seguinte forma: Inciso I- leitura do
1829 consolidado das propostas novas por eixo proveniente das Plenárias Temáticas. II- as propostas não
1830 destacadas serão consideradas automaticamente aprovadas. III- apresentação dos destaques

1831 *solicitados. IV- apresentação de uma defesa a favor e uma contrária, quando solicitado por qualquer*
1832 *participante obedecendo ao tempo máximo de três minutos para cada. V- estando a Plenária*
1833 *esclarecida sobre cada proposta destacada, essas serão submetidas à votação pela Plenária Final.*
1834 *Artigo 19: a votação será realizada através de sistema eletrônico sem fio, disponibilizado aos*
1835 *delegados e delegadas. § 1º: a apuração das votações pelo sistema eletrônico será realizado por*
1836 *percentual de votos favoráveis, contrários e abstenções. § 2º: na impossibilidade de votação pelo*
1837 *sistema eletrônico a votação será realizada com a utilização dos crachás dos delegados e delegadas. §*
1838 *3º: a apuração das votações por crachás será feita por contraste e em caso de dúvida será realizado*
1839 *contagem dos votos. Artigo 20: a Plenária Final contará com uma mesa de apoio de Conselheiros e*
1840 *Conselheiras, e uma mesa de suporte da relatoria que auxiliará a coordenação dos trabalhos. Artigo*
1841 *21: instalado o processo de votação é expressamente vedado o levantamento de questões de qualquer*
1842 *natureza. Capítulo 4: das disposições gerais. Artigo 22: as deliberações aprovadas na IX Conferência*
1843 *serão publicadas no diário oficial da união pelo CNAS no prazo de 120 dias a contar do seu*
1844 *encerramento e disponibilizados na página eletrônica do Conselho Nacional de Assistência Social.*
1845 *Artigo 23: assegura-se a Plenária o questionamento à coordenação da mesa pela ordem para*
1846 *restabelecer os trabalhos ou no caso em que esse regimento não esteja sendo cumprido. Artigo 24: os*
1847 *casos omissos serão apreciados pela Comissão Organizadora da IX Conferência, e submetidos à*
1848 *aprovação da Plenária.”* A Presidenta falou sobre a nova metodologia a ser usada na Conferência
1849 Nacional, não havendo defesa de uma Comissão Organizadora ou da Relatoria diferenciada de um
1850 Pleno que havia participado de todas as decisões. A seguir, passou aos destaques, com o Conselheiro
1851 José da Crus indicando a inclusão no Artigo 1º do verbo “será” antes de “realizada de 16 a 19”. No
1852 Artigo 3º, o Conselheiro José Araújo sugeriu que o horário de credenciamento fosse igual nos dois
1853 dias, com a Presidenta esclarecendo as condições para que no primeiro dia iniciasse às 12h e não às
1854 8h. No Artigo 9º o destaque era de correção da redação e no Artigo 8º, a Conselheira Maria das
1855 Graças observou que assim como nos demais artigos, que conceituavam o que era painel, o mesmo
1856 deveria ser feito com as mesas temáticas, e no mesmo Artigo, o Conselheiro Edivaldo discordou da
1857 palavra “ressalvada”, devendo ser “considerada”, com a concordância da Presidenta. O conselheiro
1858 Thiago sugeriu que se colocasse o texto: “respeitado a ordem de inscrição”. Após algumas
1859 considerações sobre o assunto, a Conselheira Simone sugeriu que as próprias delegações decidissem
1860 entre si, chegando de forma mais organizada. O Sr. Ronaldo falou sobre os procedimentos para
1861 conceder as vagas aos estados antecipadamente, sendo que para facilitar a logística, o Conselho
1862 Nacional deveria estabelecer a quantidade de vagas por estado para a distribuição nas seis mesas
1863 temáticas, mas que essa proposta a essa altura da Conferência era um pouco arriscada. Após algumas
1864 sugestões, a Presidenta solicitou ajuda do Pleno para encaminhamento, indicando as propostas
1865 colocadas, com o Conselheiro José da Crus falando que deveriam deixar como estava, com
1866 sensibilização dos Conselhos Estaduais para que se organizassem, possibilitando a participação de
1867 todos. A Presidenta destacou o encaminhamento: o compromisso que as Mesas temáticas seriam
1868 integradas por delegados, convidados e observadores, e a participação seria de livre escolha,
1869 considerada a capacidade instalada do local. Que entrariam em contato com todos os delegados,
1870 mandando ementa, solicitando que a delegação já se dividisse previamente. Na seção III, das

1871 Plenárias Temáticas, Artigo 10, a Conselheira Simone sugeriu retirar a palavra “recomendação”,
1872 colocando “validar as deliberações”. O Sr. Ronaldo ponderou que esse havia sido o termo divulgado,
1873 com essa mudança podendo gerar alguma confusão. A Conselheira Maria das Graças concordou com
1874 a Conselheira Simone, propondo tirar o título recomendações, que essa seção ficasse como das
1875 Plenárias Temáticas, o Artigo 10 permanecesse na forma da redação dada pela Conselheira Simone, e
1876 o Artigo 13, o 14 com seu parágrafo único e o 15, iniciasse a seção. Depois trabalhariam as
1877 especificidades das deliberações das Conferências anteriores e mais a deliberação das propostas
1878 novas, com a Conselheira Simone concordando com essa sugestão. A Presidenta indicou a redação:
1879 “As Plenárias Temáticas organizadas por eixo terão por objetivo avaliar o SUAS por meio do debate
1880 específico das deliberações anteriores. As Plenárias Temáticas organizadas por eixo terão por objetivo
1881 avaliar o SUAS por meio de debate específico, validar as deliberações anteriores que devem
1882 permanecer na agenda do SUAS, e formular e aprovar as propostas novas que serão deliberadas na
1883 Plenária Final.”Que concordava com o Relator, com o Sr. Ronaldo indicando as alterações propostas
1884 pela Conselheira Maria das Graças já haviam sido feitas. A Presidenta ressaltou que as Plenárias
1885 Temáticas à tarde, seriam abertas nessa hora de validação, com a palavra “recomendação” tendo que
1886 aparecer. Após mais algumas colocações, a Presidenta indagou se deixariam como a Conselheira
1887 Simone indicava, ou como a Comissão estava trazendo, com o Conselheiro José da Cruz sugerindo
1888 tirar “tratar das recomendações e propostas novas. No Artigo 10, sugeriu que não mudassem a
1889 palavra “recomendação” esclarecendo sua colocação, solicitando que a Relatoria fizesse a correção
1890 nessa redação pelos próximos parágrafos. No § 1º: as Plenárias Temáticas contarão com expositores,
1891 coordenadores e relatores. 2º, as deliberações anteriores serão validadas por maioria simples dos
1892 delegados presentes nas Plenárias Temáticas e passarão a contar nos anais da Conferência Nacional
1893 de Assistência Social, indicando que padronizariam o título “IX Conferência conforme orientação do
1894 Conselheiro José Araújo. No § 3º, No início da votação das deliberações anteriores recomendadas, o
1895 coordenador verificará o *quorum* para validação. § 4º: as deliberações anteriores recomendadas que
1896 tratam do mesmo conteúdo referente ao eixo serão apreciados em conjunto para que a Plenária
1897 Temática defina aquela ou aquelas que serão validadas para permanecer na agenda do SUAS. O Sr.
1898 Ronaldo indicou que haviam feito as alterações e que depois encaminhariam para os Conselheiros. Na
1899 seção IV das Plenárias Temáticas, propostas novas. Artigo 11. A Conselheira Simone falou sobre as
1900 propostas novas, indagando quem as avaliaria, com o Sr. Ronaldo relatando como havia sido a
1901 discussão na Relatoria sobre a questão. Falou sobre a votação das propostas após a sua discussão e
1902 que seriam levadas para a Plenária Final, indicando os parâmetros utilizados para essa votação. Que a
1903 mesa de apoio, com a presença dos Conselheiros, seria quem falaria se era ou não uma proposta nova
1904 e não a relatoria. Informou que no dia anterior, na Comissão Organizadora haviam falado sobre a
1905 possibilidade de publicizar no caderno da conferência uma síntese de todas as deliberações das cinco
1906 Conferências anteriores para ajudar na discussão da Plenária Temática, recorrendo-se ao caderno
1907 para saber se era ou não uma proposta nova. A Presidenta informou que o CNAS tinha no *site* uma
1908 síntese com todas as deliberações das Conferências Nacionais, com o Sr. Ronaldo esclarecendo que a
1909 Relatoria havia assumido o compromisso de explicar essa metodologia em todas as Plenárias
1910 Temáticas. O Conselheiro José Araújo questionou como saberia se era ou não uma proposta nova, e

1911 se as mesas temáticas seriam durante o dia todo ou meio dia, com a Presidenta esclarecendo que
1912 essas Plenárias Temáticas durariam o dia todo. O Conselheiro José Araújo propôs que as propostas
1913 novas fossem obrigatoriamente entregue à mesa até o meio dia, sendo feita essa verificação, o que
1914 ajudaria no trabalho a ser realizado. A Presidenta destacou que estavam tratando de algo novo,
1915 falando sobre as deliberações a serem feitas, diferente das outras Conferências. O Conselheiro Thiago
1916 indagou se a análise das propostas novas seria feita pelo pessoal de apoio e pela Relatoria. O Sr.
1917 Ronaldo registrou que não seria a Relatoria que diria o que era novo ou não, mas sim a Mesa de apoio
1918 e o conjunto de delegados e Conselheiros e mais a Relatoria, que estaria contribuindo. Falou ao
1919 Conselheiro Araújo que não poderiam pensar a conferência de forma estanque, discorrendo como
1920 isso seria feito. O Conselheiro José da Crus falou sobre a programação da Conferência, como as
1921 propostas novas seriam tratadas e votadas, e a nova metodologia a ser utilizada. A Presidenta
1922 esclareceu que já tinham consolidadas todas as propostas novas que chegaram dos estados, e que
1923 seriam entregues na Conferência, falando sobre as mesmas. O Conselheiro Ademar falou sobre a
1924 inovação nessa Conferência com relação às propostas novas, esclarecendo como seriam tratadas. O
1925 Conselheiro José Araújo manifestou-se contemplado com a fala do Sr. Ronaldo e do Conselheiro José
1926 da Crus e que, considerando que se tratava de Regimento Interno, teria que ser muito clara, tendo
1927 entendido como seria conduzido o trabalho na Plenária, mas solicitando que essas propostas fossem
1928 melhor explicadas no Regimento interno. A Conselheira Simone colocou seu entendimento sobre as
1929 propostas novas, com o Conselheiro José da Crus complementando, indicando como diferenciavam
1930 essas propostas, sendo da mesma forma das outras Conferências Nacionais, não tendo mudado a
1931 regra. Após mais algumas colocações sobre o entendimento dessas propostas, o Sr. Célio destacou
1932 que era fundamental que as propostas fossem trazidas por escrito, sendo checadas com o caderno
1933 das propostas anteriores e que estariam no caderno de texto de todos os Conselheiros, indicando os
1934 demais procedimentos pra que chegassem na Plenária Final. O Conselheiro José da Crus falou sobre
1935 as contribuições que os Conselheiros haviam dado, indicando que juntamente com a Conselheira
1936 Maria das Graças haviam feito uma proposta de redação para mostrar o processo todo avaliativo, e
1937 deixar claro as estratégias, a Mesa e as Plenárias Temáticas e a Plenária Final. Após algumas sugestões,
1938 a Presidenta indicou a redação do Artigo 11: “As propostas novas são aquelas que não foram
1939 contempladas em nenhuma deliberação das Conferências anteriores devendo materializar os desafios
1940 para contribuir com a efetivação do SUAS em consonância com suas normativas. § 1º: só deverão ser
1941 apresentadas as propostas novas relacionadas ao conteúdo do eixo em discussão. § 2º: poderão ser
1942 apresentadas propostas novas dirigidas à união e ao âmbito nacional de corresponsabilidade das três
1943 esferas de governo. § 3º: cada participante poderá apresentar à mesa de apoio por escrito até duas
1944 propostas novas para a discussão. § 4º: o autor da proposta é quem deverá apresentar a defesa da
1945 mesma na Plenária Temática. § 5º: As propostas novas deverão ser apresentadas à mesa de apoio da
1946 Plenária Temática até as 17h do dia 18/12. Após discussão sobre a questão, a Presidenta indicou a
1947 redação do Artigo 12: as Plenárias Temáticas aprovarão por maioria simples dos delegados presentes
1948 através do cartão de votação as propostas novas que serão encaminhadas para deliberação da
1949 Plenária Final. § 1º: no início da votação das propostas novas o coordenador verificará o *quorum* para
1950 aprovação daquelas que serão encaminhadas para a Plenária Final. § 2º: cada eixo aprovará até cinco

1951 propostas ou até 10 propostas novas para apreciação e deliberação da Plenária Final totalizando até
1952 30 ou 60 propostas novas. § 3º: o cartão de votação será entregue na entrada do local da realização
1953 da Plenária Temática. § 4º: após apresentação das propostas cada delegado/delegada elegerá de uma
1954 única vez até cinco ou 10 propostas novas dentre aquelas que foram apresentadas, não é que serão,
1955 não é? Não, que serão apresentadas em sua totalidade aos participantes. § 5º: as propostas mais
1956 votadas até o limite de 10 ou no caso cinco, serão encaminhadas para a Plenária Final desde que
1957 atinjam metade mais um dos votos dos delegados presentes no início das votações. § 6º: o resultado
1958 do trabalho das Plenárias Temáticas a ser apresentado na Plenária Final será realizado sob
1959 responsabilidade da Relatoria Colegiada da IX Conferência Nacional. Após colocações sobre a quantia
1960 de cinco ou dez propostas novas, conforme o § 2º, a Presidenta observou que solicitassem aos
1961 estatísticos sobre esse número, colocando no limite do Artigo 10 , não decidindo sem essa base. O
1962 Conselheiro José da Cruz falou sobre o debate que seria realizado quando ao número de propostas,
1963 tendo elementos para essa discussão. Após novas colocações sobre as propostas, sua votação e como
1964 deveria ser o cartão, a Presidenta indicou a redação do Artigo 12: “ As Plenárias Temáticas aprovarão
1965 por maioria simples dos delegados presentes, as propostas novas que serão encaminhadas para
1966 deliberação da Plenária Final. § 1º: no início da votação das propostas novas o coordenador verificará
1967 o *quórum* para aprovação daquelas que serão encaminhadas para a Plenária Final. § 2º: cada eixo
1968 aprovará até 10 ou cinco propostas novas para apreciação e deliberação na Plenária Final, totalizando
1969 até 30 ou 60 propostas, de acordo com a nossa decisão aqui. § 3º: caso sejam apresentadas mais de
1970 cinco ou 10 propostas novas, essas serão submetidas à votação na Plenária Temática com uso do
1971 cartão de votação para ranqueamento, estabelecimento de importância de prioridades. § 4º: o cartão
1972 de votação será entregue na entrada do local da realização da Plenária Temática. § 5º: após
1973 apresentação das propostas, cada delegado elegerá de uma única vez até cinco ou 10 propostas
1974 novas, dentre aquelas que serão apresentadas em sua totalidade aos participantes. Pode ser 20, aí
1975 viram 10 ou cinco. § 6º: as propostas mais votadas até o limite de 10 serão encaminhadas para a
1976 Plenária Final, até o limite de 10 ou cinco serão encaminhadas para a Plenária Final desde que atinjam
1977 maioria simples dos votos dos delegados presentes no início das votações. § 7º: o resultado dos
1978 trabalhos das Plenárias Temáticas a ser apresentado na Plenária Final será apresentado sob
1979 responsabilidade da Relatoria Colegiada da IX Conferência Nacional. § 8 em caso de empate, ambas as
1980 propostas serão apresentadas na Plenária Final. Artigo 14: As Plenárias Temáticas serão integradas por
1981 delegados, convidados, colaboradores e observadores. A gente só tinha usado as Plenárias Temáticas
1982 serão integradas por delegados, convidados e observadores. A gente não tinha usado a figura do
1983 colaborador. Observou que tiraria do Regimento o nome “colaboradores”, deixando apenas
1984 delegados, convidados e observadores, ou colocar em todos os itens, o que foi acordado. No Artigo
1985 17, sobre moções, foi acordado eu ficaria o percentual de 10%. Caput. As moções deverão ser
1986 entregues até as 20h 18 de dezembro na sala da relatoria. Artigo 19: a votação será realizada através
1987 de sistema eletrônico sem fio disponibilizado aos delegados. No Artigo 23, a Conselheira Maria das
1988 Graças destacou que a redação precisaria ser ajustada. A Presidenta informou que fariam um estudo
1989 com relação às estatísticas, indicando os dias que a Comissão Organizadora trataria dessas questões,
1990 discorrendo sobre a realização de outras Conferências. Agradeceu o esforço de todos, destacando o

1991 trabalho realizado e a parceria existente. O Conselheiro José da Crus agradeceu a todos os
1992 Coordenadores de Comissão, destacando o empenho de todos para o sucesso alcançado. A
1993 Presidenta referiu-se à grande parceria com a Vice-Presidente Leila, agradecendo publicamente a sua
1994 colaboração. ENCERRAMENTO. Nada mais havendo a tratar, a Presidenta agradeceu a presença de
1995 todos, declarando encerrada a Reunião. Gravaram-se todos os debates e depoimentos pelo serviço de
1996 som deste Ministério e, depois de transcritos, passarão a fazer parte integrante desta Ata, aprovada
1997 em reunião de de de dois mil e treze.
1998